GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXXV Nº 107 BRASÍLIA – DF, QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2005 PREÇO R$ 1,50

AVISO - Esta edição será acompanhada de Suplemento

SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Legislativo			97
Atos do Poder Executivo	1	89	
Vice-Governadoria		90	
Casa Militar		90	
Secretaria de Estado de Governo		90	
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa		90	97
Secretaria de Estado de Fazenda	64	90	97
Secretaria de Estado de Saúde	69	91	104
Secretaria de Estado de Ação Social	69	92	104
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras			104
Secretaria de Estado de Transportes	70	92	
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	70	93	
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal		93	105
Polícia Civil do Distrito Federal		93	105
Polícia Militar do Distrito Federal	71	93	
Secretaria de Estado de Cultura	71		
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	71	94	105
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		94	105
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	71	94	106
Secretaria de Estado de Solidariedade		95	
Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais	72	95	107
Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas	72		
Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	78	96	107
Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação			107
Tribunal de Contas do Distrito Federal	78		108
Ineditoriais			108

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 3.604, DE 08 DE JUNHO DE 2005.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 14.262.622,00 (quatorze milhões e duzentos e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e dois reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aberto, nos termos do § 3º do artigo 53 da Lei 3.551, de 17 de janeiro de 2005**,** ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004), para o exercício financeiro de 2005, crédito adicional, no valor de R$ 14.262.622,00 (quatorze milhões e duzentos e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e dois reais), com a seguinte composição:

I - crédito suplementar, no valor de R$ 8.018.720,00 (oito milhões e dezoito mil e setecentos e vinte reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos IV, V e VI;

II - crédito especial, no valor de R$ 6.243.902,00 (seis milhões e duzentos e quarenta e três mil e novecentos e dois reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos VII, VIII, e IX.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do superávit financeiro de recursos diretamente arrecadados da FEPECS e referente ao Convênio nº 038/2001 – PCDF/SEDH/PR, no valor de R$ 75.699,00 (setenta e cinco mil e seiscentos e noventa e nove reais), do excesso de arrecadação, no valor de R$ 3.356.923,00 (três milhões e trezentos e cinqüenta e seis mil e novecentos e vinte e três reais), proveniente de recursos diretamente arrecadados da FUNAP e do Convênio nº 038/2001 – PCDF/SEDH/PR, e, da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, no valor de R$ 10.830.000,00 (dez milhões e oitocentos e trinta mil reais), conforme anexos II e III.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 08 de junho de 2005
117° da República e 46° de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I R$ 1,00

0

ANEXO À LEI Nº 00000 RECEITA RECURSO DE TODAS AS FONTES

99 DISTRITO FEDERAL

99999 DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				3.356.923

	FISCAL			3.201.723
	SEGURIDADE			155.200
13000000 RECEITA PATRIMONIAL			2.003	
	FISCAL		2.003	
13200000 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS				
13250140 REND.APLIC.FINANCEIRA CONTRATOS E CONVÊNIOS		2.003		
	FISCAL	2.003		
16000000 RECEITA DE SERVIÇOS			3.199.720	
	FISCAL		3.199.720	
16001310 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS		3.199.720		
	FISCAL	3.199.720		
17000000 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			155.200	
	SEGURIDADE		155.200	
17600000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				
17610400 TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS - PROGRAMA DE SAÚDE		155.200		
	SEGURIDADE	155.200		
			TOTAL	3.356.923
			FISCAL	3.201.723
			SEGURIDADE	155.200

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	50.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	50.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	50.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	50.000
INVESTIMENTOS	50.000
TOTAL ...	50.000
INVESTIMENTOS	50.000

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF
Telefones: (0XX61) 441.4502 - 441.4503
Editoração e impressão: COMUNIDADE EDITORA

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

MARIA DE LOURDES ABADIA
Vice-Governadora

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ
Secretário de Governo

MARCELO DA SILVA NUNES
Subsecretário-Diretor

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	URBANIZAÇÃO						50.000
		PROJETOS					
15 451	0084 1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO					50.000
15 451	0084 1110 0147 (*)	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL					
			F	4	90	107	50.000
TOTAL - FISCAL							50.000
TOTAL - GERAL							50.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	100.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	100.000
INVESTIMENTOS	100.000
TOTAL ...	100.000
INVESTIMENTOS	100.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	URBANIZAÇÃO						100.000
		PROJETOS					
15 451	0084 1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO					100.000
15 451	0084 1110 0180	REFORMA DE PRAÇAS NA QNL DE 16 A 24(EP)					
			F	4	90	100	100.000
TOTAL - FISCAL							100.000
TOTAL - GERAL							100.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	130.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	130.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	130.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	130.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000
TOTAL ...	**130.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					130.000
		PROJETOS					
13 392	1300 5463	PROMOÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS					130.000
13 392	1300 5463 0005	APOIO Á REALIZAÇÃO DA ENCENAÇÃO DA VIA SACRA NO MORRO DA CAPELINHA NA CIDADE DE PLANALTINA(EP)	F	3	50	100	130.000
TOTAL - FISCAL							**130.000**
TOTAL - GERAL							**130.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
13 CULTURA	100.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	100.000
INVESTIMENTOS	100.000
TOTAL ...	**100.000**
INVESTIMENTOS	100.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	**1300 9068**	**APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS**					**100.000**
13 392	1300 9068 0076	APOIO Á FESTA CAMINHADA MARIANA DE SAMAMBAIA(EP)	F	4	90	100	100.000
TOTAL - FISCAL							**100.000**
TOTAL - GERAL							**100.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	4.380.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.380.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0136 CIDADANIA TRIBUTÁRIA	4.380.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	4.380.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.380.000
TOTAL ...	**4.380.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.380.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0136		**CIDADANIA TRIBUTÁRIA**					**4.380.000**
		ATIVIDADES					
04 122	**0136 8502**	**ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**					**4.380.000**
04 122	0136 8502 0002	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS	F	1	90	100	4.380.000
TOTAL - FISCAL							**4.380.000**
TOTAL - GERAL							**4.380.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
12 EDUCAÇÃO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	500.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000
TOTAL ...	**500.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100		APOIO ADMINISTRATIVO					500.000
		ATIVIDADES					
12 122	0100 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					500.000
12 122	0100 8517 0036	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
			F	3	90	100	500.000
TOTAL - FISCAL							**500.000**
TOTAL - GERAL							**500.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	5.570.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.570.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	3.570.000
3300 MÃOS A OBRA	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	5.570.000
INVESTIMENTOS	5.570.000
TOTAL ...	**5.570.000**
INVESTIMENTOS	5.570.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	**URBANIZAÇÃO**						**3.570.000**
		PROJETOS					
15 451	0084 1110	**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**					**3.570.000**
15 451	0084 1110 0147	(*) EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	F	4	90	107	3.570.000
3300	**MÃOS A OBRA**						**2.000.000**
		PROJETOS					
15 451	3300 3629	**PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS**					**2.000.000**
15 451	3300 3629 0001	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS - CONTRAPARTIDA BID	F	4	90	107	2.000.000
TOTAL - FISCAL							**5.570.000**
TOTAL - GERAL							**5.570.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24202 FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
14	DIREITOS DA CIDADANIA	3.159.720
28	ENCARGOS ESPECIAIS	40.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	600.000
421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	2.559.720
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	40.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0001	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	40.000
0196	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.159.720
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
220	DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.199.720
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.999.720
	INVESTIMENTOS	200.000
TOTAL ...		**3.199.720**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.999.720
	INVESTIMENTOS	200.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24202 FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO

0001	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL							40.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 846	0001 9033	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO						40.000
28 846	0001 9033 0006	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO						
			F	3	90	220		40.000
0196	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO							3.159.720
		ATIVIDADES						
14 122	0196 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS						600.000
14 122	0196 8517 0054	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO						
			F	3	90	220		400.000
			F	4	90	220		200.000
14 421	0196 2191	RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO						2.559.720
14 421	0196 2191 0001	(*) RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO						
			F	3	90	220		2.559.720
TOTAL - FISCAL								3.199.720
TOTAL - GERAL								3.199.720

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO V R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23203 FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
12 EDUCAÇÃO	59.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	59.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2100 MODERNIZANDO A EDUCAÇÃO	59.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
420 DIRETAMENTE ARRECADADOS	59.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.000
TOTAL ...	**59.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.000

ANEXO V R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23203 FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2100	MODERNIZANDO A EDUCAÇÃO						59.000
		ATIVIDADES					
12 131	2100 8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					59.000
12 131	2100 8505 0016	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE					
			F	3	90	420	59.000
TOTAL - FISCAL							59.000
TOTAL - GERAL							59.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1508 PROTEÇÃO À ADOLESCÊNCIA	200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	200.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
TOTAL ...	**200.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1508		**PROTEÇÃO À ADOLESCÊNCIA**					**200.000**
		ATIVIDADES					
08 243	**1508 2454**	**MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO JUVENIL COMPLEMENTAR**					**200.000**
08 243	1508 2454 0006	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO JUVENIL COMPLEMENTAR EM SAMAMBAIA					
			S	3	50	100	200.000
TOTAL - SEGURIDADE							**200.000**
TOTAL - GERAL							**200.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 21000 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

UNIDADE : 21206 AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
18 GESTÃO AMBIENTAL	3.880.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.880.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	3.880.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3.830.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.830.000
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	50.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000
TOTAL ...	**3.880.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.830.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 21000 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

UNIDADE : 21206 AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100		APOIO ADMINISTRATIVO					3.880.000
		ATIVIDADES					
18 122	0100 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					3.830.000
18 122	0100 8502 0093	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	1	90	100	3.830.000
18 122	0100 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					50.000
18 122	0100 8517 0097	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	50.000
TOTAL - FISCAL							3.880.000
TOTAL - GERAL							3.880.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	530.000
15 URBANISMO	20.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
301 ATENÇÃO BÁSICA	110.000
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	430.000
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0050 VIGILÂNCIA À SAÚDE	10.000
0208 PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS	20.000
0214 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF	520.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	550.000
INVESTIMENTOS	550.000
TOTAL ...	550.000
INVESTIMENTOS	550.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0050		VIGILÂNCIA À SAÚDE					10.000
		PROJETOS					
10 304	0050 7026	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA A VIGILÂNCIA E CONTROLE AMBIENTAL					10.000

10 304	0050 7026 0005	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA A VIGILÂNCIA E CONTROLE DE ZOONOSES EM SÃO SEBASTIÃO (EPP)	S	4	90	100	10.000
0208	**PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS**						**20.000**
		PROJETOS					
15 302	0208 1310	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					20.000
15 302	0208 1310 0008	(*) CONSTRUÇÃO DO ADOLESCENTRO DE CEILÂNDIA (EPP)	S	4	90	100	10.000
15 302	0208 1310 0009	(*) CONSTRUÇÃO DO ADOLESCENTRO EM TAGUATINGA (EPP)	S	4	90	100	10.000
0214	**MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF**						**520.000**
		PROJETOS					
10 301	0214 3266	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE					110.000
10 301	0214 3266 0011	(*) CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE DO GAMA LESTE (EPP)	S	4	90	100	100.000
10 301	0214 3266 0013	(*) CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE EM ÁGUAS CLARAS (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3266	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE					110.000
10 302	0214 3266 0010	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO 24 HORAS EM PLANALTINA (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3266 0016	RECONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE Nº 04 DO GAMA(EP)	S	4	90	100	100.000
10 302	0214 3487	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE					200.000
10 302	0214 3487 0012	REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE CEILÂNDIA(EP)	S	4	90	100	100.000

ANEXO VI — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº — SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
10 302	0214 3487 0014	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA RADIOLOGIA DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO(EP)	S	4	90	100	100.000
10 302	0214 7360	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS					100.000
10 302	0214 7360 0001	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS(EP)	S	4	90	100	100.000
TOTAL - SEGURIDADE							**550.000**
TOTAL - GERAL							**550.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI — R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº — SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	130.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	130.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	130.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	130.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000
TOTAL ...	**130.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38108 REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300	**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**						**130.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	**1300 9072**	**APOIO À ARTE E Á CULTURA**					**130.000**
13 392	1300 9072 0005	APOIO Á ARTE E À CULTURA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA					
			F	3	90	100	130.000
TOTAL - FISCAL							**130.000**
TOTAL - GERAL							**130.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - SUPERÁVIT FINANCEIRO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24105 POLÍCIA CÍVIL DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
06 SEGURANÇA PÚBLICA	16.699
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.699
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2600 SEGURANÇA EM AÇÃO	16.699
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
321 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)	2.219
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.219
332 CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS-EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.480
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.480
TOTAL ...	**16.699**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.699

ANEXO VII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - SUPERÁVIT FINANCEIRO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24105 POLÍCIA CÍVIL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2600	**SEGURANÇA EM AÇÃO**						**16.699**
		ATIVIDADES					
06 122	**2600 8517**	**MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS**					**16.699**
06 122	2600 8517 0101	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					
			F	3	90	321	2.219
			F	3	90	332	14.480
TOTAL - FISCAL							**16.699**
TOTAL - GERAL							**16.699**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23202 FUNDACÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	155.200
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.200
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1700 HEMOTECNOLOGIA	155.200
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
232 CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF)	155.200
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	155.200
TOTAL ...	**155.200**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	155.200

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23202 FUNDACÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1700	HEMOTECNOLOGIA						155.200
		PROJETOS					
10 122	1700 1141	EXPANSÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA					155.200
10 122	1700 1141 0003	EXPANSÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA FHB.					
			S	3	90	232	155.200
TOTAL - SEGURIDADE							**155.200**
TOTAL - GERAL							**155.200**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24105 POLÍCIA CÍVIL DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
06 SEGURANÇA PÚBLICA	2.003
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.003
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2600 SEGURANÇA EM AÇÃO	2.003
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
121 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)	2.003
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.003
TOTAL ...	**2.003**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.003

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL

UNIDADE : 24105 POLÍCIA CÍVIL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2600		SEGURANÇA EM AÇÃO					2.003
		ATIVIDADES					
06 122	2600 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					2.003
06 122	2600 8517 0101	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					
			F	3	90	121	2.003
TOTAL - FISCAL							2.003
TOTAL - GERAL							2.003

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IX R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
12 EDUCAÇÃO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
364 ENSINO SUPERIOR	500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2420 PROGRAMA EDUCAÇÃO SUPERIOR	500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	500.000
INVESTIMENTOS	500.000
TOTAL ...	500.000
INVESTIMENTOS	500.000

ANEXO IX R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2420		PROGRAMA EDUCAÇÃO SUPERIOR					500.000
		PROJETOS					
12 364	2420 7094	IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM PLANALTINA					500.000
12 364	2420 7094 0001	IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM PLANALTINA					
			F	4	90	100	500.000
TOTAL - FISCAL							500.000
TOTAL - GERAL							500.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IX R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 21000 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

UNIDADE : 21206 AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.373.800
28	ENCARGOS ESPECIAIS	196.200
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	160.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5.037.800
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	90.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	86.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	196.200
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0001	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	196.200
0228	VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA	250.000
0231	MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	5.037.800
3200	DIVULGAÇÃO OFICIAL	86.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
107	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	5.570.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.258.200
	INVESTIMENTOS	311.800
TOTAL ...		**5.570.000**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.258.200
	INVESTIMENTOS	311.800

ANEXO IX R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 21000 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

UNIDADE : 21206 AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0001		**PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**					**196.200**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
28 846	**0001 9033**	**FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO**					**51.200**
28 846	0001 9033 0017	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	51.200
28 846	**0001 9050**	**RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**					**145.000**
28 846	0001 9050 0077	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES DA AGENCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	145.000
0228		**VALORIZACÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA**					**250.000**
		ATIVIDADES					
18 128	**0228 2655**	**CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**					**90.000**
18 128	0228 2655 0027	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	90.000
		PROJETOS					
18 122	**0228 3760**	**REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS - GDF**					**160.000**
18 122	0228 3760 0003	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	160.000
0231		**MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA**					**5.037.800**
		PROJETOS					
18 125	**0231 7449**	**IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**					**5.037.800**
18 125	0231 7449 0001	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGENCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	80	107	4.500.000
			F	3	90	107	226.000
			F	4	90	107	311.800
3200		**DIVULGAÇÃO OFICIAL**					**86.000**

ANEXO IX R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 21000 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

UNIDADE : 21206 AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
		ATIVIDADES					
18 131	3200 8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					86.000
18 131	3200 8505 0061	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA AGÊNICIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	107	86.000
TOTAL - FISCAL							5.570.000
TOTAL - GERAL							5.570.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

LEI Nº 3.605, DE 08 DE JUNHO DE 2005

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 8.850.000,00 (oito milhões e oitocentos e cinqüenta mil reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aberto, nos termos do § 3º do artigo 53 da Lei nº 3.551, de 17 de janeiro de 2005, ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004), crédito especial, no valor de R$ 8.850.000,00 (oito milhões e oitocentos e cinqüenta mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo IV.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da anulação total de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, conforme Anexo III.

Art. 3º Em função do disposto nos artigos anteriores, a receita do Distrito Federal fica alterada na forma dos Anexos I e II.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de junho de 2005

117º da República 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I R$1,00

CRÉDITO ESPECIAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

ANEXO À LEI Nº

FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ESPECIFICAÇÃO		ESFERA	RECURSOS TESOURO	RECURSOS OUTRAS FONTES	TOTAL
10000000	RECEITAS CORRENTES				
16000000	RECEITA DE SERVIÇOS				
16000200	SERVIÇOS FINANCEIROS				
16000215	SERV. FINANC. REF. TAXA DE 2,5%	F	200.000	-	200.000
20000000	RECEITAS DE CAPITAL				
23000000	AMORTIZAÇÕES				
23008000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS				
23008005	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO	F	4.500.000	-	4.500.000
TOTAL - FISCAL					4.700.000
TOTAL - GERAL					4.700.000

ANEXO II R$1,00

CRÉDITO ESPECIAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

ANEXO À LEI Nº

FUNDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ESPECIFICAÇÃO		ESFERA	RECURSOS TESOURO	RECURSOS OUTRAS FONTES	TOTAL
10000000	RECEITAS CORRENTES				

16000000	RECEITA DE SERVIÇOS					
16000200	SERVIÇOS FINANCEIROS					
16000215	SERV. FINANC. REF. TAXA DE 2,5%	F	200.000	-	200.000	
20000000	RECEITAS DE CAPITAL					
23000000	AMORTIZAÇÕES					
23008000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS					
23008005	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO	F	4.500.000	-	4.500.000	
TOTAL - FISCAL						4.700.000
TOTAL - GERAL						4.700.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
11 TRABALHO		8.650.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		8.130.000
334 FOMENTO AO TRABALHO		520.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1600 GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA		8.650.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		3.950.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	950.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.000.000
120 DIRETAMENTE ARRECADADOS		200.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
123 AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS		4.500.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	4.400.000
TOTAL ...		**8.650.000**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.250.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	7.400.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1600		**GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**					**8.650.000**
		ATIVIDADES					
11 334	**1600 2695**	**ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES**					**420.000**
11 334	1600 2695 0001	ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES	F	3	90	100	420.000
		PROJETOS					
11 123	**1600 1873**	**APOIO AOS MICROS EMPREENDEDORES URBANOS E RURAIS**					**630.000**
11 123	1600 1873 0001	APOIO AOS MICROS EMPREENDEDORES URBANOS E RURAIS	F	3	90	100	420.000

				F	3	90	120	200.000
11 123	1600 1873 0003	(*)	APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS E AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS (EPP)					
				F	3	90	100	10.000
11 334	1600 7356		APOIO ÀS ATIVIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA					100.000
11 334	1600 7356 0001		APOIO ÁS ATIVIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA(EP)					
				F	3	50	100	100.000
			OPERAÇÕES ESPECIAIS					
11 123	1600 9081		FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS					7.500.000
11 123	1600 9081 0001	(*)	FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS (EPP)					
				F	3	90	123	100.000
				F	5	90	100	3.000.000
				F	5	90	123	4.400.000
TOTAL - FISCAL								8.650.000
TOTAL - GERAL								8.650.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
27 DESPORTO E LAZER	200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	200.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
TOTAL ...	**200.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
4000		ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
27 812	4000 9077	APOIO A EVENTOS DESPORTIVOS DE RUA					200.000
27 812	4000 9077 0003	APOIO AO CAMPEONATO DE AUTOMOBILISMO E DE MOTOVELOCIDADE(EP)					
			F	3	50	100	200.000
TOTAL - FISCAL							200.000
TOTAL - GERAL							200.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25902 FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - FUNGER

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
11 TRABALHO		8.650.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		8.130.000
334 FOMENTO AO TRABALHO		520.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1600 GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA		8.650.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		3.950.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	950.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.000.000
120 DIRETAMENTE ARRECADADOS		200.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
123 AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS		4.500.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	4.400.000
TOTAL ...		**8.650.000**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.250.000
	INVERSÕES FINANCEIRAS	7.400.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25902 FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - FUNGER

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1600		**GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**					**8.650.000**
		ATIVIDADES					
11 334	**1600 2695**	**ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES**					**420.000**
11 334	1600 2695 0002	ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES					
			F	3	90	100	420.000
		PROJETOS					
11 123	**1600 1873**	**APOIO AOS MICROS EMPREENDEDORES URBANOS E RURAIS**					**630.000**
11 123	1600 1873 0004	APOIO AOS MICROS EMPREENDEDORES URBANOS E RURAIS					
			F	3	90	100	420.000
			F	3	90	120	200.000
11 123	1600 1873 0005	APOIO ÁS PEQUENAS EMPRESAS E AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS (EPP)					
			F	3	90	100	10.000
11 334	**1600 7356**	**APOIO ÀS ATIVIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**					**100.000**
11 334	1600 7356 0002	APOIO ÁS ATIVIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA(EP)					
			F	3	50	100	100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
11 123	**1600 9081**	**FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS**					**7.500.000**
11 123	1600 9081 0003	FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDERORES ECONÔMICOS(EPP)					
			F	3	90	123	100.000
			F	5	90	100	3.000.000
			F	5	90	123	4.400.000
TOTAL - FISCAL							**8.650.000**
TOTAL - GERAL							**8.650.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
27 DESPORTO E LAZER	200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	200.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
TOTAL ...	**200.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
4000		**ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO**					**200.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
27 812	4000 9077	APOIO A EVENTOS DESPORTIVOS DE RUA					200.000
27 812	4000 9077 0006	APOIO AO CAMPEONATO DE MOTOVELOCIDADE (EP)					
			F	3	90	100	200.000
TOTAL - FISCAL							**200.000**
TOTAL - GERAL							**200.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

LEI Nº 3.606, DE 08 DE JUNHO DE 2005

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 124.467.471,00 (cento e vinte e quatro milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e um reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E SANCIONO O SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aberto, nos termos do § 3º do artigo 53 da Lei 3.551, de 17 de janeiro de 2005**,** ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004), crédito adicional, no valor de R$ 124.467.471,00 (cento e vinte e quatro milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e um reais), com a seguinte composição:

I – crédito suplementar, no valor de R$ 124.427.471,00 (cento e vinte e quatro milhões e quatrocentos e vinte e sete mil e quatrocentos e setenta e um reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo III;

II – crédito especial, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo IV.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da anulação de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, conforme anexos I e II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de junho de 2005.

117º da República e 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
12 EDUCAÇÃO	100.189.746

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	53.990.671
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.125.000
361	ENSINO FUNDAMENTAL	34.074.075
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0071	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	12.125.000
0138	APOIO AO EDUCANDO	2.000.000
0140	PROJETOS ESPECIAIS DE ENSINO	1.600.000
0142	EDUCANDO SEMPRE	23.290.123
0164	ESCOLA DE TODOS NÓS	7.183.952
0228	VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA	53.740.671
2100	MODERNIZANDO A EDUCAÇÃO	250.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	82.773.123
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.715.671
	INVESTIMENTOS	13.057.452
101	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS E DF	10.492.418
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.492.418
102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	6.924.205
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.924.205
TOTAL ...		**100.189.746**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.132.294
	INVESTIMENTOS	13.057.452

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0071	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**						**12.125.000**
		PROJETOS					
12 126	**0071 3858**	**INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**					**12.125.000**
12 126	0071 3858 0001	INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
			F	3	90	100	12.125.000
0138	**APOIO AO EDUCANDO**						**2.000.000**
		PROJETOS					
12 361	**0138 3632**	**PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR - PISE**					**2.000.000**
12 361	0138 3632 0001	(*) PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR - PISE					
			F	3	90	100	2.000.000
0140	**PROJETOS ESPECIAIS DE ENSINO**						**1.600.000**
		PROJETOS					
12 361	**0140 3739**	**ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM**					**1.600.000**
12 361	0140 3739 0001	(*) ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM					
			F	3	90	100	1.600.000
0142	**EDUCANDO SEMPRE**						**23.290.123**
		ATIVIDADES					
12 361	**0142 2389**	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**					**23.290.123**
12 361	0142 2389 0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
			F	3	90	101	10.492.418
			F	3	90	102	6.924.205
			F	4	90	100	5.873.500
0164	**ESCOLA DE TODOS NÓS**						**7.183.952**
		PROJETOS					
12 361	**0164 3276**	**REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL**					**6.297.000**
12 361	0164 3276 0034	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - MUROS E CAIXA D'AGUA					
			F	4	90	100	1.942.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
12 361	0164 3276 0054	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE VARJÃO	F	4	90	100	604.000
12 361	0164 3276 0055	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 50 EM TAGUATINGA	F	4	90	100	906.000
12 361	0164 3276 0057	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE AGROVILA II EM SÃO SEBASTIÃO	F	4	90	100	816.000
12 361	0164 3276 0058	REFORMA GERAL COM AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE VICENTE PIRES EM TAGUATINGA	F	4	90	100	725.000
12 361	0164 3276 0059	RECONSTRUÇÃO PARCIAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 01 EM SAMAMBAIA	F	4	90	100	700.000
12 361	0164 3276 0060	REFORMA GERAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 404 EM SAMAMBAIA	F	4	90	100	604.000
12 361	**0164 5924**	**CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL**					**886.952**
12 361	0164 5924 0001	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	F	4	90	100	886.952
0228	**VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA**						**53.740.671**
		ATIVIDADES					
12 122	**0228 8504**	**CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES**					**53.740.671**
12 122	0228 8504 0034	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	F	3	90	100	53.740.671
2100	**MODERNIZANDO A EDUCAÇÃO**						**250.000**
		ATIVIDADES					
12 122	**2100 2968**	**GESTÃO ESCOLAR COMPETENTE**					**250.000**
12 122	2100 2968 0001	(*) GESTÃO ESCOLAR COMPETENTE	F	3	90	100	250.000
TOTAL - FISCAL							**100.189.746**
TOTAL - GERAL							**100.189.746**

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	8.946.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.946.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0214 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF	8.946.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	8.946.000
INVESTIMENTOS	8.946.000
TOTAL ...	**8.946.000**
INVESTIMENTOS	8.946.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0214	**MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF**						**8.946.000**
		PROJETOS					
10 302	**0214 3307**	**CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL**					**8.946.000**
10 302	0214 3307 0002	(*) CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS					
			S	4	90	107	8.946.000
TOTAL - SEGURIDADE							**8.946.000**
TOTAL - GERAL							**8.946.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

UNIDADE : 26101 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	116.009
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	116.009
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2800 TRANSPORTE SEGURO	116.009
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	116.009
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.009
TOTAL ...	**116.009**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.009

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

UNIDADE : 26101 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2800	**TRANSPORTE SEGURO**						**116.009**
		ATIVIDADES					
26 122	**2800 2725**	**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO**					**18.009**
26 122	2800 2725 0001	(*) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO					
			F	3	90	100	18.009
26 122	**2800 2825**	**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOFERROVIÁRIA**					**98.000**
26 122	2800 2825 0001	(*) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOFERROVIÁRIA					
			F	3	90	100	98.000
TOTAL - FISCAL							**116.009**
TOTAL - GERAL							**116.009**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 33000 SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE

UNIDADE : 33101 SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.834.901
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.500.000
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	13.334.901
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1500 FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	14.834.901
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	8.034.901
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.034.901
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	6.800.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.800.000
TOTAL ...	**14.834.901**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.834.901

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 33000 SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE

UNIDADE : 33101 SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1500		**FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA**					14.834.901
		ATIVIDADES					
08 244	1500 2579	**CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRÓ-FAMÍLIA**					1.100.000
08 244	1500 2579 0001	CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRÓ-FAMÍLIA - SECRETARIA DE SOLIDARIEDADE.					
			S	3	90	100	1.100.000
08 244	1500 2776	**AÇÕES EMERGENCIAIS DE SOLIDARIEDADE**					400.000
08 244	1500 2776 0001	AÇÕES EMERGENCIAIS DE SOLIDARIEDADE					
			S	3	90	100	400.000
08 306	1500 2629	**CESTAS BÁSICAS DA SOLIDARIEDADE**					3.534.901
08 306	1500 2629 0001	CESTAS BÁSICAS DA SOLIDARIEDADE					
			S	3	90	100	3.534.901
08 306	1500 4994	**RENDA SOLIDARIEDADE**					9.800.000
08 306	1500 4994 0001	RENDA SOLIDARIEDADE					
			S	3	90	100	3.000.000
			S	3	90	107	6.800.000
TOTAL - SEGURIDADE							**14.834.901**
TOTAL - GERAL							**14.834.901**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38127 REGIÃO ADMINISTRATIVA XXV - SETOR COMPLEMENTAR DE INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	51.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	51.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	51.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	51.000
INVESTIMENTOS	51.000
TOTAL ...	**51.000**
INVESTIMENTOS	51.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38127 REGIÃO ADMINISTRATIVA XXV - SETOR COMPLEMENTAR DE INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	URBANIZAÇÃO						51.000
		PROJETOS					
15 451	0084 1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO					51.000
15 451	0084 1110 0145	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO					
			F	4	90	100	51.000
TOTAL - FISCAL							51.000
TOTAL - GERAL							51.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 42000 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS SINDICAIS

UNIDADE : 42101 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS SINDICAIS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	289.815
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	289.815
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0231 MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	289.815
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	289.815
INVESTIMENTOS	289.815
TOTAL ...	289.815
INVESTIMENTOS	289.815

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 42000 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS SINDICAIS

UNIDADE : 42101 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS SINDICAIS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0231	MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA						289.815
		ATIVIDADES					
04 122	0231 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					289.815
04 122	0231 8517 0071	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SECRETARIA DE ASSUNTOS SINDICAIS					
			F	4	90	100	289.815
TOTAL - FISCAL							289.815
TOTAL - GERAL							289.815

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16903 FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	40.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	40.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	40.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	40.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000
TOTAL ...	**40.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16903 FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
13	1300	DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					40.000
		ATIVIDADES					
13 392	1300 2484	**INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE FILMES**					40.000
13 392	1300 2484 0003	"APOIO À REALIZAÇAO DO PROJETO O FUTURO PASSA AO LADO" - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BRAZIS DO BRASIL"(EP)	F	3	90	100	40.000
TOTAL - FISCAL							**40.000**
TOTAL - GERAL							**40.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 11000 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

UNIDADE : 11101 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
04 ADMINISTRAÇÃO	25.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	25.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
3200 DIVULGAÇÃO OFICIAL	25.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	10.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000.000
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	15.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000.000
TOTAL ...	**25.000.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 11000 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

UNIDADE : 11101 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
3200		DIVULGAÇÃO OFICIAL					25.000.000
		ATIVIDADES					
04 131	3200 8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					25.000.000
04 131	3200 8505 0018	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	100	10.000.000
			F	3	90	107	15.000.000
TOTAL - FISCAL							25.000.000
TOTAL - GERAL							25.000.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 13000 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE : 13101 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	12.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0071 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	12.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	442.824
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	442.824
101 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS E DF	10.492.418
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.492.418
102 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	924.205
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	924.205
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	140.553
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.553
TOTAL ...	12.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 13000 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE : 13101 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0071		DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					12.000.000
		ATIVIDADES					
04 122	0071 2994	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS E DE GESTÃO VOLTADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					12.000.000
04 122	0071 2994 0002	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS-SIGRH					
			F	3	90	100	442.824
			F	3	90	101	10.492.418
			F	3	90	102	924.205
			F	3	90	107	140.553
TOTAL - FISCAL							12.000.000
TOTAL - GERAL							12.000.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
20 AGRICULTURA	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1100 DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	2.000.000
INVESTIMENTOS	2.000.000
TOTAL ...	**2.000.000**
INVESTIMENTOS	2.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1100		DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS					2.000.000
		PROJETOS					
20 392	1100 3269	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS					2.000.000
20 392	1100 3269 0001	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS E UNIDADE DEMONSTRATIVA DO PRÓ-RURAL NO DISTRITO FEDERAL					
			F	4	90	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL							**2.000.000**
TOTAL - GERAL							**2.000.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação do Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.185.789
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	5.326.440
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	9.859.349
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1506 PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	15.185.789
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	15.185.789
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	919.735
INVESTIMENTOS	14.266.054
TOTAL ...	**15.185.789**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	919.735
INVESTIMENTOS	14.266.054

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1506		**PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**					**15.185.789**
		PROJETOS					
08 243	**1506 1825**	**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO**					**5.326.440**
08 243	1506 1825 0001	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO NO RECANTO DAS EMAS					
			S	4	90	100	5.326.440
08 244	**1506 1825**	**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO**					**9.859.349**
08 244	1506 1825 0004	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO					
			S	3	90	100	919.735
			S	4	90	100	8.939.614
TOTAL - SEGURIDADE							**15.185.789**
TOTAL - GERAL							**15.185.789**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	1.300.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.300.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	1.300.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
102 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	1.300.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.300.000
TOTAL ...	**1.300.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.300.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100		**APOIO ADMINISTRATIVO**					**1.300.000**
		ATIVIDADES					
04 122	**0100 8517**	**MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS**					**1.300.000**
04 122	0100 8517 0092	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PREVIDÊNCIA					
			F	3	90	102	1.300.000
TOTAL - FISCAL							**1.300.000**
TOTAL - GERAL							**1.300.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	4.700.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.700.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	4.700.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
102 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	4.700.000
INVESTIMENTOS	4.700.000
TOTAL ...	**4.700.000**
INVESTIMENTOS	4.700.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084		**URBANIZAÇÃO**					**4.700.000**
		PROJETOS					
15 451	0084 1101	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO					4.700.000
15 451	0084 1101 0004	(*) IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL					
			F	4	90	102	4.700.000
TOTAL - FISCAL							**4.700.000**
TOTAL - GERAL							**4.700.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO A LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	6.005.568
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	6.005.568
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2800 TRANSPORTE SEGURO	6.005.568
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	5.400.121
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.060
INVESTIMENTOS	5.372.061
107 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)	605.447
INVESTIMENTOS	605.447
TOTAL ...	**6.005.568**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.060
INVESTIMENTOS	5.977.508

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2800	**TRANSPORTE SEGURO**						**6.005.568**
		PROJETOS					
26 782	2800 1475	**RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS**					**5.640.916**
26 782	2800 1475 0037	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS - CONSTRUÇÃO 3ª FAIXA PISTÃO SUL - 1ª ETAPA					
			F	4	90	100	2.608.794
			F	4	90	107	605.447
26 782	2800 1475 0038	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO VIADUTO EIXO MONUMENTAL/RODOFERROVIÁRIA					
			F	4	90	100	149.877
26 782	2800 1475 0049	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS DO DF. - DER/DF					
			F	4	90	100	648.306
26 782	2800 1475 0071	RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE RODOVIAS, PAVIMENTAR NUC. RURAL TAQUARA, DF-130, PADF/GO E TRECHO DF-250/BR-251, E DF 330(EP)					
			F	4	90	100	1.628.492
26 782	2800 3550	**PROJETOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS DO DF**					**336.592**
26 782	2800 3550 0001	(*) PROJETOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
			F	4	90	100	336.592
26 782	2800 3554	**ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF**					**28.060**
26 782	2800 3554 0001	ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM					
			F	3	90	100	28.060
TOTAL - FISCAL							**6.005.568**
TOTAL - GERAL							**6.005.568**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22207 SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	5.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
452 SERVIÇOS URBANOS	5.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0700 CIDADE LIMPA E URBANIZADA - GARANTIA DE BEM ESTAR SOCIAL	5.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	5.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000
TOTAL ...	**5.000.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22207 SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0700		CIDADE LIMPA E URBANIZADA - GARANTIA DE BEM ESTAR SOCIAL					5.000.000
		ATIVIDADES					
15 452	0700 2079	EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA					5.000.000
15 452	0700 2079 0001	EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA (EPP)	F	3	90	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL							5.000.000
TOTAL - GERAL							5.000.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22208 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
26 TRANSPORTE	24.636.114
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	24.636.114
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2800 TRANSPORTE SEGURO	24.636.114
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	24.636.114
	24.636.114
INVESTIMENTOS	

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22208 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2800		TRANSPORTE SEGURO					24.636.114
		PROJETOS					
26 453	2800 1169	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO DO DF					24.636.114
26 453	2800 1169 0001	(*) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	F	4	90	100	24.636.114
TOTAL - FISCAL							24.636.114
TOTAL - GERAL							24.636.114

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

UNIDADE : 32201 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	24.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0071 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	24.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINARIO NÃO VINCULADO	24.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000.000
TOTAL ...	24.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

UNIDADE : 32201 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0071		**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**					**24.000.000**
		PROJETOS					
04 126	0071 3930	**MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA**					**24.000.000**
04 126	0071 3930 0001	(*) MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	F	3	90	100	24.000.000
TOTAL - FISCAL							**24.000.000**
TOTAL - GERAL							**24.000.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 43000 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 43101 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES

18 GESTÃO AMBIENTAL	4.600.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.600.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
4400 CIDADE DOS PARQUES	4.600.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINARIO NAO VINCULADO	4.600.000
INVESTIMENTOS	4.600.000
TOTAL ...	**4.600.000**
INVESTIMENTOS	4.600.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 43000 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 43101 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
4400		**CIDADE DOS PARQUES**					**4.600.000**
		PROJETOS					
18 541	4400 3680	**CERCAMENTO DE PARQUES**					**4.600.000**
18 541	4400 3680 0001	CERCAMENTO DE PARQUES	F	4	90	100	4.600.000
TOTAL - FISCAL							**4.600.000**
TOTAL - GERAL							**4.600.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	40.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	40.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	40.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	40.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000
TOTAL ...	**40.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					40.000
		ATIVIDADES					
13 392	1300 2484	**INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE FILMES**					40.000
13 392	1300 2484 0004	"APOIO À REALIZAÇAO DO PROJETO O FUTURO PASSA AO LADO" - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BRAZIS DO BRASIL"(EP)					
			F	3	90	100	40.000
TOTAL - FISCAL							**40.000**
TOTAL - GERAL							**40.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

LEI Nº 3.607, DE 08 DE JUNHO DE 2005

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 16.729.813,00 (dezesseis milhões e setecentos e vinte e nove mil e oitocentos e treze reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004), para o exercício financeiro de 2005, crédito adicional, no valor de R$ 16.729.813,00 (dezesseis milhões e setecentos e vinte e nove mil e oitocentos e treze reais) com a seguinte composição:

I - crédito suplementar, no valor de R$ 10.266.144,00 (dez milhões e duzentos e sessenta e seis mil e cento e quarenta e quatro reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos V e VI;

II - crédito especial, no valor de R$ 6.463.669,00 (seis milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e nove reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos VII e VIII.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do excesso de arrecadação, no valor de R$ 7.378.166,00 (sete milhões e trezentos e setenta e oito mil e cento e sessenta e seis reais), proveniente da incorporação dos recursos do contrato de repasse nº 0166.465-11/04/MDA/CAIXA, celebrado entre a União Federal e o Governo do Distrito Federal e de recursos diretamente arrecadados do Fundo da Arte e da Cultura – FAC; e, da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, no valor de R$ 9.351.647,00 (nove milhões e trezentos e cinqüenta e um mil e seiscentos e quarenta e sete reais), conforme Anexos II e III.

Art. 3º Ficam transferidos à Unidade Orçamentária 16.101 – Secretaria de Estado de Cultura, os seguintes Programas de Trabalho constantes da Programação de Despesa da Unidade Orçamentária 38.111 – Região Administrativa IX – Ceilândia, na Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004: 13.392.1300.9068.0065 – Apoio à Realização do Congresso CIBECEN (EP), 13.392.1300.9068.0066 – Apoio à Realização do Rodeio Gospel (EP) e 13.392.1300.9068.0067 – Apoio à Realização do Evento Labareda de Fogo (EP), conforme anexos IV e IX.

Art. 4º Em função do disposto no artigo 2º, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de junho de 2005.

117º da República e 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I R$ 1,00

0

ANEXO À LEI Nº 00000 RECEITA RECURSO DE TODAS AS FONTES

99 DISTRITO FEDERAL

99999 DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				5.600.000
	FISCAL			5.600.000
17000000 TRANSFERENCIAS CORRENTES			5.600.000	
	FISCAL		5.600.000	
17500000 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS				
17500500 FUNDO DE APOIO A ARTE E A CULTURA		5.600.000		
	FISCAL	5.600.000		
20000000 RECEITAS DE CAPITAL				1.778.166
	FISCAL			1.778.166
24000000 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			1.778.166	
	FISCAL		1.778.166	
24700000 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO				
24719900 DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS -		1.778.166		
	FISCAL	1.778.166		
			TOTAL	7.378.166
			FISCAL	7.378.166

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

13 CULTURA	70.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

392 DIFUSÃO CULTURAL	70.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	70.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	70.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000
TOTAL ...	**70.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**VETADO**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	**1300 9068**	**APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS**					**VETADO**
13 392	1300 9068 0035	(*) APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA DA COLHEITA (EPP)	F	3	90	100	VETADO
13 392	1300 9068 0036	(*) REALIZAÇÃO DO CONGRESSO LEVÍTICO INTERNACIONAL (EPP)	F	3	90	100	VETADO
13 392	1300 9068 0071	APOIO Á REALIZAÇÃO DO CONGRESSO LEVÍTICO INTERNACIONAL(EP)	F	3	90	100	VETADO
TOTAL - FISCAL							**VETADO**
TOTAL - GERAL							**VETADO**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17101 SECRETARIA DE ESTADO DE ACAO SOCIAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
14 DIREITOS DA CIDADANIA	10.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	10.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	10.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	10.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000
TOTAL ...	**10.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17101 SECRETARIA DE ESTADO DE ACAO SOCIAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100	APOIO ADMINISTRATIVO						10.000
		ATIVIDADES					
14 421	0100 2767	**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES**					**10.000**
14 421	0100 2767 0011	(*) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CONSELHOS TUTELARES (EPP)					
			S	3	90	100	10.000
TOTAL - SEGURIDADE							**10.000**
TOTAL - GERAL							**10.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	150.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	150.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	150.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	150.000
INVESTIMENTOS	150.000
TOTAL ...	**150.000**
INVESTIMENTOS	150.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	**URBANIZAÇÃO**						**150.000**
		PROJETOS					
15 451	0084 1101	**IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO**					**150.000**
15 451	0084 1101 0097	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO CÓRREGO DO ARROZAL(EP)					
			F	4	90	100	150.000
TOTAL - FISCAL							**150.000**
TOTAL - GERAL							**150.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	784.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	784.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2800 TRANSPORTE SEGURO	784.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
137 COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMINIO	784.000
INVESTIMENTOS	784.000
TOTAL ...	**784.000**
INVESTIMENTOS	784.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2800	**TRANSPORTE SEGURO**						**784.000**
		PROJETOS					
26 782	2800 1475	**RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS**					**784.000**
26 782	2800 1475 0072	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS - EIXÃO DF-002, E RECUPERAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA PONTE DO BRAGUETO(EP)					
			F	4	90	137	784.000
TOTAL - FISCAL							**784.000**
TOTAL - GERAL							**784.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	2.680.000
15 URBANISMO	120.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
301 ATENÇÃO BÁSICA	470.000
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.320.000
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0050 VIGILÂNCIA À SAÚDE	10.000
0208 PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS	20.000
0214 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF	2.760.000
2418 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL	10.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	2.800.000
INVESTIMENTOS	2.800.000
TOTAL ...	**2.800.000**
INVESTIMENTOS	2.800.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0050	**VIGILÂNCIA À SAÚDE**						**10.000**
		PROJETOS					
10 304	0050 7026	**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA A VIGILÂNCIA E CONTROLE AMBIENTAL**					**10.000**
10 304	0050 7026 0005	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA A VIGILÂNCIA E CONTROLE DE ZOONOSES EM SÃO SEBASTIÃO (EPP)	S	4	90	100	10.000
0208	**PROTEÇÃO SOCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS**						**20.000**
		PROJETOS					
15 302	0208 1310	**CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**					**20.000**
15 302	0208 1310 0008	(*) CONSTRUÇÃO DO ADOLESCENTRO DE CEILÂNDIA (EPP)	S	4	90	100	10.000
15 302	0208 1310 0009	(*) CONSTRUÇÃO DO ADOLESCENTRO EM TAGUATINGA (EPP)	S	4	90	100	10.000
0214	**MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF**						**2.760.000**
		PROJETOS					
10 301	0214 1670	**CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE**					**310.000**
10 301	0214 1670 0003	(*) CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE NA QUADRA 107 DE SAMAMBAIA (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 301	0214 1670 0009	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NO RIACHO FUNDO II(EP)	S	4	90	100	100.000
10 301	0214 1670 0011	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO BELA VISTA - BRAZLÂNDIA(EP)	S	4	90	100	100.000
10 301	0214 1670 0013	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NO NÚCLEO RURAL CASA GRANDE(EP)	S	4	90	100	100.000
10 301	0214 3266	**CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE**					**160.000**
10 301	0214 3266 0004	(*) CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE NO RIACHO FUNDO I(EPP)	S	4	90	100	10.000
10 301	0214 3266 0005	(*) CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE EM SOBRADINHO OESTE (EPP)					

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
10 301	0214 3266 0006	(*)	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE ENTRE AS QUADRAS 405/605 DO RECANTO DAS EMAS (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 301	0214 3266 0011	(*)	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE DO GAMA LESTE (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 301	0214 3266 0013	(*)	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE EM ÁGUAS CLARAS (EPP)	S	4	90	100	100.000
10 301	0214 3266 0014	(*)	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA AO ATENDIMENTO AO IDOS (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 301	0214 3266 0015	(*)	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE N.º 04 NO GAMA (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	**0214 3266**		**CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE**					**110.000**
10 302	0214 3266 0010	(*)	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO 24 HORAS EM PLANALTINA (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3266 0016		RECONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE Nº 04 DO GAMA(EP)	S	4	90	100	100.000
10 302	**0214 3307**		**CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL**					**150.000**
10 302	0214 3307 0003	(*)	CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM SÃO SEBASTIÃO (EPP)	S	4	90	100	50.000
10 302	0214 3307 0005	(*)	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL / DIA SOBRADINHO (EPP)	S	4	90	100	50.000
10 302	0214 3307 0006	(*)	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO CRUZEIRO (EPP)	S	4	90	100	50.000
10 302	**0214 3487**		**MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE**					**330.000**
10 302	0214 3487 0003	(*)	REFORMA DO POSTO DE SAÚDE 03 - SOBRADINHO II (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3487 0006	(*)	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE BRAZLANDIA (EPP)					

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
10 302	0214 3487 0010	(*)	REFORMA GERAL DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE CEILÂNDIA (EPP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3487 0012		REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE CEILÂNDIA(EP)	S	4	90	100	10.000
10 302	0214 3487 0013		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 BRAZLÂNDIA(EP)	S	4	90	100	100.000
10 302	0214 3487 0014		AMPLIAÇÃO E REFORMA DA RADIOLOGIA DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO(EP)	S	4	90	100	100.000
10 302	**0214 7360**		**CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS**	S	4	90	100	100.000 **100.000**
10 302	0214 7360 0001		CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS(EP)					

				S	4	90	100	100.000
10 302	0214 7446	CONSTRUÇÃO DE CASA DE SAÚDE						1.500.000
10 302	0214 7446 0001	CONSTRUÇÃO DA CASA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA GERIÁTRICA DE BRASÍLIA NO NÚCLEO BANDEIRANTE(EP)						
				S	4	50	100	1.500.000
15 302	0214 1670	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE						100.000
15 302	0214 1670 0008	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO 26 DE SETEMBRO, TAGUATINGA(EP)						
				S	4	90	100	100.000
2418	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL							10.000
		PROJETOS						
10 302	2418 1853	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSOCIAL						10.000
10 302	2418 1853 0003	(*) CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSOCIAL - CAPS EM SOBRADINHO (EPP)						
				S	4	90	100	10.000
TOTAL - SEGURIDADE								2.800.000
TOTAL - GERAL								2.800.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25101 SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
11 TRABALHO	450.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	450.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0116 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO	220.000
0120 PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR	230.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	450.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000
TOTAL ...	**450.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO A LEI Nº

ÓRGÃO : 25000 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

UNIDADE : 25101 SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0116	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO						VETADO
		ATIVIDADES					
11 331	0116 2706	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO-DE-OBRA					VETADO
11 331	0116 2706 0003	(*) PROGRAMA FRENTES MÚLTIPLAS DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (EPP)					
			F	3	90	100	VETADO
11 331	0116 2706 0004	(*) PROGRAMA QUALIFICANDO E RECICLANDO O CONHECIMENTO (EPP)					
			F	3	90	100	VETADO
0120	PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR						VETADO
		ATIVIDADES					
11 331	0120 2706	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO-DE-OBRA					VETADO

11 331	0120 2706 0003	(*) PROGRAMA FRENTES MÚLTIPLAS DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (EPP)						
			F	3	90	100		VETADO
11 331	**0120 2900**	**PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR**						**VETADO**
11 331	0120 2900 0003	(*) APROVEITAMENTO PROFISSIONAL DE JOVENS NAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS (EPP)						
			F	3	90	100		VETADO
11 331	0120 2900 0003	(*) IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS COM ESTÁGIO GARANTIDO (EPP)						
			F	3	90	100		VETADO
11 331	0120 2900 0004	(*) BOLSA TRABALHO-ESTÁGIO (EPP)						
			F	3	90	100		VETADO
11 331	0120 2900 0007	(*) PROGRAMA EDUCACIONAL PARA O CRESCIMENTO PROFISSIONAL (EPP)						
			F	3	90	100		VETADO
TOTAL - FISCAL								**VETADO**
TOTAL - GERAL								**VETADO**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 28000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

UNIDADE : 28101 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
16 HABITAÇÃO	416.030
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	416.030
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0203 SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL	416.030
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINARIO NÃO VINCULADO	27.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000
132 CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS(NÃO-INTEGRANTES DO GDF)	389.030
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	389.030
TOTAL ...	**416.030**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	416.030

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 28000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

UNIDADE : 28101 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0203		**SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL**					**416.030**
		PROJETOS					
16 127	0203 3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS					416.030
16 127	0203 3711 0004	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS(EP)					
			F	3	90	100	27.000
			F	3	90	132	389.030
TOTAL - FISCAL							**416.030**
TOTAL - GERAL							**416.030**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
27 DESPORTO E LAZER	20.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	20.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	20.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	20.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000
TOTAL ...	**20.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
4000		ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					20.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
27 812	4000 9075	APOIO AO DESPORTO AMADOR					20.000
27 812	4000 9075 0007	APOIO AO FUTEBOL FEMININO(EP)					
			F	3	50	100	20.000
TOTAL - FISCAL							**20.000**
TOTAL - GERAL							**20.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
15 URBANISMO	45.589
27 DESPORTO E LAZER	81.525
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	45.589
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	60.000
813 LAZER	21.525
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0084 URBANIZAÇÃO	45.589
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	81.525
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	127.114
INVESTIMENTOS	127.114
TOTAL ...	**127.114**
INVESTIMENTOS	127.114

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084		URBANIZAÇÃO					45.589
		PROJETOS					
15 451	0084 7370	REFORMA DE PRAÇA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE NAS RUAS 02 E 04, DO SETOR DOS ENGENHEIROS, NA METROPOLITANA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE.					45.589
15 451	0084 7370 0001	REFORMA DE PRAÇA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE NAS RUAS 02 E 04, DO SETOR DOS ENGENHEIROS, NA METROPOLITANA.(EP)	F	4	90	100	45.589
4000		ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					81.525
		PROJETOS					
27 812	4000 7359	REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO BANDEIRANTE					30.000
27 812	4000 7359 0001	REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO BANDEIRANTE(EP)	F	4	90	100	30.000
27 812	4000 7362	REFORMA DO ESTÁDIO VASCO VIANA NO NUCLEO BANDEIRANTE					30.000
27 812	4000 7362 0001	REFORMA DO ESTÁDIO VASCO VIANA NO NÚCLEO BANDEIRANTE(EP)	F	4	90	100	30.000
27 813	4000 7354	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO NÚCLEO BANDEIRANTE					21.525
27 813	4000 7354 0001	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO NÚCLEO BANDEIRANTE(EP)	F	4	90	100	21.525
TOTAL - FISCAL							127.114
TOTAL - GERAL							127.114

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	100.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	100.000
INVESTIMENTOS	100.000
TOTAL ...	100.000
INVESTIMENTOS	100.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	1300 9068	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS					100.000
13 392	1300 9068 0076	APOIO Á FESTA CAMINHADA MARIANA DE SAMAMBAIA(EP)	F	4	90	100	100.000
TOTAL - FISCAL							100.000
TOTAL - GERAL							100.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 40000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 40201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	60.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1000 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	60.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	60.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000
TOTAL ...	**60.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 40000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 40201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1000		DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					60.000
		ATIVIDADES					
04 122	1000 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					60.000
04 122	1000 8517 0069	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	100	60.000
TOTAL - FISCAL							**60.000**
TOTAL - GERAL							**60.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação do Patrimônio

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	199.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	199.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0136 CIDADANIA TRIBUTÁRIA	199.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	199.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.000
TOTAL ...	**199.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0136	**CIDADANIA TRIBUTÁRIA**						**199.000**
		ATIVIDADES					
04 122	0136 8504	**CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES**					**199.000**
04 122	0136 8504 0002	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS					
			F	3	90	100	199.000
TOTAL - FISCAL							**199.000**
TOTAL - GERAL							**199.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
20 AGRICULTURA	50.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0169 PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	50.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINARIO NÃO VINCULADO	50.000
INVESTIMENTOS	50.000
TOTAL ...	**50.000**
INVESTIMENTOS	50.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0169	**PROMOÇÃO COMUNITÁRIA**						**50.000**
		PROJETOS					
20 122	0169 5741	**CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR E PRODUTOR RURAL**					**50.000**
20 122	0169 5741 0001	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR E PRODUTOR RURAL DO DISTRITO FEDERAL					
			F	4	90	100	50.000
TOTAL - FISCAL							**50.000**
TOTAL - GERAL							**50.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	300.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	300.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	300.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	300.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	300.000
TOTAL ...	**300.000**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	300.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100	APOIO ADMINISTRATIVO						300.000
		ATIVIDADES					
13 122	0100 8502	**ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**					**300.000**
13 122	0100 8502 0086	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA					
			F	1	90	100	300.000
TOTAL - FISCAL							**300.000**
TOTAL - GERAL							**300.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
12 EDUCAÇÃO	3.520.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
361 ENSINO FUNDAMENTAL	3.520.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0138 APOIO AO EDUCANDO	20.000
0142 EDUCANDO SEMPRE	3.500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3.520.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.520.000
TOTAL ...	**3.520.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.520.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0138	**APOIO AO EDUCANDO**						**20.000**
		ATIVIDADES					
12 361	0138 2964	**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**					**20.000**
12 361	0138 2964 0001	(*) ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	F	3	90	100	20.000
0142	**EDUCANDO SEMPRE**						**3.500.000**
		ATIVIDADES					
12 361	0142 2389	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**					**3.500.000**
12 361	0142 2389 0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	F	3	90	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL							**3.520.000**
TOTAL - GERAL							**3.520.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	80.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	80.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0228 VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA	80.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	80.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000
TOTAL ...	**80.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0228	**VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA**						**80.000**
		ATIVIDADES					
04 128	0228 2975	**APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO AFETAS À SECRETARIA DE FAZENDA**					**80.000**
04 128	0228 2975 0001	APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO AFETAS À SECRETARIA DE FAZENDA	F	3	90	100	80.000
TOTAL - FISCAL							**80.000**
TOTAL - GERAL							**80.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	255.000
15 URBANISMO	100.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	255.000
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0098 INFRA-ESTRUTURA À SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO	100.000
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	255.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	355.000
INVESTIMENTOS	355.000
TOTAL ...	**355.000**
INVESTIMENTOS	355.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0098		INFRA-ESTRUTURA À SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO					100.000
		PROJETOS					
15 451	0098 1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO					100.000
15 451	0098 1110 0159	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA AO LONGO DA AVENIDA SÃO FRANCISCO(EP)					
			F	4	90	100	100.000
1300		DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					255.000
		PROJETOS					
13 392	1300 3941	REVITALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES					255.000
13 392	1300 3941 0005	REFORMA DO MUSEU DE PLANALTINA(EP)					
			F	4	90	100	255.000
TOTAL - FISCAL							355.000
TOTAL - GERAL							355.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	30.503
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	30.503
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	30.503
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	30.503
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.503
TOTAL ...	**30.503**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.503

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**30.503**
		PROJETOS					
13 392	1300 5463	**PROMOÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS**					**30.503**
13 392	1300 5463 0006	EVENTOS RELIGIOSOS VIA-SACRA, PADROEIRA S N.S.DO ROSÁRIO DE FÁTIMA, BOM JEUS DOS MIGRANTES, E FESTA DAS REGIÕES RA-V(EP)	F	3	90	100	30.503
TOTAL - FISCAL							**30.503**
TOTAL - GERAL							**30.503**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	350.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	350.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0136 CIDADANIA TRIBUTÁRIA	350.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	350.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.000
TOTAL ...	**350.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO A LEI Nº

ÓRGÃO : 41000 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVADADES URBANAS

UNIDADE : 41101 SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0136		**CIDADANIA TRIBUTÁRIA**					**350.000**
		ATIVIDADES					
04 122	0136 8504	**CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES**					**350.000**
04 122	0136 8504 0002	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS	F	3	90	100	350.000
TOTAL - FISCAL							**350.000**
TOTAL - GERAL							**350.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IV R$ 1,00

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	150.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	150.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	150.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	150.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000
TOTAL ...	**150.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000

ANEXO IV R$ 1,00

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38111 REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**150.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	1300 9068	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS					150.000
13 392	1300 9068 0065	APOIO Á REALIZAÇÃO DO CONGRESSO CIBECEN(EP)	F	3	90	100	50.000
13 392	1300 9068 0066	APOIO Á REALIZAÇÃO DO RODEIO GOSPEL(EP)	F	3	90	100	50.000
13 392	1300 9068 0067	APOIO Á REALIZAÇÃO DO EVENTO LABAREDA DE FOGO(EP)	F	3	90	100	50.000
TOTAL - FISCAL							**150.000**
TOTAL - GERAL							**150.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO V R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16903 FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	5.600.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	5.600.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	5.600.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
120 DIRETAMENTE ARRECADADOS	5.600.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.600.000
TOTAL ...	**5.600.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.600.000

ANEXO V R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16903 FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**5.600.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	**1300 9072**	**APOIO À ARTE E À CULTURA**					**5.600.000**
13 392	1300 9072 0002	APOIO Á ARTE E À CULTURA NO DISTRITO FEDERAL	F	3	90	120	5.600.000
TOTAL - FISCAL							**5.600.000**
TOTAL - GERAL							**5.600.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	70.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	70.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	70.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	70.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000
TOTAL ...	**70.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**VETADO**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	**1300 9068**	**APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS**					**70.000**
13 392	1300 9068 0072	APOIO Á REALIZAÇÃO DA FESTA DE ISRAEL(EP)	F	3	90	100	VETADO
13 392	1300 9068 0073	MARCHA PARA JESUS NO PARANOÁ(EP)	F	3	90	100	VETADO
13 392	1300 9068 0084	APOIO Á REALIZAÇÃO DO EVENTO LABAREDA DE FOGO (EP)	F	3	90	100	VETADO
TOTAL - FISCAL							**VETADO**
TOTAL - GERAL							**VETADO**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17101 SECRETARIA DE ESTADO DE ACAO SOCIAL

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES		
14 DIREITOS DA CIDADANIA		60.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL		10.000
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		50.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0100 APOIO ADMINISTRATIVO		10.000
1502 DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER		50.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		60.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000
	INVESTIMENTOS	10.000
TOTAL ...		**60.000**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000
	INVESTIMENTOS	10.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 17000 SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE : 17101 SECRETARIA DE ESTADO DE ACAO SOCIAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100		APOIO ADMINISTRATIVO					10.000
		ATIVIDADES					
14 421	0100 2767	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES					10.000
14 421	0100 2767 0011	(*) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CONSELHOS TUTELARES (EPP)	S	4	90	100	10.000
1502		DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER					50.000
		ATIVIDADES					
14 422	1502 6030	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER					50.000
14 422	1502 6030 0002	MANUTENÇÃO DA CASA ABRIGO(EP)	F	3	90	100	50.000
TOTAL - FISCAL							**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE							**10.000**
TOTAL - GERAL							**60.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL		120.000
15 URBANISMO		450.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		120.000
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA		450.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0084 URBANIZAÇÃO		450.000
0169 PROMOÇÃO COMUNITÁRIA		120.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		570.000
	INVESTIMENTOS	570.000
TOTAL ...		**570.000**
	INVESTIMENTOS	570.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0084	**URBANIZAÇÃO**						**VETADO**
		PROJETOS					
15 451	**0084 1110**	**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**					**VETADO**
15 451	0084 110 178	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SAAN(EP)	F	4	50	100	VETADO
0169	**PROMOÇÃO COMUNITÁRIA**						**120.000**
		PROJETOS					
08 244	**0169 1745**	**CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS**					**40.000**
08 244	0169 1745 0054	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM SÃO SEBASTIÃO(EP)	F	4	90	100	40.000
08 244	**0169 3440**	**REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES**					**80.000**
08 244	0169 3440 0042	REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM SOBRADINHO II(EP)	F	4	90	100	40.000
08 244	0169 3440 0043	REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NO GAMA(EP)	F	4	90	100	40.000
TOTAL - FISCAL							**120.000**
TOTAL - GERAL							**120.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	784.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	784.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2800 TRANSPORTE SEGURO	784.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
137 COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	784.000
INVESTIMENTOS	784.000
TOTAL ...	**784.000**
INVESTIMENTOS	784.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

UNIDADE : 22205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2800	**TRANSPORTE SEGURO**						**784.000**
		PROJETOS					
26 782	**2800 1475**	**RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS**					**784.000**
26 782	2800 1475 0038	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO VIADUTO EIXO MONUMENTAL/RODOFERROVIÁRIA	F	4	90	137	784.000
TOTAL - FISCAL							**784.000**
TOTAL - GERAL							**784.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	2.800.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
301 ATENÇÃO BÁSICA	800.000
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0214 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF	2.800.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	2.800.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800.000
INVESTIMENTOS	2.000.000
TOTAL ...	**2.800.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800.000
INVESTIMENTOS	2.000.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

UNIDADE : 23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0214		MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF					2.800.000
		PROJETOS					
10 301	0214 3487	MELHORIA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE					800.000
10 301	0214 3487 0004	(*) REFORMA DOS CENTROS E POSTOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (EPP)					
			S	3	90	100	800.000
10 302	0214 3307	CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL					2.000.000
10 302	0214 3307 0001	(*) CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA					
			S	4	90	100	2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							**2.800.000**
TOTAL - GERAL							**2.800.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 28000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

UNIDADE : 28101 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
16 HABITAÇÃO	416.030
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	416.030
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0202 GESTÃO URBANA	416.030
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	27.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000
132 CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS(NÃO-INTEGRANTES DO GDF)	389.030
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	328.030
INVESTIMENTOS	61.000
TOTAL ...	**416.030**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	355.030
INVESTIMENTOS	61.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 28000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

UNIDADE : 28101 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0202	**GESTÃO URBANA**						**416.030**
		PROJETOS					
16 127	**0202 3711**	**REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS**					**416.030**
16 127	0202 3711 0001 (*)	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS DIVERSOS					
			F	3	90	100	27.000
			F	3	90	132	328.030
			F	4	90	132	61.000
TOTAL - FISCAL							**416.030**
TOTAL - GERAL							**416.030**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	8.000
15 URBANISMO	119.114
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.000
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	119.114
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
3000 ADMINISTRANDO NOSSA CIDADE	127.114
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	127.114
INVESTIMENTOS	127.114
TOTAL ...	**127.114**
INVESTIMENTOS	127.114

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38110 REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
3000	**ADMINISTRANDO NOSSA CIDADE**						**127.114**
		PROJETOS					
04 122	**3000 7364**	**AMPLIAÇÃO E REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO NÚCLEO BANDEIRANTE**					**8.000**
04 122	3000 7364 0001	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO NÚCLEO BANDEIRANTE(EP)					
			F	4	90	100	8.000
15 451	**3000 3903**	**REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS**					**119.114**
15 451	3000 3903 0004	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS NO NUCLEO BANDEIRANTE					
			F	4	90	100	119.114
TOTAL - FISCAL							**127.114**
TOTAL - GERAL							**127.114**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	100.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	100.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000
TOTAL ...	**100.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	1300 9068	**APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS**					100.000
13 392	1300 9068 0032	(*) APOIO À FESTA CAMINHADA MARIANA DE SAMAMBAIA (EPP)	F	3	90	100	100.000
TOTAL - FISCAL							**100.000**
TOTAL - GERAL							**100.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38125 REGIÃO ADMINISTRATIVA XXIII - VARJÃO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	5.000
15 URBANISMO	194.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.000
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	194.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0100 APOIO ADMINISTRATIVO	5.000
3000 ADMINISTRANDO NOSSA CIDADE	140.000
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	54.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	199.000
INVESTIMENTOS	199.000
TOTAL ...	**199.000**
INVESTIMENTOS	199.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38125 REGIÃO ADMINISTRATIVA XXIII - VARJÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0100		APOIO ADMINISTRATIVO					5.000
		ATIVIDADES					
04 122	0100 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					5.000
04 122	0100 8517 0074	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO					
			F	4	90	100	5.000
3000		ADMINISTRANDO NOSSA CIDADE					140.000
		PROJETOS					
15 451	3000 1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS					140.000
15 451	3000 1984 0021	(*) CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO					
			F	4	90	100	140.000
4000		ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					54.000
		PROJETOS					
15 451	4000 1745	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS					54.000
15 451	4000 1745 0011	(*) CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NO VARJÃO					
			F	4	90	100	54.000
TOTAL - FISCAL							199.000
TOTAL - GERAL							199.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 40000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 40201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	60.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	60.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1000 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	60.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINARIO NÃO VINCULADO	60.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000
TOTAL ...	**60.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000

ANEXO VI R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 40000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 40201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1000		DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					60.000
		ATIVIDADES					
19 131	1000 8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					60.000
19 131	1000 8505 0023	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL					
			F	3	90	100	60.000
TOTAL - FISCAL							60.000
TOTAL - GERAL							60.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES	
20 AGRICULTURA	1.778.166
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.778.166
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0169 PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	1.778.166
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
132 CONVENIOS OUTROS ÓRGÃOS(NÃO-INTEGRANTES DO GDF)	1.778.166
INVESTIMENTOS	1.778.166
TOTAL ...	**1.778.166**
INVESTIMENTOS	1.778.166

ANEXO VII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL-EXESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0169	PROMOÇÃO COMUNITÁRIA						1.778.166
		PROJETOS					
20 122	0169 5741	**CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR E PRODUTOR RURAL**					1.778.166
20 122	0169 5741 0004	CONTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA COMERCIALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR - PRONAF NO DISTRITO FEDERAL	F	4	90	132	1.778.166
TOTAL - FISCAL							1.778.166
TOTAL - GERAL							1.778.166

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
20 AGRICULTURA	50.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0169 PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	50.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	50.000
INVESTIMENTOS	50.000
TOTAL ...	**50.000**
INVESTIMENTOS	50.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0169	PROMOÇÃO COMUNITÁRIA						50.000
		PROJETOS					
20 122	0169 5741	**CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO DO TRABALHADOR E PRODUTOR RURAL**					50.000
20 122	0169 5741 0004	CONTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA COMERCIALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR - PRONAF NO DISTRITO FEDERAL	F	4	90	100	50.000
TOTAL - FISCAL							50.000
TOTAL - GERAL							50.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES		
13 CULTURA		155.000
28 ENCARGOS ESPECIAIS		300.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
392 DIFUSÃO CULTURAL		155.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		300.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0001 PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL		300.000
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL		155.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		455.000
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	300.000
	INVESTIMENTOS	155.000
TOTAL ...		**455.000**
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	300.000
	INVESTIMENTOS	155.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0001		**PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**					**300.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
28 846	0001 9050	**RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**					**300.000**
28 846	0001 9050 0076	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DA SECRETARIA DE CULTURA	F	1	90	100	300.000
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**155.000**
		ATIVIDADES					
13 392	1300 2484	**INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE FILMES**					**155.000**
13 392	1300 2484 0005	EDITAL PARA FILMES DE LONGA METRAGEM(EP)	F	4	90	100	155.000
TOTAL - FISCAL							**455.000**
TOTAL - GERAL							**455.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

QUADRO SINTESE POR FUNÇÕES		
12 EDUCAÇÃO		3.520.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
362 ENSINO MÉDIO		20.000
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL		3.500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0138 APOIO AO EDUCANDO		20.000
0164 ESCOLA DE TODOS NOS		3.500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO		3.520.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000
	INVESTIMENTOS	3.500.000
TOTAL ...		**3.520.000**
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000
	INVESTIMENTOS	3.500.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 18000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIDADE : 18101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0138	**APOIO AO EDUCANDO**						**20.000**
		ATIVIDADES					
12 362	**0138 2964**	**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**					**20.000**
12 362	0138 2964 0005	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	F	3	90	100	20.000
0164	**ESCOLA DE TODOS NÓS**						**3.500.000**
		PROJETOS					
12 367	**0164 5888**	**CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ENSINO**					**3.500.000**
12 367	0164 5888 0011	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO ESPECIAL PARA DEFICIENTES VISUAIS	F	4	90	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL							**3.520.000**
TOTAL - GERAL							**3.520.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	80.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	80.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0228 VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA	80.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	80.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000
TOTAL ...	**80.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0228	**VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA**						**80.000**
		ATIVIDADES					
04 128	**0228 6038**	**QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**					**80.000**
04 128	0228 6038 0004	QUALIFICAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FAZENDA	F	3	90	100	80.000
TOTAL - FISCAL							**80.000**
TOTAL - GERAL							**80.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 27000 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

UNIDADE : 27101 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
27 DESPORTO E LAZER	350.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	350.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
2300 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL	350.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	350.000
INVESTIMENTOS	350.000
TOTAL ...	**350.000**
INVESTIMENTOS	350.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 27000 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

UNIDADE : 27101 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
2300		PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL					350.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
27 392	2300 9091	IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL ISRAEL PINHEIRO					350.000
27 392	2300 9091 0001	IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL ISRAEL PINHEIRO	F	4	50	100	350.000
TOTAL - FISCAL							**350.000**
TOTAL - GERAL							**350.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

QUADRO SINTESE POR FUNÇOES	
27 DESPORTO E LAZER	200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	100.000
813 LAZER	100.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1900 JUVENTUDE E ESPORTES DE MÃOS DADAS COM O FUTURO	100.000
4000 ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	100.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	200.000
INVESTIMENTOS	200.000
TOTAL ...	**200.000**
INVESTIMENTOS	200.000

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 34000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE : 34101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1900		JUVENTUDE E ESPORTES DE MÃOS DADAS COM O FUTURO					100.000
		ATIVIDADES					
27 813	1900 2033	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS					100.000
27 813	1900 2033 0040	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ABERTOS DO DF(EP)	F	4	90	100	100.000
4000		ESPORTE : MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO					100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
27 812	4000 9080	APOIO AO CAMPEONATO METROPOLITANO DE FUTEBOL					100.000
27 812	4000 9080 0004	APOIO ÁS ATIVIDADES DA FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL NO PARANOÀ(EP)	F	4	90	100	100.000
TOTAL - FISCAL							200.000
TOTAL - GERAL							200.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	30.503
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	30.503
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	30.503
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	30.503
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.503
TOTAL ...	30.503
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.503

ANEXO VIII R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 38000 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

UNIDADE : 38107 REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL					30.503
		PROJETOS					
13 392	1300 5463	PROMOÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS					30.503
13 392	1300 5463 0007	"APOIO ÀS FESTAS VIA SACRA, PADROEIRA N.S. ROSÁRIO DE FÁTIMA, BOM JESUS DOS MIGRANTES, DAS REGIÕES E SÃO MATEUS"(EP)	F	3	90	100	30.503
TOTAL - FISCAL							30.503
TOTAL - GERAL							30.503

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

ANEXO IX R$ 1,00

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
13 CULTURA	150.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
392 DIFUSÃO CULTURAL	150.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1300 DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	150.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	150.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000
TOTAL ...	**150.000**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000

ANEXO IX R$ 1,00

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1300		**DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL**					**150.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
13 392	1300 9068	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS					150.000
13 392	1300 9068 0082	APOIO Á REALIZAÇÃO DO CONFRESSO CIBECEN (EP)	F	3	90	100	50.000
13 392	1300 9068 0083	APOIO Á REALIZAÇÃO DO RODEIO GOSPEL (EP)	F	3	90	100	50.000
13 392	1300 9068 0084	APOIO Á REALIZAÇÃO DO EVENTO LABAREDA DE FOGO (EP)	F	3	90	100	50.000
TOTAL - FISCAL							**150.000**
TOTAL - GERAL							**150.000**

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

LEI Nº 3.608, DE 08 DE JUNHO DE 2005

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), no valor até US$ 57.643.000,00 (cinqüenta e sete milhões e seiscentos e quarenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar a implantação do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Programa Brasília Sustentável, que abrange a melhoria do equilíbrio entre a ocupação do território e o uso dos recursos naturais, especialmente os relacionados ao potencial hídrico do Distrito Federal e do Entorno, contemplando intervenções como o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem pluvial, a pavimentação asfáltica e outras ações no âmbito da urbanização, a instalação de equipamentos públicos, a destinação final de resíduos sólidos, além do desenvolvimento de estudos e de projetos sociais para geração de emprego e renda, em diversas localidades do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os projetos a serem financiados com os recursos do empréstimo a ser contratado com o BIRD e aqueles financiados com a contrapartida local atendem aos objetivos, metas e programas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal para o período de 2003 a 2006, aprovado pela Lei nº 3.156, de 28 de maio de 2003, bem como no Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2004 a 2007, estabelecido pela Lei nº 3.157, de 28 de maio de 2003.

Art. 2º O Poder Executivo fica, também, autorizado a vincular como contra-garantias à garantia da União, as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157, 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas nos arts. 155 e 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como oferecer outras garantias em direito admitidas.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais vindouros e nos planos plurianuais do Distrito Federal, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º O Poder Executivo encaminhará cópia do contrato da operação de crédito à Câmara Legislativa e, anualmente, demonstrativo do fluxo de caixa da operação contendo datas de liberação das parcelas, valor do saldo devedor, saldo a liberar, amortização e juros pagos e a execução da contrapartida com recursos do Governo do Distrito Federal.

§ 1º As alterações porventura ocorridas durante a execução do contrato de empréstimo serão informadas à Câmara Legislativa, com as respectivas justificativas, no prazo de trinta dias;

§ 2º Os documentos de que trata este artigo serão publicados no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de junho de 2005.
117º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

PORTARIA Nº 146, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Introduz alteração na Portaria nº 375, de 08 de dezembro de 2004, que "Autoriza o Banco de Brasília S/A. - BRB a contratar empréstimo com a empresa LA MAMMA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA., na forma dos artigos 10 e 72 do Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004." (1ª alteração).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o que consta do Processo nº 160.000.082/90, resolve:

Art. 1º O inciso I do artigo 1º da Portaria nº 375, de 08 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - prazo para fruição do benefício, considerando a data da ocorrência do fato gerador:

a) termo inicial do PRODECON: novembro de 1998;

b) termo inicial após a migração do PRODECON para o PRÓ/DF: novembro de 2003;

c) termo final: outubro de 2010, ou até a amortização total do valor do financiamento concedido, o que ocorrer primeiro;

.....".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 10, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, de acordo com o disposto na Lei nº 1.362, de 30 de dezembro de 1996.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 68 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e ainda, considerando o que consta do Processo 043.000.088/2003, declara: ISENTO do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 2003, no percentual de 90% (noventa por cento), o imóvel situado na QI 06 CONJUNTO "Q" CASA 25, GUARÁ I – DF, inscrição nº 1816043-3, de propriedade de MARIA GILDA FERREIRA FERNANDES. Valor da Renúncia: IPTU – R$ 248,47; TLP – R$ 96,77. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO Nº 13, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

O GERENTE DE CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo disposto no artigo 1º, inciso V, da Ordem de Serviço nº 92-SUREC, de 10 de julho de 2002, publicada no DODF nº 131, de 12 de julho de 2002, declara que foi autorizada a(s) seguinte(s) Compensação (ões): 1) Do crédito referente ao porte da ECT, no valor de R$ 216,00, com débito inscrito em dívida ativa e débitos em aberto, em nome da empresa Escavo Construções e Comércio Ltda, CNPJ nº 01.658.079/0001-05 (Processo 030.001.913/2005).

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA

DESPACHOS DO GERENTE

Em 07 de junho de 2005

O GERENTE DE CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 32 - SUREC, de 23 de março de 2004, publicada no DODF nº 57, de 24 de março de 2004, autoriza as Restituições/ Compensações discriminadas nos processos, interessados, CGC/CNPJ/CPF, tributos e valores seguintes: 1) 124.007.880/2004, Embaixada da República da Coréia, 04.097.108/0001-03, ICMS, R$ 971,56; 2) 124.005.040/2004, Embaixada da República da Coréia, 04.097.108/0001-03, ICMS, R$ 2.690,47; 3) 124.006.248/2004, Embaixada da Guiana, 04.489.260/0001-23, ICMS, R$ 433,24; 4) 048.000.290/2005, Embaixada da Guiana, 04.489.260/0001-23, ICMS, R$ 1.575,25; 5) 124.005.135/2004, Embaixada da Guiana, 04.489.260/0001-23, ICMS, R$ 422,76; 6) 125.000.162/2005, Embaixada da Guiana, 04.489.260/0001-23, ICMS, R$ 782,93; 7) 040.006.303/2004, Igreja Cristã Maranata Prebítero Espírito Santense, 27.056.910/0001-42, IPTU/TLP, R$ 5.488,54; 8) 124.004.366/2004, Israel Sousa Castro, 258.083.201-78, ITBI, R$ 25,14; 9) 045.000.644/2005, Leonimar Dias de Oliveira, 424.120.641-72, ICMS-Subst. Trib., R$ 134,20; 10) 040.004.542/1997, SESC – Serviço Social do Comércio, 33.469.164/0230-81, ITBI, R$ 8.946,95.

O GERENTE DE CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, no uso de sua competência legal, resolve: INDEFERIR: 1) O pedido de restituição do tributo relativo ao Processo 048.005.420/2004, requerido por Andrew Keith Soper (Embaixada da Grã-Bretanha), CPF nº 729.997.801-68, tendo em vista, o disposto no Decreto nº 18.955/1997, Caderno I, Anexo I, item 96.2, alínea C, haja vista terem sido apresentados, juntamente com o Pedido, documentos sem validade fiscal (comprovantes de pagamento por cartão de crédito); 2) O pedido de restituição do tributo relativo ao Processo 048.001.269/2005, requerido pela Embaixada da França, CNPJ nº 04.071.102/0001-59, tendo em vista, o disposto no Decreto nº 18.955/1997, Caderno I, Anexo I, item 96.2, alínea C, haja vista terem sido apresentados, juntamente com o Pedido, documentos sem validade fiscal (requisições); 3) O pedido de restituição de tributo relativo ao processo 124.005.132/2004, requerido por Benkheira Benbouali (Embaixada da Republica Argelina Democrática e Popular), CPF nº 732.616.021-04, tendo em vista, que o crédito referente ao mesmo foi devolvido para a Conta Contábil de Ordens Bancárias Não Reclamadas. 4) O pedido de restituição de tributo relativo ao processo 040.000.183/2001, requerido por Liliana Noemi Roche, CPF nº 716.005.151-34, tendo em vista, que o crédito referente ao mesmo foi devolvido para a Conta Contábil de Ordens Bancárias Não Reclamadas. 5) O pedido de restituição de tributo relativo ao processo 040.003.469/2002, requerido por Marcos Breton, CPF nº 724.378.801-78, tendo em vista, que o crédito referente ao mesmo foi devolvido para a Conta Contábil de Ordens Bancárias Não Reclamadas.

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 275, DE 31 DE MAIO DE 2005.

Assunto: Reconhecimento de imunidade de IPVA – Instituição de Assistência Social/Educação.

O DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso XI do artigo 104 do Anexo Único à Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, art. 1º, inciso I, alínea a, de 23 de março de 2004; fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, no Decreto nº 16.099/94, e considerando ainda o que consta nos autos do processo nº 040.005087/05, declara a CONGREGAÇÃO CLARETIANA, instituição de assistência social, inscrita no CNPJ BÁSICO sob o nº 17.203.928/: IMUNE quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, em relação aos veículos integrantes do seu patrimônio e utilizados em suas finalidades essenciais, a partir da data de sua aquisição quando se tratar de veículos novos, e a partir do ano seguinte ao da respectiva aquisição quando se tratar de veículos usados. A imunidade terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que a fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar a esta SEF (Agência de Atendimento da Receita) qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração, sob pena de ser cobrado o imposto atualizado monetariamente, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, quando for o caso (parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 4º do Decreto n.º 16.099, de 29.11.94, alterado pelo Decreto n.º 17.958/96). Os requisitos legais para o reconhecimento desta imunidade foram verificados por Francisco Mendes da Silva Santos, Auditor Tributário, Matrícula nº 110.209-5, e ratificados por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais, assim como por José Ribeiro da Silva Neto, Gerente de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais.

Publique-se; Registre-se; Arquive-se.

FRANCISCO OTÁVIO MIRANDA MOREIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 280, DE 31 DE MAIO DE 2005.

Processo: 043.002.687/05 e 043.002.688/05; Interessada: COLMAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.; CNPJ: 03.587.839/0001-66; Assunto: Reconhecimento de isenção de IPVA – Máquinas de Terraplenagem.

O DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso XI do artigo 104 do Anexo Único à Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002; tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, art. 1º, inciso I, alínea a, de 23 de março de 2004; fundamentado no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 2.670, de 11 de janeiro de 2001, que alterou o artigo 4º da Lei nº 7431/85; no Decreto nº 16.099/94, declara isenta(s) a(s) máquina(s) de terraplenagem

abaixo identificada(s), quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. ESPÉCIE/TIPO; PLACA; EXERCÍCIO(S); RENÚNCIA – R$; PROPORÇÃO DA RENÚNCIA (%); TRA/TR RODAS; JJY9307; 2005; 891,00; 100; CAR/C. TRATOR; JFX5239; 2005; 220,54; 100. A isenção deverá ser anualmente reconhecida, conforme o disposto no § 1º do art. 6º do Decreto 16.099/94. Os requisitos legais para o reconhecimento desta isenção foram verificados por Francisco Mendes da Silva Santos, Auditor Tributário, Matrícula nº 110.209-5, e ratificados por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais, assim como por José Ribeiro da Silva Neto, Gerente de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais. Publique-se; Registre-se; Arquive-se.

FRANCISCO OTÁVIO MIRANDA MOREIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 283, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Processo: 048.002372/05; Interessado: WILTON ROBSON ALVARENGA; CPF: 210.332.181-20; Assunto: Reconhecimento de isenção de IPVA – Máquinas de Terraplenagem.

O DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso XI do artigo 104 do Anexo Único à Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002; tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, art. 1º, inciso I, alínea a, de 23 de março de 2004; fundamentado no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 2.670, de 11 de janeiro de 2001, que alterou o artigo 4º da Lei nº 7431/85; no Decreto nº 16.099/94, declara isenta(s) a(s) máquina(s) de terraplenagem abaixo identificada(s), quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. ESPÉCIE/TIPO; PLACA; EXERCÍCIO(S); RENÚNCIA R$; PROPORÇÃO DA RENÚNCIA (%); CARGA TR RODAS; JKR8152; 2003; 2004; 2005; 650,00; 650,00; 650,00; 100; 100; 100. A isenção deverá ser anualmente reconhecida, conforme o disposto no § 1º do art. 6º do Decreto 16.099/94. Os requisitos legais para o reconhecimento desta isenção foram verificados por Francisco Mendes da Silva Santos, Auditor Tributário, Matrícula nº 110.209-5, e ratificados por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais, assim como por José Ribeiro da Silva Neto, Gerente de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais. Publique-se; Registre-se; Arquive-se.

FRANCISCO OTÁVIO MIRANDA MOREIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 284, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Assunto: Isenção de IPVA – Funcionário Estrangeiro de Missão Diplomática

O DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso XI do artigo 104 do Anexo Único à Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002; tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, art. 1º, inciso I, alínea a, de 23 de março de 2004; fundamentado nos artigos 1º, 34 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada pelo Decreto nº 56.435, de 08 de junho de 1965; no inciso III do artigo 4º da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, alterado pelo inciso III do art. 1º da Lei nº 2.670, de 11 de janeiro de 2001, no Decreto nº 16.099/94, declara isento o veículo abaixo identificado, quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. PROCESSO; ÓRGÃO; FUNCIONARIO; CPF; PLACA; EXERCÍCIO; RENUN-; CIA (R$); 124.002820/05; Embaixada da Espanha; Julian Fernandez Cid Roman; 739.115.421-00; JFQ 2054; 2004; 2005; 148,14; 585,00; 124.003635/05; Embaixada da Arábia Saudita; Mohammed Mutlaq Lafi Alanazi ; 740.258.801-72; JGR 2665; 2005; 1.117,50. A isenção, uma vez reconhecida, terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que a fundamentaram (Art 6º, § 2º do Decreto 16.099/94, alterado pelo Decreto nº 24.342/03). O Ministério das Relações Exteriores comunicará a esta SEF qualquer alteração que implique a cessação do benefício ora reconhecido (§ 3º do Decreto nº 24.342/03). Os requisitos legais para o reconhecimento desta isenção foram verificados por Fernanda Tereza de Baena Fernandes, Fiscal Tributário, matricula 109.095-X e ratificados por Maria Sâmara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais e por José Ribeiro da Silva Neto, Gerente da Gerência de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais. Publique-se; Registre-se; Cientifique-se o requerente por meio do Ministério das Relações Exteriores; Arquive-se.

FRANCISCO OTÁVIO MIRANDA MOREIRA

GERÊNCIA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 279, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Processo: 048.002.404/2005; Interessada: IGREJA DE NOVA VIDA DE BRASÍLIA; CNPJ: 03.635.380/0001-29; Assunto: Reconhecimento de imunidade de ITBI – Templo.

O GERENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS DA DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 109, inciso II da Portaria nº 563, de 5 de setembro de 2002, que alterou o Anexo Único à Portaria nº 648 de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, artigo 1º, inciso III, de 23.03.2004; e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b", §4º, da Constituição Federal, na Lei nº 11/88, no Decreto nº 16.114/94, declara não incidir a cobrança do ITBI na transmissão do imóvel entre os contribuintes abaixo identificados: ADQUIRENTE: IGREJA DE NOVA VIDA DE BRASÍLIA – CNPJ Nº 03.635.380/0001-29; TRANSMITENTE: COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA – CNPJ Nº 00.359.877/0001-73; NATUREZA DA TRANSAÇÃO: TRANSMISSÃO AO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE RELIGIOSA; IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL; COM E HAB QN 503 CJ 1 LT 1 SAMAMBAIA-DF; INSCRIÇÃO; 4564487X. Os requisitos legais para o reconhecimento desta imunidade foram verificados por Carlos Augusto Rosário, Auditor Tributário, matrícula nº 46.297-7; e ratificados por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais. Publique-se; Registre-se; Cientifique-se; Arquive-se.

JOSÉ RIBEIRO DA SILVA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 285, DE 31 DE MAIO DE 2005.

Processo: 124.003.474/2005; Interessado: APOLO SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.; CNPJ: 05.949.584/0001-60; Assunto: Reconhecimento de não-incidência de ITBI – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.

O GERENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS DA DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 109, inciso II da Portaria nº 563, de 5 de setembro de 2002, que alterou o Anexo Único à Portaria 648 de 21 de dezembro de 2001, e tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, art. 1º, inciso III, de 23 de março de 2004, fundamentado no art. 156, §2º da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 11/88 e no Decreto nº 16.114/94, declara: Não incidir a cobrança do ITBI relativo à transmissão do imóvel abaixo, em face da impossibilidade da caracterização da atividade preponderante da empresa adquirente, tendo em vista não haver decorrido o prazo de que tratam os §§ 2º e 3º, do artigo 3º, da Lei nº 11/88: ADQUIRENTE: APOLO SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ Nº 05.949.584/0001-60; TRANSMITENTE: TALES ALVES NAVARRO – CPF Nº 393.271.241-20; NATUREZA DA TRANSAÇÃO: INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL; DATA DO TÍTULO/ATO: 28/04/2005; VALOR DA OPERAÇÃO: R$ 240.000,00; DOCUMENTOS FISCAIS DO PERÍODO DE: 28/04/2003 a 28/04/2007; IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL; SHC/N SQ 307 BL C AP 305; MATRÍCULA/CARTÓRIO; 43237/2º; INSCRIÇÃO; 45990611. Apurada a preponderância a que se refere o § 1º do art. 3º da Lei nº 11/88, o imposto será devido nos termos da lei vigente à data da aquisição objeto do presente ato (§ 4º do art. 3º da Lei nº 11/88). Fica o adquirente, desde já, NOTIFICADO da obrigação de apresentar à Gerência de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais/GEESP desta Subsecretaria, os documentos fiscais necessários (Livro Diário, Balancetes Mensais, Demonstração de Resultado do Exercício e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física/Jurídica) para a apuração da preponderância no prazo de 45 dias a contar do primeiro dia útil após o término do período especificado acima. Caso o contribuinte não apresente esses documentos no prazo mencionado, o Ato Declaratório será revogado. Os requisitos legais para a concessão deste benefício foram verificados por Edilene Borges de Azevedo Menezes, Auditora Tributária, matr. nº 110.190-0; e ratificados por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais. Publique-se; Cientifique-se; Envie-se o processo à GETIM/DIRAR para lançar o ITBI e registrar sua respectiva suspensão no SITAF; Após, retorne-se ao NUBEF/GEESP para aguardar o decurso do prazo.

JOSÉ RIBEIRO DA SILVA NETO

DESPACHO DO GERENTE

Em 02 de junho de 2005.

Processo: 040.004.227/05; Interessada: UNIÃO CENTRAL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA; CNPJ: 55.233.019/0001-70; Assunto: Imunidade de IPTU – Templo.

O GERENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS DA DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 109, inciso II da Portaria nº 563, de 5 de setembro de 2002, que alterou o Anexo Único à Portaria nº 648 de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, artigo 1º, inciso III, de 23.03.04; decide indeferir o pedido de cancelamento de lançamento de IPTU/TLP, relativos ao ano de 1998, nos termos seguintes: IMÓVEL; INSCRIÇÃO; FUNDAMENTAÇÃO; SHCSW QR SW 7/8 LT 2; 4576719-X; O imóvel objeto do pedido, não pertencia ao patrimônio da requerente à época da ocorrência do Fato Gerador do IPTU/TLP. Conforme consta da escritura de compra e venda constante dos autos, a data de aquisição deu-se em 21/03/2000, sendo que o Ato Declaratório nº 255/03, publicado no DODF nº 118, de 23/06/03, pagina 08, declarou a imunidade para os imóveis integrantes do patrimônio da requerente, a partir do exercício seguinte ao de sua aquisição. Cabe ressaltar que a interessada tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Decreto nº 16.106/94. A verificação dos requisitos para o indeferimento deste pedido foi realizada por Francisco Mendes da Silva Santos, Auditor Tributário, Matrícula nº 110.209-5; e ratificada por Maria Samara Aires de Alencar Lucas, Chefe do Núcleo de Benefícios Fiscais. Publique-se; Aguarde-se o prazo recursal; Arquive-se.

JOSÉ RIBEIRO DA SILVA NETO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPÓSITO DE BENS APREENDIDOS

ATO DECLARATÓRIO N°12, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

o CHEFE DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPÓSITO DE BENS APREENDIDOS DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 123 incisos VIII e XXIII da portaria 563, de 05 de setembro de 2002 - SEFP e fundamentada no artigo 22 inciso I do Decreto 16.106, de 30 de novembro de 1994, resolve: DECLARAR abandonadas as mercadorias apreendidas através dos Autos de Infração e Apreensão e seus respectivos processos, abaixo discriminadas: AIA 5394/05, interessado: José da Siulva Magalhães, processo 123.001.424/05, mercadorias: 32 kg Piau inteiro, 43 kg dourada postas, 20 kg Piramutaba posta, 19 kg Tilapia, 37 kg Curimatã, 10 kg Palombeta; valor total R$ 776,64. As mercadorias por serem de fácil deterioração foram doadas a Fundação Pólo Ecológico. AIA 5186/05, interessado: Raimundo Estrela Dantas, processo 123.001.269/05, mercadorias: 60 FD Rapadura diversas 1x20; valor total R$ 1.200,00. As mercadorias por serem de fácil deterioração foram doadas a APAED Assoc. Pais Amigos dos Excepcionais e Def. de Taguatinga e Ceilândia, a Associação Assistencial de Santa Maria Gotinha de Luz, a Ação Social do Planalto. AIA 5172/05, interessado: Viação Anapolina LTDA, processo 123.001.268/05, mercadorias: 50 kg massa para lasanha "A Campanhola"; valor total R$ 325,00. As mercadorias por serem de fácil deterioração foram doadas a Ação Social do Planalto, Associação Assistencial de Santa Maria Gotinha de Luz, APAED Assoc. Pais Amigos dos Excepcionais e Def. de Taguatinga e Ceilândia. AIA 5164/05, interessado: Rogério Emerson Rosa, processo 123.001.267/05, mercadorias: 21 kg peixe dourado em postas, 12 kg peixe dourado em postas, 11 kg peixe dourado em postas, 11 kg peixe dourado em postas; 11 kg peixe dourado em postas, 11 kg peixe dourado em postas, 11 kg peixe dourado em postas, 15 pcts peixe dourado em postas com 700g, 15 pct filé de mapará com 700g, 11 kg filé de mapará, 21 kg filé de mapará, 11 kg sardinha evicerada, 11 kg filé de linguado, 21 kg mapará em posta, 02 saca de 35kg de Piau, 01 saca de 35 kg de Piramutaba; valor total R$ 1.414,14. As mercadorias por serem de fácil deterioração foram doadas ao Centro Comunitário Imaculada Conceição.

MARCOS ALBERTO GONÇALVES BORGES

DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - CEILÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 82, DE 06 DE JUNHO DE 2005

Isenção de IPTU/TLP – Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "a" e com fundamento na Lei nº 1.362, de 30 de dezembro de 1996 e art. 4º da Lei nº 2.174, de 29 de dezembro de 1998, Declara: ISENTOS do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Limpeza Pública – TLP, no exercício de 2005, no percentual de 100%, os imóveis pertencentes aos aposentados/pensionistas, abaixo relacionados na seguinte ordem: PROCESSO, BENEFICIÁRIO, IMÓVEL, INSCRIÇÃO, VALOR DA RUNÚNCIA DO IPTU E DA TLP:

046.000.811/2004, ADELIO MONTEIRO DA CUNHA, QNO 11 CJ I LT 52, 30355818, R$ 54,73, R$ 65,78; 046.002.109/2004, AFONSO NUNES DE MORAIS, QNP 28 CJ I LT 10, 30723167, R$ 89,16, R$ 65,78; 046.001.066/2004, ALVARO GOMES, QNP 28 CJ E LT 16, 30721180, R$ 60,19, R$ 65,78; 046.001.044/2004, ANA BARBOSA ROCHA, QNM 21 CJ H LT 29, 35077700, R$ 130,31, R$ 90,44; 046.001.655/2004, ANTONIA ARAUJO, QNP 15 CJ H LT 18, 30640164, R$ 103,48, R$ 65,78; 046.001.489/2004, ANTÔNIO DE FREITAS SILVA, QNM 8 CJ D LT 22, 3504067X, R$ 98,21, R$ 90,44; 042.001.435/2004, ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA, QNP 9 CJ L LT 15, 30615291, R$ 93,44, R$ 65,78; 046.001.861/2004, ANTONIO MIRANDA FILHO, QNN 8 CJ J LT 54, 30449812, R$ 107,49, R$ 90,44; 046.001.098/2004, ARILDO GOMES, QNN 24 CJ D LT 56, 30457661, R$ 93,58, R$ 90,44; 046.002.099/2004, BENEDITO PEREIRA, QNO 9 CJ E LT 7, 30348161, R$ 110,79, R$ 65,78; 046.000.924/2004, DOMINGOS FERNANDES ARAUJO, QNN 26 CJ G LT 12, 35216735, R$ 98,76, R$ 90,44; 046.000.380/2004, ELIZABETE DOMINGOS FERREIRA, QNP 13 CJ G LT 4, 30629373, R$ 100,52, R$ 65,78; 046.001.018/2004, ERACÍLIO JOSÉ DE LISBOA, QNP 15 CJ I LT 35, 30640849, R$ 55,43, R$ 65,78; 046.000.996/2004, IZABEL SANTANA PEREIRA, QNM 3 CJ I LT 33, 35009748, R$ 110,48, R$ 90,44; 046.001.176/2004, JÓ SOUZA CARDOSO, QNM 25 CJ D LT 26, 35103116, R$ 126,38, R$ 90,44; 046.000.073/2004, JOÃO FRANCISCO DE SOUZA, QNM 21 CJ L LT 24, 35079576, R$ 105,13, R$ 90,44; 046.000.827/2004, JOÃO TEIXEIRA DE LACERDA, QNM 7 CJ H LT 47, 35036125, R$ 169,18, R$ 90,44; 046.000.268/2004, JOAQUIM BENEDITO ALVES, QNM 22 CJ L LT 9, 35086149, R$ 124,95, R$ 90,44; 046.000.050/2004, JOSÉ DE ALMEIDA COUTO, QNP 12 CJ D LT 44, 30669154, R$ 109,24, R$ 65,78; 046.001.844/2004, JOSÉ FRANCISCO DA COSTA FILHO, QNM 7 CJ N LT 24, 35038772, R$ 102,61, R$ 90,44; 046.000.384/2004, LIDIA RODRIGUES DE SOUZA, QNN 5 CJ F LT 27, 35130962, R$ 123,05, R$ 90,44; 046.000.809/2004, LUIZA COSTA FARIAS, QNM 6 CJ J LT 26, 35030313, R$ 91,91, R$ 90,44; 046.001.637/2004, MANOEL RODRIGUES VERAS, QNM 24 CJ P LT 25, 35101547, R$ 130,47, R$ 90,44; 046.000.080/2004, MANOEL SEVERINO SANTANA, QNM 4 CJ K LT 31, 35017406, R$ 67,36, R$ 90,44; 046.000.745/2004, MARIA BESSA DO SACRAMENTO, QNN 7 CJ F LT 38, 35144513, R$ 118,37, R$ 90,44; 042.004.289/2004, MARIA HELENA DE ASSIS, QNM 21 CJ C LT 16, 35075171, R$ 124,10, R$ 90,44; 046.002.610/2005, MARIA MADALENA DOS SANTOS, QNP 16 CJ O LT 13, 3069390X, R$ 55,91, R$ 65,78; 046.000.087/2004, MARIA MIRIAN DO NASCIMENTO, QNP 13 CJ R LT 33, 30634172, R$ 84,94, R$ 65,78; 046.001.175/2004, MINERVINA DA SILVA CARVALHO, QNP 13 CJ B LT 8, 30627117, R$ 90,01, R$ 65,78; 046.000.782/2004, ORMINDO FRANCISCO DE ALMEIDA, QNM 21 CJ K LT 23, 35079088, R$ 98,84, R$ 90,44; 046.000.982/2004, PATRIOLINO PEREIRA DE SOUSA, QNM 22 CJ I LT 27, 3508488X, R$ 139,13, R$ 90,44; 046.000.845/2004, PEDRO DE SOUSA RABELO, QNN 25 CJ E LT 20, 35212497, R$ 97,77, R$ 90,44; 046.001.245/2004, PETRIONILIA BERNARDO DE ANDRADE, QNO 9 CJ E LT 45, 30348544, R$ 54,73, R$ 65,78; 046.000.333/2004, RAIMUNDA MARIA FERREIRA, QNN 5 CJ I LT 38, 35132515, R$ 98,53, R$ 90,44; 046.001.145/2004, RAIMUNDO NONATO COSTA, QNM 8 CJ D LT 7, 35040521, R$ 91,91, R$ 90,44; 046.001.610/2004, ROMANA DE JESUS BARBOSA, QNQ 4 CJ 17 LT 19, 46030980, R$ 49,57, R$ 49,33; 046.001.670/2004, SEBASTIÃO BEZERRA LIMA, QNM 22 CJ O LT 34, 35087668, R$ 123,39, R$ 90,44; 046.001.365/2004, SEBASTIÃO CIPRIANO DA SILVA, QNM 5 CJ G LT 32, 35022213, R$ 102,61, R$ 90,44. Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, mediante requerimento do interessado. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

AGOSTINHA SEBASTIANA ARRUDA BOMFIM

ATO DECLARATÓRIO Nº 83, DE 06 DE JUNHO DE 2005

Isenção de IPTU/TLP – Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "a" e com fundamento no art. 3º, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.362, de 30 de dezembro de 1996 e o art. 4º da Lei nº 2.174, de 29 de dezembro de 1998; declara: ISENÇÃO Parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, no exercício de 2005, no percentual de 50% os imóveis pertencentes aos aposentados/pensionistas abaixo relacionados na seguinte ordem: PROCESSO, BENEFICIÁRIO, IMÓVEL, INSCRIÇÃO, VALOR DA RENÚNCIA DO IPTU E TLP: 046.002.221/2005, NATÁLIA LÓCIO ESPÍNDOLA FOLGIERINI, QNP 15 CJ F LT 37, 30639336, R$ 53,45, R$ 32,89; 046.002.428/2004, SEBASTIANA ABADIA DE JESUS GONÇALVES, QNN 19 CJ B LT 13, 35170840, R$ 66,00, R$ 45,22. Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, mediante requerimento do interessado. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal

AGOSTINHA SEBASTIANA ARRUDA BOMFIM

ATO DECLARATÓRIO Nº 84, DE 06 DE JUNHO DE 2005

Isenção de ICMS na aquisição de veículo automotor novo destinado a táxi.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "a" e com fundamento no item 93, Caderno 1, Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, alterado pelo Decreto nº 24.458, de 16 de março de 2004, declara: Que o condutor autônomo de passageiros abaixo relacionado, está autorizado a adquirir junto a revendedores autorizados, um veículo automotor novo com motor de até 127 HP de potência bruta com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que será utilizado exclusivamente como táxi, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto, conforme o respectivo auto de processo na seguinte ordem: PROCESSO, BENEFICIÁRIO, CPF, PERMISSÃO: 046.002.203/2005, ESTEVAM ALVES NOGUEIRA DE CARVALHO, 606.749.201-63, 1284. Os acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido não são alcançados pelo benefício. Fica o interessado, desde já, notificado a apresentar a esta Agência de Atendimento da Receita situada na QNN 02 conjunto H lote 13 - Ceilândia, no horário de 09h às 16h, o CRLV, a Carteira de Permissão e a Nota Fiscal de aquisição

no prazo de 8 (oito) dias contados da data do registro do veículo na Secretaria de Transportes. O presente benefício é válido até 31 de dezembro de 2006 e a saída do veículo deverá ocorrer até 30 de novembro de 2006, para as montadoras, e até 31 de dezembro de 2006, para as concessionárias. Este Ato Declaratório só produzirá efeito a partir de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

AGOSTINHA SEBASTIANA ARRUDA BOMFIM

ATO DECLARATÓRIO Nº 85, DE 06 DE JUNHO DE 2005

Isenção do IPVA/Deficiente Físico – Lei nº 7.431/85

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "a" e com fundamento no art. 4º, inciso VII da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, alterada pela Lei 2.829, de 26 de novembro de 2001, declara: ISENTO do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA, no exercício de 2005, o veículo com adaptação especial para uso exclusivo de paraplégico ou de pessoas portadoras de deficiência física, incapaz de utilizar modelos comuns, abaixo relacionado na seguinte ordem: PROCESSO, BENEFICIÁRIO, PLACA, VALOR DA RENÚNCIA: 046.003.859/2004, UBIRATAN RODRIGUES DE SOUSA, JGK 5435, R$ 1.047,48. Este Ato Declaratório só produzirá efeito a partir de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

AGOSTINHA SEBASTIANA ARRUDA BOMFIM

DESPACHOS DA GERENTE

Em 06 de junho de 2005

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria n.º 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "b", AUTORIZA a restituição/compensação de tributo ao contribuinte abaixo relacionado, na seguinte ordem: PROCESSO, INTERESSADO, TRIBUTO, VALOR (R$): 046.005.039/2004, JOSÉ UMBELINO DE SOUSA, IPTU/TLP, R$ 49,20.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de dezembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "a" e com fundamento na Lei nº 1.362, de 30 de dezembro de 1996, e art. 4º da Lei 2.174, de 29 de dezembro de 1998, decide: INDEFERIR o pedido de isenção do IPTU/TLP, referente aos exercícios de 2005, para o imóvel QNM 04 CJ A LT 15, em nome de JOSÉ DATIVO DOS SANTOS, processo nº 046.002.546/2005, tendo em vista que a área construída é superior a 120 metros quadrados. Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de 20 dias para recorrer da presente decisão conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563 de 05 de setembro de 2002, no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, art. 1º, inciso VII, alínea "b", item 1, decide: INDEFERIR o pedido de restituição em nome de RENATO PEREIRA GOULART, processo nº 046.005.486/2004, tendo em vista que não há esteio para a concessão do pleito que tem por âncora o disposto no art. 165 e incisos da Lei 5.172/1966 – Código Tributário Nacional. Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no Art. 67, § 2º, do Decreto nº 16.106 de 30 de novembro de 1994.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, parte do ATO DECLARATÓRIO nº 55, de 03 de maio de 2005, publicado no DODF nº 86, de 09 de maio de 2005, pg 5, que declarou a isenção do IPTU/TLP referente ao processo 046.002.223/2005, beneficiário BELCHIOR PEREIRA DE ARAUJO.

TORNAR SEM EFEITO, parte do ATO DECLARATÓRIO nº 25, de 06 de abril de 2004, publicado no DODF nº 68, de 12 de abril de 2004, pg 9/10, que declarou a isenção do IPTU/TLP referente ao processo 046.001.122/2004, beneficiária MARIA DE ALMEIDA LIMA.

TORNAR SEM EFEITO, parte do ATO DECLARATÓRIO nº 42, de 07 de abril de 2005, publicado no DODF nº 67, de 11 de abril de 2005, pg 5, que declarou a isenção do IPTU/TLP referente ao processo 046.000.529/2005, beneficiário BERNARDO OLIVEIRA RAMOS.

AGOSTINHA SEBASTIANA ARRUDA BOMFIM

AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 68-AGSOR/DIATE/SUREC/SEF, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Isenção de ITCD

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria SEFP nº. 648, de 21 de dezembro de 2001, com anexo único alterado pela Portaria SEFP nº. 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC nº. 32, de 23 de março de 2004, com fulcro na lei 1.343/96, declara: Isentos do pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD, os interessados a seguir relacionados, na ordem de nº do processo, interessado, CPF do interessado, nome do inventariado e valor da renúncia: 045.001280/2004, Gasparina Maria Caixeta, 735.439.691-53, Gaspar Joaquim Caixeta, R$ 1.576,50; 045.000825/2005, Iamara Machado da Silva, 184.617.861-49, Antonio Valliro Bezerra, R$ 263,97. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

ATO DECLARATÓRIO Nº 69 - AGSOR/DIATE/SUREC/SEF, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Isenção do IPTU/TLP – Lei nº 1.362/96

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria SEFP nº. 648, de 21 de dezembro de 2001, com anexo único alterado pela Portaria SEFP nº. 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC nº. 32, de 23 de março de 2004, e fundamentada na Lei n.º 1.362, de 30 de dezembro de 1996, declara: Isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 2005, os aposentados/pensionistas a seguir relacionados (na ordem de: nº do processo, interessado, CPF, inscrição do imóvel, endereço e % do benefício concedido e valor da renúncia do IPTU e TLP respectivamente): 045.000882/2005, JOSE ANTONIO MARTINS, 041.702.021-04, 1510118-5, QD 03 CJ B CS 60, 100, R$ 208,36, R$ 90,44. O benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mediante requerimento do interessado. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

ATO DECLARATÓRIO Nº 70-AGSOR/DIATE/SUREC/SEF, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

Isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor novo destinado a táxi.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria SEFP nº. 648, de 21 de dezembro de 2001, com anexo único alterado pela Portaria SEFP nº. 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC nº. 32, de 23 de março de 2004 e fundamentada no item 93, Caderno I, Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997 – Regulamento do ICMS, com a redação dada pelo Decreto nº 24.458, de 16 de março de 2004, atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, autoriza o interessado a seguir relacionado, na ordem de Processo, Interessado, CPF e Renúncia Fiscal: 045.000905/2005, GERALDO RODRIGUES DE MACEDO, 087.108.721-91, R$ 2.531,18, a adquirir um veículo automotor nacional com até 127 HP de potência, que será utilizado exclusivamente como táxi, com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto. Os acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo a ser adquirido não são alcançados pelo benefício. Fica o interessado, desde já, notificado a apresentar a esta Agência de Atendimento da Receita, na QD.08 CL 13 Sobradinho DF, no horário de 09h às 16h, a nota fiscal de aquisição, o CRLV e a Carteira de Permissão no prazo de 8 (oito) dias contados da data do registro do veículo na Secretaria de Transportes. O presente benefício é valido até 31 de dezembro de 2006 e a saída do veículo deverá ocorrer até 30 de novembro de 2006, para as montadoras, e até 31 de dezembro de 2006, para as concessionárias. Este Ato Declaratório só produzirá efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

DESPACHOS DA GERENTE

Em 1º de junho de 2005

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto 16.106/94 e no art. 1.º da Lei 937/95, de 13 de outubro de 1995, regulamentada pelo Decreto 17.106/96, considerando a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC – nº. 32, de 23 de março de 2004, AUTORIZA as seguintes compensações: 1. Pagamento em duplicidade da 3ª parcela do IPVA/2005, referente ao veículo de placas nº JJB-2868, no valor atualizado de R$423,59 com débitos em aberto em nome de Bonaldo Barbosa de Sousa, CPF nº 275.674.351-87, (processo 124.003453/2005).

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria SEFP nº. 648, de 21 de dezembro de 2001, com anexo único alterado pela Portaria SEFP nº. 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC nº. 32, de 23 de março de 2004, e fundamentada na Lei n.º 1.362, de 30 de dezembro de 1996, e ainda, o que consta do processo a seguir relacionado (na ordem de n.º do processo, nome da interessada, CPF da interessada, motivo do indeferimento e endereço do imóvel): 045.000333/2005, ODILIA SOUSA DUTRA, 401.024.161-68, não reside no imóvel, AR 8 CJ 3 CS 43, resolve: INDEFERIR o pedido de isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP referente ao exercício de 2005 do imóvel supramencionado, em razão do respectivo motivo exposto. A requerente tem 20 (vinte) dias para recorrer da decisão, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme previsto no art. 67, § 2º do Decreto nº 16.106/94.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

DESPACHO DA GERENTE

Em 06 de junho de 2005

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria SEFP nº. 648, de 21 de dezembro de 2001, com anexo único alterado pela Portaria SEFP nº. 563, de 05 de setembro de 2002, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço – SUREC nº. 32, de 23 de março de 2004, com fulcro da na Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985 — com redação alterada pela Lei nº 2.829, de 26 de novembro de 2001, e ainda, o que consta do processo 048.003691/2005, requerido por Everaldo Bezerra de Freitas, CPF 266.330.941-91, resolve: INDEFERIR o pedido de isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, lançado no exercício de 2005, para veículo destinado ao transporte público, registrado na categoria de aluguel (táxi), do veículo de placa JFQ1207, em razão de o requerente já ter sido contemplado pelo benefício para outro veículo, neste mesmo exercício. O contribuinte tem o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação deste despacho no DODF, para recorrer da decisão, conforme previsto no art. 70, § 3º do Decreto n.º 16.106/94.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATO DECLARATÓRIO Nº 41, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Isenção IPTU/TLP - Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV do anexo único à Portaria SEFP 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria SEFP 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004 e nº 54, de 11 de maio de 2004 e, ainda, com amparo no art. 70 do Decreto n.º 16.106/94, declara: Isentos, de acordo com as Leis 1.362/96 e 2.174/98, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, nos exercícios de 2004 e 2005, com percentual de 100%, o(s) aposentado(s)/pensionista(s), a seguir nominado(s), de acordo com o Número do Processo, Interessado, CPF, Inscrição do Imóvel, Renúncia IPTU e Renúncia TLP: 047-000.540/2005, José Caetano da Silva, 114.867.241-91, 4541430-0, R$ 269,36, R$ 131,56. Cumpre esclarecer que o benefício deverá ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafo 3º do art. 12 do Decreto nº 16.100/94). Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 42, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Isenção IPTU/TLP - Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV do anexo único à Portaria SEFP 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria SEFP 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004 e nº 54, de 11 de maio de 2004 e, ainda, com amparo no art. 70 do Decreto n.º 16.106/94, declara: Isentos, de acordo com as Leis 1.362/96 e 2.174/98, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, nos exercícios de 2003, 2004 e 2005, com percentual de 100%, o(s) aposentado(s)/pensionista(s), a seguir nominado(s), de acordo com o Número do Processo, Interessado, CPF, Inscrição do Imóvel, Renúncia IPTU e Renúncia TLP: 047-000.682/2005, Laudelina Marques Lobato, 096.790.651-20, 4541333-9, R$ 366,72, R$ 182,16. Cumpre esclarecer que o benefício deverá ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafo 3º do art. 12 do Decreto nº 16.100/94). Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 43, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Isenção IPTU/TLP - Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV do anexo único à Portaria SEFP 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria SEFP 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004 e nº 54, de 11 de maio de 2004 e, ainda, com amparo no art. 70 do Decreto n.º 16.106/94, declara: Isentos, de acordo com as Leis 1.362/96 e 2.174/98, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, nos exercícios de 2003 e 2004, com percentual de 50%, o(s) aposentado(s)/pensionista(s), a seguir nominado(s), de acordo com o Número do Processo, Interessado, CPF, Inscrição do Imóvel, Renúncia IPTU e Renúncia TLP: 0042-001634/2004, João Santana, 266.458.401-44, 4861899-3, R$ 100,13, R$ 58,19. Cumpre esclarecer que o benefício deverá ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafo 3º do art. 12 do Decreto nº 16.100/94). Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

DESPACHO DA GERENTE

Em 08 de junho de 2005

Isenção IPTU/TLP - Aposentados/Pensionistas

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV, do anexo único à Portaria SEFP 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria SEFP 563, de 05 de setembro de 2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004 e nº 54, de 11 de maio de 2004 e, ainda, com amparo no artigo 70 do Decreto nº 16.106/94, resolve: Indeferir, por conflitar com o art. 3º da Lei Nº 1.362/1996, o(s) pedido(s) de isenção, no exercício de 2004, do Imposto sobre a Propriedade Rural e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, do(s) requerente(s) a seguir nominado(s), de acordo com o Número do Processo, Interessado, CPF, Inscrição do Imóvel, motivo: 0047-000250/2004, Elza Fonseca Aragão, 113.151.641-91, 1630319-9, imóvel possui área construída superior a 120m²; 0047-000488/2004, Ela Suarez de Abuchain, 262.178.301-59, 1600189-3, imóvel possui área construída superior a 120m²; 0047-000457/2004, Maria Melo de Oliveira, 296.718.841-72, 1620409-3, imóvel possui área construída superior a 120m²; 0047-000426/2004, Maria Izabel da Silva, 115.159.101-72, 1600057-9, requerente não comprovou ser a titular legal do imóvel. Cumpre esclarecer que, nos termos do § 3º, do art. 70 do Decreto nº 16.106/94, o(a) interessado(a) poderá recorrer da presente decisão no prazo de vinte dias a contar da sua publicação.

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE Nº 04/2005.

Recorrente: frisolatas auto peças ltda. Advogado: antonio sagrilo. Recorrido: Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais. Frisolatas Auto Peças Ltda, irresignada com a decisão do Presidente deste egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, proferida no processo fiscal 040.007.515/2003, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso na folha 233), em 16 de março de 2005 (documento de folha 225), recurso ao Pleno do Tribunal. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV do Regimento Interno deste Tribunal. Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, em 17 de maio de 2005.

WELLINGTON CARLOS BATISTA

Presidente em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

DESPACHOS DO SECRETÁRIO ADJUNTO
Em 07 de junho de 2005

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DOS DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a Ação Cominatória nº 31247-7/05, que determina a aquisição "COM URGÊNCIA" do medicamento VERTEPORFINA PÓ PARA SOLUÇÃO PARA INFUSÃO 15 MG frasco-ampola, para o paciente FERNANDO LUIZ MALVAS PEIXOTO, após verificação dos preços no mercado, acostados ao Processo nº 060.007229/2005, e o parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa (ASTEL), que com base no artigo 24, inciso IV, dispensou a Licitação e reconheceu a situação de urgência para a contratação direta da empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no fornecimento do(s) medicamento(s) citado(s), por ter apresentado o menor preço, pelo valor de R$ 10.370,06 (dez mil, trezentos e setenta reais e seis centavos), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DOS DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o relatório médico, que informa da necessidade de aquisição "COM URGÊNCIA" do medicamento DROTRECOGINA ALFA PÓ PARA INJETÁVEL 20 MG frasco-ampola, para o paciente WLADIMIR GONÇALVES RAMOS GUIMARÃES, que se encontra na UTI/HRT, com politraumatismo e com alto risco de morte, após verificação dos preços no mercado, acostados ao Processo nº 060.006890/2005, e o parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa (ASTEL), que com base no artigo 24, inciso IV, dispensou a Licitação e reconheceu a situação de urgência para a contratação direta da empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no fornecimento do(s) medicamento(s) citado(s), por ter apresentado o menor preço, pelo valor de R$ 44.319,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DOS DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o Memo nº 42/2005-NOHP/GAMA/HAB, informando da necessidade de aquisição "COM URGÊNCIA" do medicamento CLADRIBINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 1MG/ML frasco-ampola (10 mg/frasco-ampola), para os pacientes MARCELLY EDUARDA GUIMARÃES GARCIA, portadora de LEUCEMIA Mieloide Aguda e MARCIO WILKE DA SILVA, portador de Histiocitose, ambos com alto risco de morte, após verificação dos preços no mercado, acostados ao Processo nº 060.006757/2005, e o parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa (ASTEL), que com base no artigo 24, inciso IV, dispensou a Licitação e reconheceu a situação de urgência para a contratação direta da empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no fornecimento do(s) medicamento(s) citado(s), por ter apresentado o menor preço, pelo valor de R$ 9.706,00 (nove mil, setecentos e seis reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia..

MÁRIO SÉRGIO NUNES

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO DE REGISTRO Nº 41/2005

Dispõe sobre a Renovação do Registro à entidade SOCIEDADE CRUZ DE MALTA.

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos regulamentado pelo artigo 100, do seu Regimento Interno em obediência aos artigos 90 e 91 da Lei nº 8069 - Estatuto da Criança e do Adolescente , resolve: RENOVAR o Registro à entidade SOCIEDADE CRUZ DE MALTA, sob o nº 036/2005 e inscrever seu programa de proteção, no regime de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto/ Atendimento Infantil em conformidade com o processo 030.006.352/1994, com validade de 3 (três) anos, a contar da data da publicação no DODF.

Brasília 07 de junho de 2005.
SEBASTIÃO VALADARES DE CASTRO
Presidente

RESOLUÇÃO DE REGISTRO Nº 42/2005

Dispõe sobre a Renovação do Registro à entidade LAR FRANCISCO DE ASSIS.

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos regulamentado pelo artigo 100, do seu Regimento Interno em obediência aos artigos 90 e 91 da Lei nº 8069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve: RENOVAR o Registro à entidade LAR FRANCISCO DE ASSIS, sob o nº 037/2005 e inscrever seu programa de proteção, no regime de Abrigo em conformidade com o processo 030.001.413/96, com validade de 3 (três) anos, a contar da data da publicação no DODF.

Brasília 07 de junho de 2005.
SEBASTIÃO VALADARES DE CASTRO
Presidente

RESOLUÇÃO DE REGISTRO Nº 43/2005

Dispõe sobre a não Concessão de Registro à entidade FREL – MILÍCIA FRATERNA.

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos regulamentado pelo artigo 100, do seu Regimento Interno em obediência aos artigos 90 e 91 da Lei nº 8069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve: NÃO CONCEDER Registro à entidade FREL – MILÍCIA FRATERNA, e não inscrever seu programa de proteção, no regime de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto/ Atendimento Infantil em conformidade com o processo 030.002.491/2003.

Brasília 07 de junho de 2005.
SEBASTIÃO VALADARES DE CASTRO
Presidente

RESOLUÇÃO DE REGISTRO Nº 44/2005

Dispõe sobre o Registro Provisório à entidade AFMA- AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA.

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos regulamentado pelo artigo 100, do seu Regimento Interno em obediência aos artigos 90 e 91 da Lei nº 8069- Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve: CONCEDER o Registro Provisório à entidade AFMA - AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA, sob o nº 038/2005 e inscrever seu programa de proteção, no regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar em conformidade com o processo 030.006.696/1995, com validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação no DODF.

Brasília 07 de junho de 2005.
SEBASTIÃO VALADARES DE CASTRO
Presidente

ATA DA 153ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDCA/DF

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões do CDCA/DF, no segundo andar do Edifício Banco do Brasil, sala 207, nesta capital, às quinze horas, realizou-se a 154º Reunião Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, com a presença dos seguintes representante do governo: Dr. Fernando Calmon – Defensoria Pública, Maria Nauza S. Martins da SEAS/DF, Luciene de Souza Morais Ramos Mello da Sec. de Educação, Braz Ferreira da Silva da Séc. de Esporte e Lazer, Helena A. Monteiro da Sec. de Fazenda, Renata Farret da Sec. de Saúde. Compareceram os seguintes representantes da sociedade civil: Sra. Gláucia Gomes de Oliveira Aguiar da AMPARE, Sr. Fábio Teixeira Alves do CECOSAL, Sra. Daise Lourenço Moisés da ASCA, Maria Meire N. Costa do Lar da Criança Padre Cícero, Sylvia Leal de Carvalho da Federação das Bandeirantes, Raquel C. Rodrigues Bomfim do CESAM, Wayder de Oliveira Pessoa. Justificaram as ausências o representante do CENOL e a representante da Sec. de Trabalho. Não justificaram as ausências os representantes da Sec.de Cultura, Sec. de Governo e Sec.de Segurança. A reunião teve início com a leitura da ata anterior e constou da pauta os seguintes itens: prazo para relatórios das secretárias governamentais, deliberação dos processos, convocação das comissões temáticas e assuntos gerais. No primeiro item da pauta, foi explanado pelo Sr. Presidente da reclamação proveniente do Instituto Marista de Solidariedade com relação a morosidade das deliberações de registros para as entidades o que segundo os mesmos, vem causando grandes dificuldades. O Sr. Presidente apresentou um levantamento elaborado pela Secretaria Executiva que demonstra a média de tempo que cada secretaria de governo leva para emitir parecer sobre o trabalho desenvolvido pelas entidades, o que ocasiona demora no trâmite dos processos e conseqüente morosidade para a decisão do Conselho. O Sr Presidente lembra que no Regimento Interno deste CDCA consta o prazo de quinze dias para emissão dos respectivos relatórios. A Conselheira Gláucia sugere que o quadro apresentado seja encaminhado para as respectivas secretárias. O Sr. Presidente observa que as entidades não podem ser prejudicadas e propõe que os relatórios que não forem enviados no prazo de tramite dos processos, sejam desconsiderados e a deliberação dos conselheiros deve ocorrer mesmo sem estes, sendo que deve constar nos autos a ausência da análise da secretária que não cumpriu o prazo e informado a mesma que a deliberação do Conselho ocorreu sem a manifestação daquele órgão. O Sr. Presidente solicita ainda para os representantes das várias políticas públicas que compõem o CDCA/DF acompanhem no âmbito de suas secretárias o andamento de tais relatórios. Em seguida o Sr. Presidente colocou para deliberação a sua proposta e a apresentada por parte da Conselheira Gláucia. A decisão do Plenário foi pelo acatamento das sugestões. Dando prosseguimento à reunião foi solicitado aos Conselheiros presentes que apresentassem seus pareceres sobre os processos de solicitação de registros. O único relato da reunião foi apresentado pelo Conselheiro Braz, que narrou a análise que elaborou sobre a entidade Instituto Nossa Sra. da Piedade que desenvolve ações na modalidade de atendimento socioeducativo em meio aberto, definindo-se pela aprovação do registro. Seu voto foi acatado por unanimidade. A Conselheira Gláucia observa a necessidade do Conselho debruçar-se sobre a definição de creche e de atendimento infantil. A Conselheira Daise observa a necessidade da SEAS fazer o reordenamento com as

entidades conveniadas no sentido de que se definam como atendimento infantil complementar ou de entidades que se caracterizam por prestar atendimento de educação infantil. A Conselheira Nauza representante da SEAS/DF informa que a Diretoria de Assistência Social vem discutindo esta temática. A Secretária Executiva relembra aos presentes a existência da Resolução nº 40 que define sobre a dispensa de registro para entidades que prestam educação infantil. O Sr. Presidente coloca que diante deste contexto agendará oportunamente uma reunião específica sobre esta temática convidando representantes das SEAS/DF, Secretaria de Educação e Conselho de Assistência Social. Como último assunto da pauta foi apresentado pelo Conselheiro representante do CEAJUR as normativas elaboradas pela Comissão de Legislação sobre a Resolução nº 02/05, que destina 70% dos recursos captados por entidades registradas no CDCA/DF para as próprias. Após a leitura e detalhada discussão de cada item da citada Resolução, a mesma foi submetida à deliberação e após algumas alterações foi aprovada por unanimidade, sendo determinado pelo Sr. Presidente a publicação desta no DODF e posterior endereçamento da mesma para cada entidade com registro no CDCA/DF. Foram ainda dadas informações sobre a mudança da data para a realização da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi comunicado pelo Sr. Presidente do evento da entrega do Plano Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente que ocorrerá dia dezoito próximo na Agencia de Desenvolvimento Social. O Conselheiro Fábio informa sobre uma matéria publicada no jornal Correio Brasiliense na qual é descrita que a SEAS/DF fez devolução de recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Segundo o Sr. Conselheiro é muito grave tal atitude e carece de intervenção do CDCA/DF. A Conselheira Nauza faz então uma breve explicação sobre a atuação deste Programa no DF, observou que a matéria do jornal omitiu que os recursos eram para atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil doméstico e a enorme dificuldade que é detectar este tipo de situação. A Conselheira Gláucia coloca sobre a denúncia ao CONSEA sobre o PETI e que foi solicitado à Sra. Vice Governadora alteração do Programa Renda Minha. A Conselheira Gláucia sugere ainda que este CDCA/DF encaminhe ofício à Vice Governadora solicitando que conste nas normas do referido Programa a proibição para as crianças e adolescentes beneficiados com a bolsa Renda Minha de desenvolverem qualquer tipo de trabalho, com cópia do ofício também para o Sr. Secretário da SEAS/DF. Colocada em deliberação tal proposta foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Gláucia informa que compareceu ao evento promovido pelo CRESS/DF no qual este Conselho foi convidado para compor a mesa sobre a temática de Medidas Socioeducativas e SINASE, tendo comparecido a pedido do Sr. Presidente. Coloca que o evento não ocorreu, que não houve comunicado daquele Conselho sobre o cancelamento do evento e que mesmo tendo comparecido, sentiu-se insegura para discutir as temáticas apresentadas por não ter tido tempo para interar-se do assunto e que o CDCA estude e se aproprie do SINASE e promova reuniões específicas para tal.Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e trinta e cinco minutos foi encerrada a reunião, sendo que eu Sandra Regina Morato Martins, secretária executiva deste Conselho de Direitos redigi a presente ata que segue assinada por mim e pelo Sr. Presidente – Sebastião Valadares de Castro.

SEBASTIÃO VALADARES DE CASTRO
Presidente

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 08 DE JUNHO DE 2005

Dispõe sobre a convocação da VI CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e dá outras providências.

A PRESIDENTA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 997, de 29 de dezembro de 1995, combinado com o inciso I, do Regimento Interno do CAS/DF, resolve: I- CONVOCAR a VI Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, a ser realizada em Brasília, no período de 18, 19 e 20 de outubro de 2005. II- A VI Conferência de Assistência Social do Distrito Federal será presidida pela Presidenta do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e, nos seus impedimentos, pelo Vice-Presidente. III- A VI Conferência de Assistência Social do Distrito Federal será antecedida pela realização de Plenárias Regionais. IV- A Presidenta do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal expedirá resolução dispondo sobre a organização e o funcionamento da VI Conferência de Assistência Social do Distrito Federal e das Plenárias Regionais preparatórias. V- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JESSE MIRANDA VITALE HELLMEISTER

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 82, DE 08 DE JUNHO DE 2005.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso V do Regimento aprovado pelo Decreto 15.061, de 24 de setembro de 1993, c/c o disposto no artigo 13 da Lei nº 3.116, de 30 de dezembro de 2002, e no Decreto 23.619, de 19 de fevereiro de 2003, com base na delegação de competência disposta no artigo 5º do Decreto 23.902, de 11 de julho de 2003, alterada pelo Decreto 23.938, de 24 de julho de 2003, resolve: CASSAR a Autorização nº 65/2003 do Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínios do Distrito Federal (STPAC/DF), outorgada a SINÉSIO JOSÉ PEREIRA, em função do constante do processo 030.001.738/2005. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO COSTA MENDES CATEB

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 137, DE 18 DE MAIO DE 2005.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 81 incisos IV e XLI, do Regimento aprovado pelo decreto 19.788, de 18 de novembro de 1998 resolve: CREDENCIAR a título precário e temporário, na forma do Artigo 4° § 2°, 3º e 4º e Artigo 21 § único da IS 246/2004, a clínica DO LAGO e a CLÍNICA CEUPEM e os profissionais Sergio Silva Ramos CRM/DF 4847, Maria de Fátima Fernandes CRP/DF 1252, Florilda Alkmim CRP/DF 1421, Flordeliz Alkmim CRP/DF 1301, Dorgival Bueno de Oliveira CRM/DF 42.

EDIMAR BRAZ DE QUEIROZ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 142, DE 23 DE MAIO DE 2005.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, incisos II e XVII do Regimento aprovado pelo decreto 19.788, de 18 de novembro de 1998 e a IS nº 288, de 29.05.2003, resolve: APREENDER com fulcro nos Artigos 22 Incisos I, VI e 256 Incisos III e VII da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Art. 1°, Inciso I da Resolução nº 54/98 – CONTRAN, a(s) Carteira(s) Nacional(is) de Habilitação abaixo especificada(s). Em conseqüência fica(m) o(s) referido(s) condutor(es) SUSPENSO(S) do direito de dirigir veículos automotores, devendo obrigatoriamente fazer o Curso de Reciclagem de Condutores. Interessado: CLAUDIMAR MARCELINO DE CARVALHO, Processo: 055-019022-2004, Prontuário: 02117193578/DF, CPF 601.675.641-53, Categoria: B, Infringência ao Artigo 244 I e 261 parágrafo 1o do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: ADEMAR SOUSA SANTANA, Processo: 055-007150-2005, Prontuário: 00101650621/DF, CPF 245.705.082-00, Categoria: D, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: VALDECY CARVALHO LIMA, Processo: 055-005518-2005, Prontuário: 00085648706/DF, CPF 259.579.611-91, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: EDINEU JOSE BATISTA, Processo: 055-023103-2004, Prontuário: 00094127541/DF, CPF 046.641.591-53, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: GREICE FERNANDES PEDREIRA, Processo: 055-006111-2005, Prontuário: 01234810842/DF, CPF 714.129.211-04, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: EDSON GOMES BARROS, Processo: 055-011231-2002, Prontuário: 00757420379/DF, CPF 523.492.921-34, Categoria: AB, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: ERASMO CARLOS YOSHYAKY BEG, Processo: 055-021705-2004, Prontuário: 00177586190/DF, CPF 296.609.551-20, Categoria: AB, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: JOAQUIM BARBOSA NOUGUEIRA, Processo: 055-010145-2005, Prontuário: 01650867787/DF, CPF 783.514.801-34, Categoria: D, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH.Interessado: UBALDO DE ASSIS BERNARDES, Processo: 0113-003789-2004, Prontuário: 00180285090/DF, CPF 216.808.501-30, Categoria: AB, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: GABRIEL DOS SANTOS RODRIGUES Processo: 055-010093-2003, Prontuário: 01862201544/DF, CPF 721.757.371-87, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: FRANCISCO LEITE GONÇALO, Processo: 055-008601-2005, Prontuário: 02784018201/DF, CPF 620.293.631-20, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: REGINA GALLO MESQUITA, Processo: 055-010792-2005, Prontuário: 02145583014/DF, CPF 689.989.455-68, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: JOSE RAIMUNDO PINHEIRO DINIZ, Processo: 055-008886-2005, Prontuário: 00123503496/DF, CPF 686.222.103-59, Categoria: AD, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: HUGO OLINTO DE MENEZES SANTOS, Processo: 055-030217-2004, Prontuário: 03010214930/DF, CPF 008.666.321-66, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: RENATO JOSE VAZ LORDELLO, Processo: 055-017588-2004, Prontuário: 02870935597/BA, CPF 048.790.665-91, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: EDWAGNER DIAS DOS SANTOS, Processo: 055-028247-2004, Prontuário: 01349167355/DF, CPF 698.185.091-53, Categoria: D, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: FRANCISCO DO NASCIMENTO TOME, Processo: 055-002697-2005, Prontuário: 00403226916/DF, CPF 214.229.151-15, Categoria: B, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH. Interessado: VLAMIR DE OLIVEIRA BARBOSA, Processo: 055-019077-2004, Prontuário: 02417304615/DF, CPF 340.498.601-63, Categoria: AD, Infringência ao Artigo 165 do

CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH.Interessado: JOSE VANIZIO BATISTA DA SILVA, Processo: 0113-005804-2000, Prontuário: 00933715493/DF, CPF 232.853.703-00, Categoria: C, Infringência ao Artigo 165 do CTB, Período: 04 (quatro) meses, a partir do recolhimento da CNH.

OSNI BUENO DE FREITAS

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO COMANDANTE-GERAL

Em 31 de maio de 2005

O DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fl.s 18, 54 e 55 do processo 054.000.475/2004, e o parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa da Subsecretaria de Compras e Licitações, constante das fls. 12/17, desse mesmo processo, firmou o presente, por inexigibilidade de licitação, para a contratação direta da Zênite – Informações e Consultoria em Administração Pública Ltda, para aquisição do Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal (I.D.A.F) e Informativo de Licitações e Contratos (I.L.C), no valor de R$ 10.290,00 (Dez mil, duzentos e noventa reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls. 03 e 05 do processo 054.000.667/2005, e o parecer favorável da douta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, constante das fls.06/15, desse mesmo processo, firmou o presente, por inexigibilidade de licitação, para a contratação direta da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENESAG, para fazer frente às despesas com pagamento do Seguro Obrigatório – DPVAT/2005 das viaturas da PMDF, categorias 01,04, 09 e 10, no valor de R$ 104.006,66 (Cento e quatro mil, seis reais e sessenta e seis centavos), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fl.s 59, 127, 128, 143 e 144 do processo 054.000.869/2004, e o parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa da Subsecretaria de Compras e Licitações, constante das fls. 32 a 37, desse mesmo processo, firmou o presente, por inexigibilidade de licitação, para a contratação direta da empresa Brasil Telecom S/A, para a contratação de serviços de comunicação de dados com tecnologia VPN BGP/MPLS para acesso a rede GDF NET, pelo valor total de R$ 524.172,84 (quinhentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), autorizando o emprenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

RENATO FERNANDES DE AZEVEDO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 07 de junho de 2005

Processo 150.001.554/2004: Interessado: ANTONIO BORGES NETO; Assunto: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ANTONIO BORGES NETO, no valor de R$ 21.639,00 (vinte e um mil, seiscentos e trinta e nove reais), especificada na Nota de Empenho nº 00014/2005-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "UNIVERSO DA ESCRITA", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente processo à GEFAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo 150.001.374/2004; Interessado: ASSOCIAÇÃO ARTISTICA MAPATI; Assunto: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ASSOCIAÇÃO ARTISTICA MAPATI , no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 00015/2005-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "SE TOCA BRASIL", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente processo à GEFAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo 150.001.604/2004: Interessado: UDE GRUDE ARTE E CULTURA; Assunto: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de UDE GRUDE ARTE E CULTURA, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 00016/2005-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "OS EXCENTRICOS MUSICAIS", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente processo à GEFAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PORTARIA N° 126, DE 07 DE JUNHO DE 2005.

Cancela incentivo da empresa que não cumpriu com os prazos estabelecidos no Decreto n° 24.430, de 02 de março de 2004.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n º 64-CPDI/DF, de 27 de julho de 2000; Considerando a necessidade de dar cumprimento aos termos do Decreto n° 24.430, de 02 de março de 2004, que regulamenta as Leis nºs 3.196, de 29 de setembro de 2003, e 3.266 de 30 de dezembro de 2003, especialmente quanto ao cumprimento do prazo estipulado no artigo 23, § 3°; e Considerando que à empresa infra-indicada, violou o pressuposto no § 3°, art 23, do Decreto n° 24.430, de 02 de março de 2004, resolve: 1 - CANCELAR incentivo econômico concedido à empresa: PROSERCOM COMÉRCIO, PRODUTOS QUÍMICOS E ELETRO ELETRÔNICO – Processo 160.001.223/1999. Através da exclusão da empresa da Resolução n° 54/00 – CPDI/DF, de 27 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 144, de 28 de julho de 2000. 2 - ESTABELECER prazo de 15 (quinze) dias após a publicação do presente cancelamento no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF para interposição de recurso por parte da empresa. 3 - DETERMINAR que seja dado conhecimento à empresa acima mencionada do cancelamento do incentivo anteriormente concedido. 4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. 5 - Revogam-se as disposições em contrário.

MARCUS ANTONIO SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 31 de maio de 2005.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 143 do processo 220.000.051/2003, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para atender despesas com reconhecimento de divida, referente pagamento do Auxilio Bolsa Atleta, mês de dezembro/2003 para o atleta HENRIQUE SIQUEIRA DE OLIVEIRA. Publicado no DODF n° 05 de 23 de maio de 2005, página 10, pelo valor de R$ 435,21 (quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 35 do processo 220.000.226/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação direta da CORDF- Corredores de Rua do Distrito Federal, para atender despesas com transferência de recursos para a 5ª Corrida das Águas, pelo valor de R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 34 do processo 220.000.230/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação direta da CORDF- Corredores de Rua do Distrito Federal, para atender despesas com transferência de recursos para a Word Police e Fire Games – Jogos Mundiais e Policiais e Bombeiros, pelo valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 47 do processo 220.000.204/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação direta da LIGA ESPORTIVA DE SOBRDINHO II, para atender despesas com transferência de recursos para realização do 1° Campeonato Amador de Sobradinho II/2005, pelo valor de R$ 24.916,00 (vinte e quatro mil, novecentos e dezesseis reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 57 do processo 220.000.062/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação

direta da FEDERAÇÃO DE KARATE DO DISTRITO FEDERAL, para atender despesas com transferência de recursos para realização do Projeto do III Campeonato Brasileiro de Artes Marciais e III Seminário Nacional de Artes Marciais CBMA/ CREF 07/2005 , pelo valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 49 do processo 220.000.225/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação direta da ASSOCIAÇÃO ARTE REGIONAL DE CAPOEIRA DO DISTRITO FEDERAL, para atender despesas com transferência de recursos para realização do Encontro do Centro Oeste de Capoeira do DF, pelo valor de R$ 42.184,00 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e quatro reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho de 2005

O SUBSECRETÁRIO DE APOIO OPERACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a justificativa acostada às fls 42 do processo 220.000.223/2005, reconheceu a situação de sua inexigibilidade, para contratação direta da IBRATED – INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DESPORTIVA , para atender despesas com transferência de recursos para apoiar a 2ª Volta do Lago Paranoá, pelo valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que ratifiquei nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.

WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho de 2005.

Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE. Assunto: DISPENSA DE PAGAMENTO DO PREÇO PÚBLICO, nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, referente à ocupação de 5.000 m² de área pública na 3ª Avenida Praça Padre Roque Projeção II – Núcleo Bandeirante, promovido pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante e Centro de Desenvolvimento Social, o evento "PASSEATA DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO CONTRA O TRABALHO INFANTIL", a ser realizado no dia 11 de junho de 2005, das 09 às 13 horas, conforme processo 136.000.446/2005. Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Núcleo Bandeirante para as providências complementares.

VATANÁBIO BRANDÃO SOUZA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 44, DE 1º DE JUNHO DE 2005

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XLVI do artigo 53 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247, 29 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, em 30 de dezembro de 1994; Considerando que o Processo nº 138.000.581/2005 teve alguns requisitos não observados; considerando que o Alvará de Funcionamento nº 1039 / 91, não atende o Inciso I do Artigo Lei nº 1.171, de 24 de julho de 1996; resolve: I – REVOGAR o Alvará de Funcionamento concedido ao Sr. FLAVIO DE CASTRO BELO, Carteira de identidade de nº 34.688.135 – 7.146.426, razão social do estabelecimento RECANTO LANCHES LTDA – ME, localizado na CNN 01, Bloco "E", Lote 02, Ceilândia - DF; II – Determinar à Divisão Regional de Licenciamento que dê ciência ao interessado; III – Publique-se.

ROGÉRIO SCHUMANN ROSSO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 96, DE 02 DE JUNHO DE 2005.

A ADMINISTRADORA REGIONAL DE SAMAMBAIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XXXIII do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve: Prorrogar por 30 dias o prazo da Comissão Permanente de Sindicância para a conclusão dos trabalhos apuratórios, referentes ao processo nº 142.000.698/2005.

MÁRCIA DE SOUSA MACHADO FERNANDEZ

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24, DE 06 DE JUNHO DE 2005.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RIACHO FUNDO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XX, do art. 43, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.245, de 28 de dezembro de 1994, resolve: CASSAR os Termos de Autorizações de Uso n° 21/2001, do box nº 21, Processo 148.000.330/04, firmado com WANDERLEY GUTEMBERG WILLAND DURÃES; nº 94/2001, do box n° 94, Processo n.º 148.000.329/04, firmada com IARA MARIA DA SILVA WILKE MARQUES; n.º 96/2001, do box n.º 96, processo n.º 148000325/04, firmada com JANAINA ALENCAR FERREIRA, por descumprirem a clausula sexta do Termo de Autorização de Uso e itens 6, 7 e 8 da Ordem de Serviço nº 08, de 09 de fevereiro de 1998; II – Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação; III – Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ EMILSON MENDES

SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 19, DE 06 DE JUNHO DE 2005

O PRESIDENTE DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO – JJA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são confere o artigo 3°, da Lei n° 3117 de 30 de dezembro de 2002 e artigo 12°, do regimento interno, de 22 de março de 2005. I – TORNA PUBLICO as atas das sessões de 1ª e 2ª Câmara do mês de maio de 2005.

1ª CÂMARA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às oito horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1444/2004.Processo: 148000654/1995. Recorrente: Maria Margarida Lima Nunes. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1450/2004. Processo: 148000531/2000. Recorrente: Sergio Amaral Rezende. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1508/2004. Processo: 131000550/1999. Recorrente: Valdemir Fernandes Barba. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: José Edmilson Barros de Oliveira Neto. Após a sua leitura, o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1444/2004, Recurso Voluntário 1450/2004 e Recurso Voluntário 1508/2004 que por votação unânime foram negados provimento, tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às nove horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às nove horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1457/2004. Processo: 148000789/2000. Recorrente: Concessionária Oficina Mecânica Arc Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1448/2004. Processo: 148000318/1996. Recorrente: Tânia Maria de Azevedo Feitosa Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Cezar Augusto Bruneto. Recurso: 1509/2004. Processo: 131000917/1999. Recorrente: Ranchinho Lanches Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1509/2004, que por votação unânime foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1457/2004 o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação

esta que foi aceita pelo presidente. O Recurso Voluntário 1448/2004, o membro relator solicitou ao presidente que o julgamento do referido processo fosse adiado por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às nove horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1463/2004. Processo: 141011007/1998. Recorrente: Irmãos Sarki Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1496/2004. Processo: 141008091/1998. Recorrente: Lê Bistrot Com. de Alimentos e Bebidas Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 906/2004. Processo: 143000262/1999. Recorrente: José Maria de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIII. Relator: Cezar Augusto Bruneto. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1496/2004, que por votação unânime foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1463/2004 o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. O Recurso Voluntário 906/2004, o membro relator solicitou ao presidente que o julgamento do referido processo fosse adiado por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dez horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, dez horas em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1409/2004. Processo: 141002761/1997. Recorrente: Ceobra – Centro Odontológico de Brasília. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1393/2004. Processo: 137000534/2000. Recorrente: Aurora Maria da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1501/2004. Processo: 131001393/1998. Recorrente: Sebastião José dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: José Edmilson Barro de Oliveira Neto. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos. Recurso Voluntário 1409/2004, Recurso Voluntário 1393/2004 e Recurso Voluntário 1501/2004 que por votação unânime foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dez horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1511/2004. Processo: 131001927/1999. Recorrente: Francisco Alves de Lima. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Agnus Modesto de Souza. Recurso: 1525/2004. Processo: 134000765/2000. Recorrente: Real Auto Escola Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA V. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1497/2004. Processo: 131001065/1999. Recorrente: Francisco das Chagas Vieira de Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Após a sua leitura, o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1525/2004 e Recurso Voluntário 1497/2004, que por votação unânime foram negados provimento, tornando inalterada as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1511/2004 o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às onze horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, onze horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1523/2004. Processo: 134000763/2000. Recorrente: Kumon Instituto de Educação (Irene Silva Lima). Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA V. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1408/2004. Processo: 141004370/1996. Recorrente: Terceira Igreja Batista Plano Piloto. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1469/2004. Processo: 139000977/1998. Recorrente: Holien Barbosa da Fonseca. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Gilson Lobo. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento do processo, Recurso Voluntário 1523/2004, Recurso Voluntário 1408/2004, que por votação unânime foram negados provimento tornando inalterada as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1469/2004 o membro relator solicitou ao presidente que o julgamento do referido processo fosse adiado por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às onze horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, onze horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1011/2004. Processo: 141010751/1998. Recorrente: Camisa 10 Sport Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 967/2004. Processo: 131.001173/2000. Recorrente: Instituto Educacional da Criança. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1510/2004. Processo: 131001926/1999. Recorrente: Maria dos anjos Maciel. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Gilson Lobo. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos. Recurso Voluntário 1011/2004, Recurso Voluntário 967/2004, que por votação unânime foram negados provimento, tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1510/2004 o membro relator solicitou ao presidente que o julgamento do referido processo fosse adiado por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às doze horas presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINARIA DA 1ª CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2005. Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, doze horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da primeira câmara senhor João Alves Cardoso declarou aberta à seção de julgamentos

dos processos. Após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Gilberto Pires de Amorim Junior, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson de Oliveira Neto, Gilson Lobo, Agnus Modesto. Totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir. Recurso: 1447/2004. Processo: 148001928/1996. Recorrente: Éster Maria da Cruz Carvalho. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1498/2004. Processo: 143000796/1999. Recorrente: Sebastião Luiz Costa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIII. Relator: Gilberto Pires de Amorim Júnior. Recurso: 1453/2004. Processo: 148000538/2000. Recorrente: Maria Tereza Pimenta. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Agnus Modesto de Souza. Após a sua leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos. Recurso Voluntário 1447/2004, Recurso Voluntário 1453/2004 que por votação unânime foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1498/2004 o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. Foram sorteados e distribuídos os processos a serem relados no mês de junho conforme aseguir: Recurso: 1279/2004. Processo: 141001094/2000. Recorrente: Serra do Mar Confecções Com. e Serviço Ltda-Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1283/2004. Processo: 302000081/2003. Recorrente: Emplavi Realizações Imobiliárias Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1302/2004. Processo: 141006684/2000. Recorrente: Maria Aparecida Teixeira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1304/2004. Processo: 141006326/2000. Recorrente: Condomínio da SQN 115 Bl "B". Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1308/2004. Processo: 137000363/2004. Recorrente: Inah de Souza Rodrigues. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1325/2004. Processo: 137001870/2003. Recorrente: Ki Acabamento e Material para Construção Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1239/2004. Processo: 139000408/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1294/2004. Processo: 137000698/2003. Recorrente: Francisca Marleide Pinheiro Soares. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1338/2004. Processo: 142000639/2003. Recorrente: Ecisan Saneamento Eng. Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Agnus Modesto de Sousa. Recurso: 1289/2004. Processo: 139000651/2002. Recorrente: Maria Sandra Serafim de Arruda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1262/2004. Processo: 142001618//2003. Recorrente: Francisca Mesquita de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1260/2004. Processo: 147000212/2003. Recorrente: Maria José de Oliveira Veiga. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1242/2004. Processo: 137001945/2003. Recorrente: Bom Tempo Natalício Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1245/2004. Processo: 137002661/2003. Recorrente: Clarina Cruz de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1249/2004. Processo: 137002152/2003. Recorrente: Maria Helena de Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1250/2004. Processo: 137001960/2003. Recorrente: Rômulo Rosa de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1216/2004. Processo: 142001256/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1237/2004. Processo: 139000286/2003. Recorrente: Mapel Comércio de Papeis Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RAXI. Relator: Gilberto Pires. Recurso: 1258/2004. Processo: 147000363/2003. Recorrente: Zanata Gregório da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Gilson Lobo. Recurso: 1269/2004. Processo: 142001549/2003. Recorrente: Joaquim Alves dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilson Lobo. Recurso: 1334/2004. Processo: 142000945/2003. Recorrente: Célio Ferreira dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: César Augusto Bruneto. Recurso: 1296/2004. Processo: 141002803/2001. Recorrente: Secretaria de Segurança Publica. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: César Augusto Bruneto. Recurso: 936/2004. Processo: 141002128/2001. Recorrente: Brunela Produtos Alimentícios Ind. e Comércio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: José Edmilson Barros de Oliveira Neto. Recurso: 1217/2004. Processo: 142001183/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José Edmilson Barros de Oliveira Neto. A Seção foi presidida pelo presidente da 1ª câmara da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor João Alves Cardoso, Secretariado pelo assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às treze horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

2º CÂMARA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005. Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou-se aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir: Recurso: 1390/2004. Processo: 140 0000854/1998. Recorrente: Marco Aurélio Mendes Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA. Relator: Henrique José Cruz Laender. Recurso: 1445/2004. Processo: 148000376/1996. Recorrente: Maria do Rosário Rosa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Henrique José Cruz Laender. Recurso: 1452/2004. Processo: 148000677/2000. Recorrente: Rosanete Sueli Silva Moraes. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Após a leitura, o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1390/2004, Recurso Voluntário 1445/2004 e Recurso Voluntário 1452/2004 que por unanimidade foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às quinze horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005. Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou-se aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir: Recurso: 1128/2004. Processo: 131002273/2002. Recorrente: Antônio Pinto de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1524/2004. Processo: 134000765/2000. Recorrente: Livraria Aliança Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA V. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1500/2004. Processo: 131001325/1999. Recorrente: Supermercado Planaltão S A. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Após a leitura, o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1128/2004, Recurso Voluntário 1524/2004 e Recurso Voluntário 1500/2004 que por unanimidade foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às quinze horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, EM 23 DE MAIO DE 2005. Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou-se aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. Foi feita a leitura do expediente a seguir: Recurso: 1503/2004. Processo: 131000242/2000. Recorrente: Vitória vestibulares e Concursos Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1465/2004. Processo: 141008618/1998. Recorrente: Luiz Antônio Ribeiro. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 704/2004. Processo: 141004893/2000. Recorrente: Creonice Nunes de Menezes Lima. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Após a leitura, o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1465/2004, Recurso Voluntário 704/2004 que por unanimidade foram negados provimento tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1503/2004, que por unanimidade foi dado provimento tornando alterada a decisão de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às quinze horas e cinqüenta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005. Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e cinqüenta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da segunda câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros,

através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. O presidente solicitou que fosse feita à leitura do expediente a seguir: Recurso: 1499/2004. Processo: 131001325/1999. Recorrente: Eudoxio Rosa da Fonseca. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1520/2004. Processo: 131001462/1999. Recorrente: Rogério Barbosa Leal. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 984/2004. Processo: 131000859/2000. Recorrente: Mercadão dos Movéis. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Após a leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1499/2004, Recurso Voluntário 1520/2004 e Recurso Voluntário 984/2004, que por votação unânime foram negados provimento aos recursos, tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dezesseis horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005.
Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da segunda câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. O presidente solicitou que fosse feita à leitura do expediente a seguir: Recurso: 1512/2004. Processo: 131001895/1999. Recorrente: Francisca Maria da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1019/2004. Processo: 143000496/1997. Recorrente: Iraildes Araújo da Costa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIII. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1506/2004. Processo: 131.000243/2000. Recorrente: Auto Escola Veja Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Após a leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1512/2004, Voluntário 1506/2004 por votação unânime foi negado provimento ao recurso, tornando inalterada a decisão de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1019/2004, o membro relator informou que o referido processo encontrava-se intempestivo e solicitou ao presidente que retirasse de pauta de julgamento e encaminhasse para a gerencia de apoio para a providencias necessárias solicitação esta que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dezesseis horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005.
Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da segunda câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. O presidente solicitou que fosse feita à leitura do expediente a seguir: Recurso: 1446/2004. Processo: 148000291/1996. Recorrente: Maria Auxiliadora Freitas. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1410/2004. Processo: 137001276/2000. Recorrente: Lucia de Fátima Martins Lima – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz Araújo. Recurso: 1015/2004. Processo: 134000464/1998. Recorrente: Ilmo Monteiro Braga. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA V. Relator: José da Luz Araújo. Após a leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1446/2004, Recurso Voluntário 1410/2004, que por votação unânime foram negados provimento aos recursos, tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1015/2004, que por votação unânime foi dado provimento ao recurso tornando alterada a decisão de primeira instancia. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dezessete horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005.
Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da segunda câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. O presidente solicitou que fosse feita à leitura do expediente a seguir: Recurso: 1507/2004. Processo: 131000077/2000. Recorrente: Ermínia Lopes Cardoso. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II Relator: Glauco Oliveira Santana. Recurso: 1099/2004. Processo: 131000338/2002. Recorrente: Osmar Teodorio Frota. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: José da Luz Araújo. Recurso: 1398/2004. Processo: 137000983/2000. Recorrente: TNG Comércio de Confecções Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz Araújo. Após a leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1398/2004, que por votação unânime foi negado provimento ao recurso, tornando inalterada a decisão de primeira instancia. O Recurso Voluntário 1099/2004, o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. O Recurso Voluntário 1507/2004 o membro relator solicitou ao presidente que adiasse o julgamento do referido processo para aproxima sessão, por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dezessete horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINARIA DA 2° CÂMARA DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2005.
Aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e trinta minutos, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente da segunda câmara senhor Jânio Rodrigues dos Santos declarou aberta à seção de julgamentos dos processos, após a verificação do número de membros, através de chamada por processo nominal, na qual estavam presentes os membros Uvilde Fonteles da Silva Junior, Glauco Oliveira Santana, Rogério Galvão do Santos, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender e José da Luz Araújo, totalizando 6 (seis) membros presentes. O presidente solicitou que fosse feita à leitura do expediente a seguir: Recurso: 1231/2004. Processo: 135000995/2000. Recorrente: Mauro Lucio da S. Campos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA VI. Relator: José da Luz Araújo. Recurso: 1391/2004. Processo: 146001457/1995. Recorrente: Dorival Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVI. Relator: José da Luz Araújo. Recurso: 1505/2004. Processo: 131001172/1999. Recorrente: Éster Bernardes de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Glauco Oliveira Santana. Recurso: 503/2004. Processo: 141.000171/2001. Recorrente: C&M Bar e Associados Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator Henrique José da Cruz Laender. Recurso Voluntário: 333/2004. (Diligencia). Processo: 141.004.896/2001. Recorrente: Marco Marchetti S/A Hotéis. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização RA I. Relator: Henrique José da Cruz Laender. Recurso Voluntário: 547/2004. (Diligencia) Processo: 141.007.019/2000. Recorrente: Hc Pneus S/A. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização RA I. Relator: Henrique José da Cruz Laender. Após a leitura o presidente procedeu ao julgamento dos processos, Recurso Voluntário 1391/2004, Recurso Voluntário 333/2004, Recurso Voluntário 547/2004, que por votação unânime foram negados provimento aos recursos, tornando inalteradas as decisões de primeira instancia. O Recurso Voluntário 503/2004, o membro relator solicitou a prorrogação do referido julgamento para o mês de julho de 2005, por se tratar de reincidência e solicitou ao presidente que incluísse na pauta do mês de julho de 2005, o Recurso Voluntário 1382/2004 que trata do auto de infração que gerou a reincidência para que o julgamento seja feito em conjunto, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. O Recurso Voluntário 1505/2004 o membro relator solicitou ao presidente que adiasse o julgamento do referido processo para aproxima sessão, por não ter concluído as diligencias necessárias, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. O Recurso Voluntário 1231/2004, o membro relator solicitou que os autos sejam remetidos a primeira instancia para que seja anexada a memória de calculo do referido auto de infração, solicitação esta que foi aceita pelo presidente. Foram sorteados e distribuídos os processos a serem relados no mês de junho conforme aseguir: Recurso: 1285/2004. Processo: 139000740/2003. Recorrente: Clinica Santo Antonio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1259/2004. Processo: 147000344/2003. Recorrente: Francisco Elvercio de Lima. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1241/2004. Processo: 137002844/2003. Recorrente: Luiza Alves de Carvalho. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1218/2004. Processo: 142000964/2003. Recorrente: Pentecostal Aliança com Deus. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1219/2004. Processo: 142000924/2003. Recorrente: Joel Gomes da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1227/2004. Processo: 131001207/2003. Recorrente: Fátima Divina Ribeiro Coelho – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos

Santos. Recurso: 1228/2004. Processo: 131001730/2003. Recorrente: Israel Roquete de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos. Recurso: 1291/2004. Processo: 139000105/2002. Recorrente: Magalhães Domingues Engenharia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Glauco Oliveira Santana. Recurso: 1223/2004. Processo: 302000240/2003. Recorrente: Construtora Luner Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Glauco Oliveira Santana. Recurso: 1244/2004. Processo: 137002790/2003. Recorrente: Academia de Natação Água Viva Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz. Recurso: 1266/2004. Processo: 142001123/2003. Recorrente: Maria Abadia de Brito. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José da Luz. Recurso: 1272/2004. Processo: 142001557/2003. Recorrente: Valdir Santos Aguiar. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José da Luz. Recurso: 1246/2004. Processo: 137001944/2003. Recorrente: Ana Zilda Ferreira (Quiosque Papagai'os). Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz. Recurso: 1252/2004. Processo: 137002247/2003. Recorrente: Raimundo Mendes Ferreira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz. Recurso: 1309/2004. Processo: 137001848/2003. Recorrente: Posto Cidade Industrial Brasília Derivados de Petróleo Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz. Recurso: 1229/2004. Processo: 131000675/2003. Recorrente: Daniel Antonio da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Henrique José Cruz Laender. Recurso: 1233/2004. Processo: 139000958/2002. Recorrente: Fabrício Chaves Cavalcante de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Henrique José Cruz Laender. Recurso: 1251/2004. Processo: 137001371/2003. Recorrente: Centro Odontológico Dr. Sagner Valério Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1215/2004. Processo: 142001201/2003. Recorrente: Ferragens Samambaia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1280/2004. Processo: 141002001/2001. Recorrente: Eniceu Rodrigues Soares – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1234/2004. Processo: 137000213/2003. Recorrente: José Ferreira Cavalcante. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1236/2004. Processo: 139000385/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1328/2004. Processo: 142000444/2003. Recorrente: Carroceria Santa Luz. Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1337/2004. Processo: 142000898/2003. Recorrente: Lucimar Antunes de Morais Paiva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. A Seção foi presidida pelo Presidente Jânio Rodrigues dos Santos, Secretariada pelo Assistente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Paulo Henrique Carvalho da Silva. Às dezessete horas e trinta minutos da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Paulo Henrique Carvalho da Silva, Assistente da Junta Julgamento Administrativo, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.II - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO NETO

PORTARIA Nº 20, DE 06 DE JUNHO DE 2005

O PRESIDENTE DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO – JJA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são confere o artigo 3°, da Lei n° 3117 de 30 de dezembro de 2002 e artigo 12°, do regimento interno, de 22 de março de 2005. I – TORNA PUBLICO a pauta de julgamento da 1ª e 2ª Câmara do mês de junho de 2005.

1ª CÂMARA

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira - primeira sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50, Sobreloja.
Recurso: 1279/2004. Processo: 141001094/2000. Recorrente: Serra do Mar Confecções Com. e Serviço Ltda-Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1283/2004. Processo: 302000081/2003. Recorrente: Emplavi Realizações Imobiliárias Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1289/2004. Processo: 139000651/2002. Recorrente: Maria Sandra Serafim de Arruda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Gilberto Pires.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira - segunda sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1302/2004. Processo: 141006684/2000. Recorrente: Maria Aparecida Teixeira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1304/2004. Processo: 141006326/2000. Recorrente: Condomínio da SQN 115 Bl "B". Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1262/2004. Processo: 142001618//2003. Recorrente: Francisca Mesquita de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilberto Pires.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira - terceira sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1308/2004. Processo: 137000363/2004. Recorrente: Inah de Souza Rodrigues. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1325/2004. Processo: 137001870/2003. Recorrente: Ki Acabamento e Material para Construção Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1260/2004. Processo: 147000212/2003. Recorrente: Maria José de Oliveira Veiga. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Gilberto Pires.

Data: 28 de junho de 2005, quarta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1239/2004. Processo: 139000408/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1294/2004. Processo: 137000698/2003. Recorrente: Francisca Marleide Pinheiro Soares. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1242/2004. Processo: 137001945/2003. Recorrente: Bom Tempo Natalício Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira – quinta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1338/2004. Processo: 142000639/2003. Recorrente: Ecisan Saneamento Eng. Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Agnus Modesto de Sousa.
Recurso: 1250/2004. Processo: 137001960/2003. Recorrente: Rômulo Rosa de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires.
Recurso: 1216/2004. Processo: 142001256/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilberto Pires.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira – sexta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1245/2004. Processo: 137002661/2003. Recorrente: Clarina Cruz de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires.
Recurso: 1249/2004. Processo: 137002152/2003. Recorrente: Maria Helena de Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Gilberto Pires.
Recurso: 1258/2004. Processo: 147000363/2003. Recorrente: Zanata Gregório da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Gilson Lobo.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira – sétima sessão. Horário: a partir das 08:30 horas.
Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1237/2004. Processo: 139000286/2003. Recorrente: Mapel Comércio de Papeis Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RAXI. Relator: Gilberto Pires.
Recurso: 1269/2004. Processo: 142001549/2003. Recorrente: Joaquim Alves dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Gilson Lobo.
Recurso: 1334/2004. Processo: 142000945/2003. Recorrente: Célio Ferreira dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: César Augusto Bruneto.

Data: 28 de junho de 2005, terça-feira – oitava sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1296/2004. Processo: 141002803/2001. Recorrente: Secretaria de Segurança Publica. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: César Augusto Bruneto.
Recurso: 936/2004. Processo: 141002128/2001. Recorrente: Brunela Produtos Alimentícios Ind. e Comércio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: José Edmilson Barros de Oliveira Neto.
Recurso: 1217/2004. Processo: 142001183/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José Edmilson Barros de Oliveira Neto.
Recurso: 1448/2004. Processo: 148000318/1996. Recorrente: Tânia Maria de Azevedo Feitosa Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XVII. Relator: Cezar Augusto Bruneto.
Recurso: 906/2004. Processo: 143000262/1999. Recorrente: José Maria de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIII. Relator: Cezar Augusto Bruneto.
Recurso: 1469/2004. Processo: 139000977/1998. Recorrente: Holien Barbosa da Fonseca. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Gilson Lobo.
Recurso: 1510/2004. Processo: 131001926/1999. Recorrente: Maria dos anjos Maciel. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Gilson Lobo.
Recurso: 561/2004. Processo: 134.001.532/1999. Recorrente: José Evandro de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA V. Relator: Agnus Modesto de Sousa.

2ª CÂMARA

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – primeira sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1285/2004. Processo: 139000740/2003. Recorrente: Clinica Santo Antonio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1259/2004. Processo: 147000344/2003. Recorrente: Francisco Elvercio de Lima. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1291/2004. Processo: 139000105/2002. Recorrente: Magalhães Domingues Engenharia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Glauco Oliveira Santana.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – segunda sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.

Recurso: 1241/2004. Processo: 137002844/2003. Recorrente: Luiza Alves de Carvalho. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1218/2004. Processo: 142000964/2003. Recorrente: Pentecostal Aliança com Deus. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1223/2004. Processo: 302000240/2003. Recorrente: Construtora Luner Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Glauco Oliveira Santana.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – terceira sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1219/2004. Processo: 142000924/2003. Recorrente: Joel Gomes da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1227/2004. Processo: 131001207/2003. Recorrente: Fátima Divina Ribeiro Coelho – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1272/2004. Processo: 142001557/2003. Recorrente: Valdir Santos Aguiar. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José da Luz Araújo.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – quarta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1228/2004. Processo: 131001730/2003. Recorrente: Israel Roquete de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Rogério Galvão dos Santos.
Recurso: 1244/2004. Processo: 137002790/2003. Recorrente: Academia de Natação Água Viva Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz.
Recurso: 1266/2004. Processo: 142001123/2003. Recorrente: Maria Abadia de Brito. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: José da Luz.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – quinta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1246/2004. Processo: 137001944/2003. Recorrente: Ana Zilda Ferreira (Quiosque Papagai'os). Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz.
Recurso: 1251/2004. Processo: 137001371/2003. Recorrente: Centro Odontológico Dr. Sagner Valério Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.
Recurso: 1337/2004. Processo: 142000898/2003. Recorrente: Lucimar Antunes de Morais Paiva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – sexta sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1309/2004. Processo: 137001848/2003. Recorrente: Posto Cidade Industrial Brasília Derivados de Petróleo Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz.
Recurso: 1229/2004. Processo: 131000675/2003. Recorrente: Daniel Antonio da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Henrique José Cruz Laender.
Recurso: 1234/2004. Processo: 137000213/2003. Recorrente: José Ferreira Cavalcante. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.

Data: 27 de junho de 2005, segunda-feira – sétima sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1215/2004. Processo: 142001201/2003. Recorrente: Ferragens Samambaia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.
Recurso: 1280/2004. Processo: 141002001/2001. Recorrente: Eniceu Rodrigues Soares – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.
Recurso: 1233/2004. Processo: 139000958/2002. Recorrente: Fabrício Chaves Cavalcante de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Henrique José Cruz Laender.

Data: 27 de junho de 2005 – oitava sessão. Horário: a partir das 08:30 horas. Endereço: SCS Quadra 08 Ed. Venâncio 2000 bloco B-50 Sobreloja.
Recurso: 1236/2004. Processo: 139000385/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.
Recurso: 1328/2004. Processo: 142000444/2003. Recorrente: Carroceria Santa Luz. Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior.
Recurso: 1252/2004. Processo: 137002247/2003. Recorrente: Raimundo Mendes Ferreira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Relator: José da Luz.
Recurso: 1507/2004. Processo: 131000077/2000. Recorrente: Ermínia Lopes Cardoso. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II Relator: Glauco Oliveira Santana
Recurso: 1505/2004. Processo: 131001172/1999. Recorrente: Éster Bernardes de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Relator: Glauco Oliveira Santana.
II - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO NETO

PORTARIA Nº 21, DE 06 DE JUNHO DE 2005

O PRESIDENTE DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO - JJA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são confere o artigo 3°, da Lei n° 3117 de 30 de dezembro de 2002 e artigo 12°, do regimento interno, de 22 de março de 2005.
I – TORNA PUBLICO a ata da sessão de pleno do mês de maio de 2005.

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO PLENO DA JUNTA DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas, em Sede Própria, localizada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2000, Sobreloja, em Brasília-DF, o presidente senhor Antonio Alves do Nascimento Neto, declarou aberta a sessão ordinária do pleno, verificando o número de membro por processo nominal, na qual estavam presentes 12 (doze) Membros citados a seguir: Uvilde fonteles da Silva Junior, João Alves Cardoso, Gilberto Pires de Amorim Junior, Agnus Modesto de Sousa, José da Luz Araújo, Rogério Galvão dos Santos, Glauco Oliveira Santana, Jânio Rodrigues dos Santos, Henrique José Cruz Laender, Cezar Augusto Bruneto, José Edmilson Barros de Oliveira Neto, Gilson Lobo. Foram distribuídos os processos a serem apreciados no mês de Abril conforme a seguir: º CÂMARA: Recurso: 1279/2004. Processo: 141001094/2000. Recorrente: Serra do Mar Confecções Com. e Serviço Ltda-Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 1283/2004. Processo: 302000081/2003. Recorrente: Emplavi Realizações Imobiliárias Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1302/2004. Processo: 141006684/2000. Recorrente: Maria Aparecida Teixeira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 1304/2004. Processo: 141006326/2000. Recorrente: Condomínio da SQN 115 Bl "B". Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 1308/2004. Processo: 137000363/2004. Recorrente: Inah de Souza Rodrigues. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1325/2004. Processo: 137001870/2003. Recorrente: Ki Acabamento e Material para Construção Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1239/2004. Processo: 139000408/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Recurso: 1294/2004. Processo: 137000698/2003. Recorrente: Francisca Marleide Pinheiro Soares. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1338/2004. Processo: 142000639/2003. Recorrente: Ecisan Saneamento Eng. Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1289/2004 Processo: 139000651/2002. Recorrente: Maria Sandra Serafim de Arruda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Recurso: 1262/2004. Processo: 142001618//2003. Recorrente: Francisca Mesquita de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1260/2004. Processo: 147000212/2003. Recorrente: Maria José de Oliveira Veiga. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Recurso: 1242/2004. Processo: 137001945/2003. Recorrente: Bom Tempo Natalício Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1245/2004. Processo: 137002661/2003. Recorrente: Clarina Cruz de Souza. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1249/2004. Processo: 137002152/2003. Recorrente: Maria Helena de Araújo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1250/2004. Processo: 137001960/2003. Recorrente: Rômulo Rosa de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1216/2004. Processo: 142001256/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1237/2004. Processo: 139000286/2003. Recorrente: Mapel Comércio de Papeis Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RAXI. Recurso: 1258/2004. Processo: 147000363/2003. Recorrente: Zanata Gregório da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Recurso: 1269/2004. Processo: 142001549/2003. Recorrente: Joaquim Alves dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1334/2004. Processo: 142000945/2003. Recorrente: Célio Ferreira dos Santos. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1296/2004. Processo: 141002803/2001. Recorrente: Secretaria de Segurança Publica. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 936/2004. Processo: 141002128/2001. Recorrente: Brunela Produtos Alimentícios Ind. e Comércio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 1217/2004. Processo: 142001183/2003. Recorrente: Maria de Lurdes de Sousa. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. 2º CÂMARA: Recurso: 1285/2004.Processo: 139000740/2003. Recorrente: Clinica Santo Antonio Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Recurso: 1259/2004. Processo: 147000344/2003. Recorrente: Francisco Elvercio de Lima. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XIX. Recurso: 1241/2004. Processo: 137002844/2003. Recorrente: Luiza Alves de Carvalho. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1218/2004. Processo: 142000964/2003. Recorrente: Pentecostal Aliança com Deus. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1219/2004. Processo: 142000924/2003. Recorrente: Joel Gomes da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1227/2004. Processo: 131001207/2003. Recorrente: Fátima Divina Ribeiro Coelho – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Recurso: 1228/2004. Processo: 131001730/2003. Recorrente: Israel Roquete de Melo. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Recurso: 1291/2004. Processo: 139000105/2002. Recorrente: Magalhães Domingues Engenharia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Recurso: 1223/2004. Processo: 302000240/2003. Recorrente: Construtora Luner Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI.Recurso: 1244/2004. Processo: 137002790/2003. Recorrente: Academia de Natação Água Viva Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1266/2004. Processo: 142001123/2003. Recorrente: Maria Abadia de Brito. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1272/2004. Processo: 142001557/2003. Recorrente: Valdir Santos Aguiar. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1246/2004. Processo: 137001944/2003. Recorrente: Ana Zilda Ferreira (Quiosque Papagai'os). Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1252/2004. Processo: 137002247/2003. Recorrente: Raimundo Mendes Ferreira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1309/2004. Processo: 137001848/2003. Recorrente: Posto Cidade Industrial Brasília Derivados de Petróleo Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fis-

calização – RA X. Recurso: 1229/2004. Processo: 131000675/2003. Recorrente: Daniel Antonio da Silva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA II. Recurso: 1233/2004. Processo: 139000958/2002. Recorrente: Fabrício Chaves Cavalcante de Oliveira. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Recurso: 1251/2004. Processo: 137001371/2003. Recorrente: Centro Odontológico Dr. Sagner Valério Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1215/2004. Processo: 142001201/2003. Recorrente: Ferragens Samambaia Ltda. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1280/2004. Processo: 141002001/2001. Recorrente: Eniceu Rodrigues Soares – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA I. Recurso: 1234/2004. Processo: 137000213/2003. Recorrente: José Ferreira Cavalcante. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA X. Recurso: 1236/2004. Processo: 139000385/2003. Recorrente: Eduar Alves da Silva - Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XI. Relator: Uvilde Fonteles da Silva Junior. Recurso: 1328/2004. Processo: 142000444/2003. Recorrente: Carroceria Santa Luz. Ltda – Me. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII. Recurso: 1337/2004. Processo: 142000898/2003. Recorrente: Lucimar Antunes de Morais Paiva. Recorrido: Divisão Regional de Fiscalização – RA XII.Foi marcada para o dia 17 de junho de 2005, a partir das dez horas a reunião de Pleno e Administrativo referente ao mês de junho. A Seção foi presidida pelo presidente senhor Antonio Alves do Nascimento Neto, Secretariada pelo Gerente da Junta de Julgamento Administrativo, Senhor Thales Mendes Ferreira. Às doze horas da presente data, a Seção foi declarada encerrada pelo Presidente, por mais nada haver a tratar e para constar, eu Thales Mendes Ferreira, Lavrei a Presente Ata que será assinada pelo Presidente e de mais Membros da Junta de Julgamento Administrativo que compareceram.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO NETO

SECRETARIA DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 07 de junho de 2005

Processo: 290.000.003/2005. Interressado: BANCO DE BRASÍLIA S/A. Assunto: A inexigibilidade. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor do credor acima citado, com objetivo de atender despesa com aquisição de vales-transporte, constante da nota de empenho nº 2005NE00145, no valor de R$ 12.705,12 (doze mil e setecentos e cinco reais e doze centavos). A inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Publique-se.

IZALCI LUCAS FERREIRA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE

Em 06 de junho de 2005

Processo: 193.000.010/2004. Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. À vistas das instruções contidas nos autos e com fulcro nos artigos 80 e 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o estabelecido nos incisos, II e IV do artigo 39, combinado com inciso I, do artigo 38, do citado diploma legal, RECONHEÇO a dívida em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA- EMBRAPA, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão da Nota de Empenho e seu respectivo pagamento, no valor de R$ 1.264,64 (Hum mil,duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente a ressarcimento de salário e encargos sociais de quatro dias do mês de Julho/2004, do servidor KAZUYOSHI OFUGI, cedido com ônus para esta Fundação, correndo a despesa por conta do PT 28.846.001.9050-0049, natureza da despesa 31.90.92, Fonte 100, onde existem recursos. Publique-se e encaminhe ao NOF/GAG/FAP, para as providências subseqüentes.

WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

PAUTA Nº 35/2005, SESSÕES PLENÁRIAS DO DIA 14 DE JUNHO DE 2005(*).

Processos ordenados, sequencialmente, por tipo de sessão, Relator, assunto e interessado.

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3923.

CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO: 1) 2947/78, Reforma (Militar), JOSUE ALEXANDRE TEIXEIRA; 2) 2880/84, Reforma (Militar), Ahilton Nunes Guiomar; 3) 4354/93, Pensão Civil, EVA DE JESUS SOLANO; 4) 6431/93, Pensão Civil, LUZENETE BEZERRA DE SOUZA; 5) 5787/96, Aposentadoria, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA; 6) 5158/97, Representação, 3ª ICE Acomp; 7) 2020/00, Tomada de Contas Anual, SSDF; 8) 758/03, Prestação de Contas Anual, FAPDF; 9) 2067/03, Pensão Civil, Maria Zenira de Paula Filgueiras; 10) 976/04, Aposentadoria, Antonieta Maria Rosa de Oliveira; 11) 1014/04, Aposentadoria, Valmira Alves Pimenta; 12) 1836/04, Pensão Civil, ANA CAROLINA DE VASCONCELOS FERREIRA; 13) 2206/04, Aposentadoria, Sonia Maria Mota de Queiroz; 14) 2424/04, Pensão Civil, Maria Luiza Mendonça Araujo; 15) 2863/04, Aposentadoria, Maria Mirtes Alencar Bezerra; 16) 2920/04, Aposentadoria, ANTONIA SCANDIUCI FIGUEIREDO; 17) 3369/04, Pensão Civil, Dulcina Maria da Rocha; 18) 891/05, Pensão Civil, Maria Nelsa Freitas de Moura.

CONSELHEIRA MARLI VINHADELI: 1) 292/03, Acompanhamento de Gestão via SISCOEX, Secretaria de Estado de Saúde; 2) 1477/04, Tomada de Contas Anual, SCS; 3) 1796/04, Aposentadoria, Sonia Maria Campelo Macedo; 4) 3047/04, Aposentadoria, Rosa Luzia Sousa de Macêdo; 5) 3325/04, Aposentadoria, Iolita de Fatima Vieira Candido; 6) 3631/04, Pensão Civil, Sebastiana Antônio Rodrigues; 7) 1514/05, Aposentadoria, Maria Emília de Freitas Pinto; 8) 1654/05, Pensão Civil, ANTÔNIO MIRANDA DOS SANTOS; 9) 2553/05, Aposentadoria, Maria de Lourdes de Souza Rodrigues; 10) 10380/05, Tomada de Contas Anual, SEG; 11) 11580/05, Pensão Civil, ZELIA DE SOUZA BARRETO.

CONSELHEIRO JORGE CAETANO: 1) 2642/95, Aposentadoria, JADSON JANUARIO DE ALMEIDA; 2) 3295/96, Pensão Civil, ALTAIR TEIXEIRA FERREIRA NETO; 3) 6680/96, Revisão de Concessão, JOSE NUNES DA SILVA; 4) 7549/96, Auditoria de Regularidade, Secretaria de Cultura do DF e outros; 5) 3603/97, Reforma (Militar), Walter de Almeida; 6) 4339/97, Pensão Civil, Enedina de Moraes de Almeida; 7) 2925/99, Pensão Civil, Nilton Cantizano dos Santos; 8) 733/04, Aposentadoria, Orestes Pinto de Carvalho; 9) 824/04, Pensão Civil, Creusa Félix e Lima Takami; 10) 1159/04, Representação, Tribunal de Contas do DF; 11) 2347/04, Aposentadoria, Affonso Tinoco Cozzolino; 12) 522/05, Aposentadoria, Djanira Rodrigues de Oliveira; 13) 1697/05, Aposentadoria, Maria Rosa Rodrigues da Silva; 14) 6850/05, Pensão Civil, Terezinha Aparecida Borges; 15) 11637/05, Aposentadoria, Maria Zilma de Souza Chaves.

CONSELHEIRO PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA: 1) 3148/88, Pensão Civil, NOEMIA BARBOSA DE SOUZA; 2) 787/91, Aposentadoria, VICENTE DOS SANTOS SOARES; 3) 4100/92, Aposentadoria, PAULO WILSON GUARACIABA; 4) 4830/93, Pensão Civil, VALENTINA MARIA DE JESUS SOUZA; 5) 4959/93, Pensão Civil, TERESA SARTORIO GUARACIABA; 6) 8062/93, Aposentadoria, JOSE PEREIRA DA SILVA; 7) 4126/94, Pensão Civil, MARIA INACIO FERREIRA; 8) 1390/95, Aposentadoria, TEREZINHA MAZZARELO RAMOS SALES; 9) 3622/95, Aposentadoria, MISAEL CASSAL DE MEDEIROS; 10) 1578/99, Aposentadoria, Venina Rosa da Silva Almeida; 11) 461/04, Aposentadoria, Leonia Maria Bezerra de Souza; 12) 671/04, Aposentadoria, Nide Pereira Costa; 13) 1213/04, Aposentadoria, Almir Sabino de Azevedo; 14) 2127/04, Pensão Civil, Salvina Francisca de Oliveira.

CONSELHEIRO JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES: 1) 2239/99, Pensão Civil, Neuza Viana Gama; 2) 1504/03, Pensão Civil, Celia Maria de Sousa Carvalho.

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA: 1) 3752/93, Pensão Civil, IVANILDE MENDES DE QUEIROZ; 2) 4251/93, Pensão Militar, ANTONIA MARIA DE SANTANA; 3) 4772/93, Aposentadoria, ILDEBRANDO RIBEIRO SANTIAGO; 4) 2883/95, Aposentadoria, ANTONIA MARIA DE SANTANA; 5) 4560/95, Aposentadoria, JOAO MACIEL DE OLIVEIRA; 6) 6918/96, Pensão Civil, Selene Dias Bertolotti; 7) 7729/96, Reforma (Militar), José Carlos Soares Lisboa; 8) 2860/97, Acompanhamento de Gestão via SISCOEX, PMDF; 9) 1364/99, Aposentadoria, Maria José de Jesus Soares; 10) 3202/99, Prestação de Contas Extraordinária, FCDF; 11) 1148/01, Estudos Especiais, 3ª ICE - Div. Acompanhamento; 12) 1388/01, Representação, 1ª Inspetoria de Controle Externo; 13) 1123/03, Tomada de Contas Especial, FAPDF; 14) 1208/03, Pensão Civil, Maria Lúcia Gomes de Abreu; 15) 1404/03, Inspeção, RA-XI - CRUZEIRO; 16) 1099/04, Reforma (Militar), Wilson Dias Sarmet; 17) 1853/04, Pensão Civil, MARIA FERREIRA DOS SANTOS; 18) 2199/04, Aposentadoria, Maria de Fatima Magalhães Mariani; 19) 3017/04, Aposentadoria, Manoel Costa da Silva; 20) 3018/04, Aposentadoria, João Sanches; 21) 3135/04, Aposentadoria, Maria da Conceição Salvador Santos.

SO nº 3923. Totais: 80 processo(s) envolvendo o montante de R$ 273.337.513,20.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ADMINISTRATIVA Nº 469.

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA: 1) 4280/98, Ação Judicial ou Mandado de Segurança, ADRIANA DONIAK E OUTROS; 2) 884/03, Ação Judicial ou Mandado de Segurança, ZENY MARTINS DA SILVA; 3) 2035/04, Pagamentos diversos, RAFAEL AKEGAWA PIERRE e outros; 4) 3109/04, Estudos Especiais, 4ª Inspetoria de Controle Externo; 5) 3834/04, Representação, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS.

SA nº 469. Totais: 1 processo(s) envolvendo o montante de R$ 0,00.

(*) Elaborada conforme o artigo 1° da Res. n° 161, de 09 de dezembro de 2003.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3919

Aos 31 dias de maio de 2005, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA e ANTONIO RENATO ALVES RAINHA e o representante do Ministério Público junto a esta Corte Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, o Presidente, Conselheiro MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, verificada a existência de "quorum" (artigo 91, parágrafo único, da LO/TCDF), declarou aberta a sessão. Ausentes o Conselheiro JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, em gozo de licença-prêmio, e o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, em fruição de férias.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3918 e Extraordinárias Reservada nº 440 e Administrativa nº 467, todas de 19.5.2005.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do seguinte:

- Ofícios nºs 161 e 162/05 – P/AA, encaminhados, nesta data, pela Presidência desta Corte ao Chefe de Polícia Civil do Distrito Federal e à Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, respectivamente, solicitando, em razão de matéria veiculada no Jornal "O Globo", de 26.05.05, noticiando que "(...) Ortiz confessou também ter fraudado concurso do

Tribunal de Contas do Distrito Federal, em 2002. Cinco pessoas teriam sido aprovadas comprando gabaritos", informações sobre as providências adotadas quanto às possíveis fraudes anunciadas na realização, pelo CESPE, dos Concursos Públicos regulados pelos seguintes editais: - Edital nº 01/2002/TCDF-1, de 05.07.02, (Procurador); - Edital nº 01/2002/TCDF-2, de 10.06.02, (Analista de Finanças e Controle Externo), e Edital nº 01/2002/TCDF-3, de 10.06.02, (Auditor).
- Representação nº 002/2005-CJC, do Conselheiro JORGE CAETANO, acerca da concessão da vantagem do artigo 192 da Lei nº 8112/90, cumulativamente com parcelas de quintos/décimos.
- Representação nº 04/2005, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, dando conta de que, no dia 11 do mês em curso, o Diário Oficial do Distrito Federal fez publicar aditamento ao contrato de gestão celebrado entre o Instituto Candango de Solidariedade e a Secretaria de Governo do Distrito Federal.
- Comunicações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, encaminhando à Corte as decisões proferidas nos Mandados de Segurança nºs 2000002003233-9, impetrado por Admilde Lopes Macêdo e outros; 2001002003014-3, impetrado por Guimarães Teles da Silva; 2002002008655-3, impetrado por Maria Zuleika de Oliveira Rocha; 2002002009580-0, impetrado por Afonso de Sousa Ribeiro e outros; 2003002006507-7, impetrado por Gilsomar Silva Barbalho, e 2003002008373-1, impetrado por Alexandre Francisco Dourado.

DESPACHO SINGULAR

Despachos Singulares incluídos nesta ata em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 3º da Portaria nº 126/2002-TCDF.

CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Revisão de Concessão: Processo 6675/1996 - Despacho 90/2005.

CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Reforma (Militar): Processo 3584/1997 - Despacho 85/2005.

CONSELHEIRO JORGE CAETANO

Admissão de Pessoal: Processo 8683/2005 - Despacho 79/2005. Aposentadoria: Processo 762/1992 - Despacho 80/2005, Processo 1411/1999 - Despacho 78/2005. Pensão Militar: Processo 2872/1991 - Despacho 77/2005. Representação: Processo 2661/2000 - Despacho 81/2005, Processo 1873/2004 - Despacho 87/2005. Tomada de Contas Anual: Processo 1516/2001 - Despacho 82/2005.

CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Tomada de Contas Especial: Processo 2366/1996 - Despacho 37/2005, Processo 646/2002 - Despacho 40/2005, Processo 1096/2004 - Despacho 38/2005, Processo 1152/2004 - Despacho 41/2005, Processo 1547/2004 - Despacho 39/2005, Processo 4793/2005 - Despacho 36/2005.

CONSELHEIRO PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA

Aposentadoria: Processo 2227/2004 - Despacho 98/2005. Auditoria de Regularidade: Processo 1906/2004 - Despacho 100/2005. Pensão Civil: Processo 2481/1987 - Despacho 103/2005, Processo 825/2004 - Despacho 105/2005, Processo 828/2004 - Despacho 104/2005. Reforma (Militar): Processo 1185/1997 - Despacho 107/2005, Processo 3534/2004 - Despacho 99/2005. Tomada de Contas Especial: Processo 850/1990 - Despacho 108/2005, Processo 2758/2004 - Despacho 97/2005, Processo 2839/2004 - Despacho 102/2005.

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Representação: Processo 530/2003 - Despacho 109/2005. Tomada de Contas Especial: Processo 1704/2003 - Despacho 112/2005.

JULGAMENTO

VOTO DE DESEMPATE

PROCESSO Nº 3059/99 (apensos os de nºs 2812/97 e 095.004.058/91) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. para apurar responsabilidades por prejuízo causado em acidente de trânsito envolvendo veículos da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. e da então Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Na Sessão Ordinária nº 3918, realizada a 19 do corrente mês, houve empate na votação: A Conselheira MARLI VINHADELI acompanhou o voto do Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. O Conselheiro ÁVILA E SILVA seguiu o Relator, Conselheiro JORGE CAETANO. Tendo o Presidente em exercício Conselheiro RENATO RAINHA avocado processo para proferir o seu voto. - DECISÃO Nº 2368/05.- O Tribunal, pelo voto de desempate do Conselheiro RENATO RAINHA, proferido em conformidade com o artigo 73 do RI/TCDF, que acompanhou o voto do Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - dar provimento ao recurso de reconsideração do senhor Ozair Francisco Mendes, reformando a Decisão nº 3578/2004 e o Acórdão nº 106/2004; II - aprovar o Acórdão apresentado pelo Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, julgando regulares as contas do recorrente e dando-lhe quitação plena, nos termos do artigo 17, inciso I, c/c o artigo 18 da Lei Complementar nº 01/94; III - dar conhecimento ao recorrente e à TCB da decisão proferida; IV - autorizar o arquivamento do feito e do Processo nº 2812/97-apenso, bem como a devolução do Processo nº 095.004.058/91 à origem.

PROCESSOS DEVOLVIDOS À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento dos Processos nºs 344/02 e 2736/04 (Relator: Conselheiro ÁVILA E SILVA), 387/03 (Relator: Auditor PAIVA MARTINS) e 7679/05 (Relator: Conselheiro RENATO RAINHA), de que pediram vista, em sessões anteriores, dos três primeiros, a Conselheira MARLI VINHADELI e, do último, o Conselheiro JORGE CAETANO (Revisores).

PROCESSO Nº 0344/02 (apenso o de nº 054.000.248/02 e 1 volume) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízos decorrentes de desvio de recursos recebidos por policiais militares. - DECISÃO Nº 2303/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, Conselheiro ÁVILA E SILVA, com o qual concorda a Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das defesas apresentadas, considerando-as improcedentes, no mérito; II - nos termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, determinar a cientificação do 1º Sgt. QPPMC Celso da Mota Fernandes e do 3º Sgt. QPPMC Antônio Carlos dos Santos de Farias para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, recolherem aos cofres distritais as importâncias de R$ 152.617,95 (cento e cinqüenta e dois mil seiscentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos) e R$ 153.384,12 (cento e cinqüenta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), respectivamente, correspondentes aos prejuízos apurados nos autos; III - determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências cabíveis.

PROCESSO Nº 0387/03 (apenso 1 volume) - Representação nº 07/2003, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, por meio da qual questiona a regularidade da seleção e da contratação de pessoal levada a efeito pelo Instituto Candango de Solidariedade - ICS, em face de contratos de gestão firmados com o Governo do Distrito Federal, tendo em conta a necessária observância dos princípios da publicidade e da impessoalidade. - DECISÃO Nº 2306/05.- A Presidência determinou o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Relator, Auditor PAIVA MARTINS. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro JORGE CAETANO, por motivo de foro íntimo.

PROCESSO Nº 2736/04 (apenso o de nº 080.013.613/01) - Aposentadoria de CARMÉLIA DA SILVEIRA VERNEQUE-SE. - DECISÃO Nº 2266/05.- Havendo o Conselheiro JORGE CAETANO pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 7679/05 - Representação do Conselheiro JORGE CAETANO, com vistas a dirimir dúvidas quanto à aplicação das Decisões nºs 2.000/03, 4.626/03 e 3.366/04, especialmente no que concerne à fixação da data de 09.12.93 para o procedimento nelas previsto e ao atendimento ao que dispõe a Lei nº 1.004/96, de modo a melhor orientar os órgãos jurisdicionados e evitar prejuízo aos aposentados, aos pensionistas e ao erário. - DECISÃO Nº 2343/05.- O Tribunal, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro JORGE CAETANO, com o qual concorda o Relator, Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu autorizar o encaminhamento dos autos ao douto Ministério Público para que se pronuncie.

Retornando aos demais relatos previstos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3674/90 (anexo o de nº 030.002.177/86) - Revisão dos proventos da aposentadoria de DAVID CALIXTO DIB-SGA. - DECISÃO Nº 2269/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 6694/91 (anexo o de nº 054.003.161/91) - Revisão da pensão militar concedida a EDLEUZA CRUZ GALVÃO e outro-PMDF. - DECISÃO Nº 2270/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4888/93 (anexos os de nºs 030.015.375/90 e 030.008.677/95) - Pensão civil, cumulada com revisão do benefício, concedida a YVONE SABBAG DIB-SGA. - DECISÃO Nº 2271/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4981/93 (apenso o de nº 030.006.608/90) - Integralização da pensão civil concedida a CLERILDA ALMEIDA DA SILVA e outra-SGA. - DECISÃO Nº 2272/05.- O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, decidiu por diligência preliminar, para que a Jurisdicionada promova o acerto de contas das quantias pagas a mais e a menos, cientificando a interessada, se o resultado final for devedor, da possibilidade de apresentar contra-razões junto ao TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, em virtude de eventual redução estipendiária. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 5450/93 (apenso o de nº 030.001.598/92) - Integralização da pensão civil concedida a GERALDA DO NASCIMENTO e outros-SGA. - DECISÃO Nº 2273/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3020/95 (apenso o de nº 061.014.646/94) - Aposentadoria de MARIA DE FATIMA LEAL RIBEIRO-SES. - DECISÃO Nº 2274/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 1605/96 (anexo o de nº 053.001.312/95) - Reforma de MOACIR FELIX DE SANTANA-CBMDF. - DECISÃO Nº 2275/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 2562/98 (apenso o de nº 061.036.177/96) - Pensão civil concedida a ÍCARO FELIPE SOARES DA SILVA-SES. - DECISÃO Nº 2276/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência junto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, acoste aos autos o título de pensão relativo ao ato concessório de fl. 33.

PROCESSO Nº 1880/03 (apenso o de nº 053.000.201/00) - Reforma de JONAS BRAGA DOS SANTOS-CBMDF. - DECISÃO Nº 2277/05.- O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, decidiu por diligência preliminar, para que a Jurisdicionada promova o acerto de contas das quantias pagas a mais e a menos, cientificando o interessado, se o resultado final for devedor, da possibilidade de apresentar contra-razões junto ao TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, em virtude de eventual redução estipendiária. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi acompanhado pelo Conselheiro JORGE CAETANO.

PROCESSO Nº 2308/03 - Contendo o Ofício nº 952/2005-GAB/SSPDS, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, do prazo para conclusão da TCE objeto do Processo nº 050.001.546/2004. - DECISÃO Nº 2278/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão.

PROCESSO Nº 0259/04 (apenso o de nº 082.018.069/98) - Aposentadoria de LILIAN THEREZA ROCHA DOS SANTOS-SE. - DECISÃO Nº 2279/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução, considerou cumprida a diligência solicitada pela Decisão nº 2.779/04 e legal, para fins de registro, a concessão em exame. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 0802/04 (apenso o de nº 080.003.663/00) - Aposentadoria de MARIA MOREIRA DA SILVA-SE. - DECISÃO Nº 2280/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1538/04 (apenso o de nº 060.010.193/03) - Pensão civil concedida a GILMAR PEREIRA DE ARRUDA e outra-SES. - DECISÃO Nº 2281/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 1672/04 - Contendo o Ofício nº 1804/05-CONT/CGDF, mediante o qual a Corregedoria-Geral do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 050.000.935/04. - DECISÃO Nº 2282/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão.

PROCESSO Nº 2377/04 (apenso o de nº 061.027.456/99) - Aposentadoria de ANTÔNIO LUIZ RAMALHO DE CAMPOS-SES. - DECISÃO Nº 2283/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 2504/04 (apenso o de nº 082.009.714/00) - Aposentadoria de ODERCY DE MELO ARAÚJO RODOR-SE. - DECISÃO Nº 2284/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de ser averiguado o direito da servidora ao aumento do percentual da GRC, caso comprovado que o período de 06/02/95 a abril/1997, tenha sido em regência de classe em face do documento de fls. 27 e 74-apenso. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 2626/04 - Contendo o Ofício nº 1713/2005-CONT/CGDF, mediante o qual a Corregedoria-Geral do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos relativos à TCE objeto do Processo nº 030.003.726/2004. - DECISÃO Nº 2285/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, como solicitado, a contar da ciência desta decisão.

PROCESSO Nº 2697/04 (apenso o de nº 080.006.528/00) - Aposentadoria de GERALDINA AUGUSTO RAMOS-SE. - DECISÃO Nº 2286/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, recomendando à Secretaria de Educação que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: - anexar aos autos declaração de que as atividades exercidas pela servidora que deram direito à GATE foram realizadas em atendimento educacional especializado, conforme dispõe o artigo 1º da Lei 540/93. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 2950/04 - Exame do Edital nº 01/2004 – SGA/METRÔ, que regulamenta o concurso público para diversos empregos da Tabela de Empregos Permanentes da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF. - DECISÃO Nº 2287/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu reiterar o item II.a da Decisão nº 5413/2004, fixando o prazo de 30 (trinta) dias, para que a SGA dê cumprimento ao disposto no artigo 2º da Resolução-TCDF 100/98, quanto à remessa, a esta Corte, da cópia do edital normativo, do comprovante de publicação do aviso do concurso em jornal local diário e de grande circulação e da autorização do órgão deliberativo de política de pessoal para a realização do certame.

PROCESSO Nº 3042/04 (apenso o de nº 080.010.079/01) - Aposentadoria de MARLY HELEUSA ROMÃO FREIRE-SE. - DECISÃO Nº 2288/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 3801/04 (apenso o de nº 130.000.332/03) - Pensão civil concedida a OSVALDA CORREIA DE OLIVEIRA-SUCAR. - DECISÃO Nº 2289/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, recomendando à jurisdicionada alertar a pensionista sobre a possibilidade de pleitear a aplicação do disposto na Lei nº 22, de 12 de junho de 1989.

PROCESSO Nº 0867/05 (apensos os de nºs 2537/80 e 050.001.550/03) - Pensão civil concedida a JOSEFA DIOGO DA SILVA e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 2290/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 1760/05 (apenso o de nº 080.017.463/01) - Aposentadoria de MARIA DE MORAIS BUENO-SE. - DECISÃO Nº 2291/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 2995/05 (apenso o de nº 080.002.498/02) - Aposentadoria de TEREZINHA MARIA OLIVEIRA-SE. - DECISÃO Nº 2292/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

PROCESSO Nº 7504/05 (apenso o de nº 080.004.661/02) - Documentação enviada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, em cumprimento da Resolução nº 100/98, para exame da regularidade das admissões ocorridas na Secretaria de Educação do Distrito Federal em virtude do Concurso Público aberto pelos Editais nºs 01/2000-SGA/SE, 47/1999-IDR e 01/1998-FEDF para o cargo de Professor. - DECISÃO Nº 2293/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento da documentação encaminhada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, em cumprimento ao artigo 8º da Resolução TCDF nº 100/98, constituída pelo processo apenso da Secretaria de Educação do DF de nº 080004661/2002; II – determinar à Secretaria de Educação do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe os dados necessários, tais como cargo/emprego exercido, órgão de vínculo, carga horária, datas de ingresso, de inativação, etc, à completa elucidação da acumulação declarada pela servidora Mirtes Corrêa de Jesus – Cargo: Professor, Nível 3, Disciplina: Português, aprovada no Concurso Público regulado pelo Edital Normativo nº 01/98 – FEDF (DODF de 30/10/98); III – considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões, na Secretaria de Educação do DF, oriundas dos Concursos Públicos regulados pelos Editais Normativos nºs 01/00 – SGA/SE (DODF de 16/11/00) e 47/99 – IDR (DODF de 11/11/99), em cumprimento ao disposto no artigo 78, III, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF): Edital nº 01/00 – SGA/SE: Cargo: Professor Nível 2 - Disciplina: Português: Glênio Cerqueira de França; Edital nº 47/99 – IDR: Cargo: Professor Nível 2 - Disciplina: Geografia: Marcelo Pires Mendonça; IV – autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 7849/05 (apenso o de nº 080.018.202/01) - Aposentadoria de MARIA REGINA REIS REZENDE-SE. - DECISÃO Nº 2294/05.- O Tribunal, por maioria, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, alertando a Secretaria de Estado de Educação sobre a possibilidade de a ex-servidora requerer a contagem, também para adicionais, do tempo de serviço prestado à Secretaria de Estado de Administração de Minas Gerais, 949 dias, na função de professor, averbados de acordo com as informações às fls. 08 e 22 - apenso, benefício ao qual faz jus, vez que foi admitida antes da vigência, no Distrito Federal, da Lei nº 8.112/90 (Processo nº 410/95, S.O. nº 3121, de 31/10/95 e Processo nº 4942/94, S.O. nº 3141, de 29/02/96). Vencido o Relator, que manteve o seu voto.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 1878/89 (anexo o de nº 054.003.193/88) - Revisão da reforma de AMAURINO ANTÔNIO DA CRUZ-PMDF. - DECISÃO Nº 2295/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2084/92 (apenso o de nº 030.013.390/94 e anexo o de nº 020.001.287/91) - Aposentadoria de TEREZINHA AMARO CAMPELO BESERRA-PRGDF. - DECISÃO Nº 2296/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, dando por cumprida a diligência determinada pelo Despacho Singular nº 59/2003 – GCMV, decidiu determinar a baixa dos autos em nova diligência preliminar, para que a Procuradoria Geral do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I – demonstre a evolução dos cargos em comissão ocupados pela servidora, indicando, especialmente, os fundamentos legais e as datas de vigência das modificações; II - elabore demonstrativo dos valores pagos e devidos à servidora, condensando os demonstrativos de fls. 151/170 do processo e os de fls. 146/148, 204/206 e 207/208 do Processo nº 030.013390/94-GDF, abrangendo o período de 31/12/91 até os dias atuais; incluindo os ressarcimentos, os pagamentos de atrasados e de diferenças e a gratificação natalina; e corrigindo os seguintes lançamentos: a) valores pagos: em agosto/98 não foi considerado o pagamento de diferença na rubrica "2504"; b) valores devidos: em agosto/92 o valor da parcela "RM do CNE de Secretário-Adjunto" diverge da tabela reajustada pelo Decreto Legislativo nº 12/92; em maio e junho/93 os valores da "Parcela Autônoma" divergem da respectiva tabela; em agosto/93 houve falha na conversão do valor do vencimento; a partir de janeiro/03 há divergência no valor da vantagem de "quintos", em relação à tabela correspondente; III - torne sem efeito os documentos substituídos; IV - caso as medidas indicadas no item II acima resultem valores pagos a mais, passíveis de ressarcimento ao erário, nos termos das normas legais, antes de qualquer providência nesse sentido, dê ciência dessa possibilidade à servidora TEREZINHA AMARO CAMPELO BESERRA, para, se for do seu interesse, apresentar contra-razões ao TCDF, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado do conhecimento da comunicação feita por esse órgão, podendo fazer juntada de documentos pertinentes; V - dê ciência à referida servidora, para, se for do seu interesse, apresentar contra-razões ao TCDF, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado do conhecimento da comunicação feita por esse órgão, podendo fazer juntada de documentos pertinentes, sobre a correlação de cargos de que trata o Processo GDF nº 030.013390/94, de modo a possibilitar a demonstração da regularidade dos procedimentos adotados pela Administração, devendo ainda comprovar que efetivamente ocupou o cargo em comissão de Coordenador da Coordenação Normativa do Sistema de Recursos Humanos. Declararam-se impedidos de participar do julgamento deste processo os Conselheiros JORGE CAETANO e RENATO RAINHA, por motivo de foro íntimo.

PROCESSO Nº 5500/92 (anexo o de nº 054.003.149/92) - Revisão da reforma de ROBERTO DA SILVA MESSIAS-PMDF. - DECISÃO Nº 2297/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo

com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6793/93 (anexo o de nº 073.001.152/93) - Aposentadoria de JOSÉ MORAIS DE ABREU-SAA. - DECISÃO Nº 2298/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em diligência saneadora, para que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - junte aos autos documentos comprobatórios de que o servidor faz jus à incorporação de "Horas Extras", devendo verificar se houve redução salarial, comparando-se a totalidade da remuneração praticada no momento imediatamente anterior, com a remuneração a partir da edição da Lei nº 82/89 e, sendo constatada diferença a menos, esta deverá ser transformada em "Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada", atualizando-se o seu valor até a presente data, mediante a aplicação dos índices gerais de reajuste salarial concedidos pelo Governo do Distrito Federal, conforme disposto na Decisão nº 980/99 - TCDF ou, ainda, se for o caso, junte Decisão Judicial que respalde o fato do servidor continuar recebendo a referida vantagem; II - elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 10, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a) retirar a parcela "SALÁRIO FAMÍLIA/EST", conforme entendimento consagrado na Decisão nº 2192/2002, prolatada no Processo nº 295/2000; b) fazer constar a vantagem prevista no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, a que o servidor faz jus, de acordo com o ato concessório de fl. 7; c) calcular a parcela "HORAS EXTRAS INC. JUDICIAL" em conformidade com o apurado no item I; III - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2019/95 (apenso o de nº 112.006.039/84) - Pensão civil concedida a JANDIRA VICENTINI ALVES e outra-SGA. - DECISÃO Nº 2299/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2239/95 (anexo o de nº 054.000.293/95) - Reforma de IVANILDO LOPES DA SILVA-PMDF. - DECISÃO Nº 2300/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0136/96 (apenso o de nº 053.000.947/95) - Reforma, cumulada com revisão, de ADAUTO GALENO DE SOUZA-CBMDF. - DECISÃO Nº 2301/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, a reforma e a revisão versadas nos autos.

PROCESSO Nº 4152/97 (apenso o de nº 054.000.710/94) - Reforma de RUFINO DELFINO-PMDF. - DECISÃO Nº 2302/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1565/02 (apenso o de nº 080.003.298/02) - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para o atendimento da diligência constante da Decisão nº 591/2005. - DECISÃO Nº 2304/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício nº 623/GAB-SE, de 20/05/05 (fl. 38), considerou prorrogado, na forma solicitada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o prazo para o cumprimento da diligência consubstanciada na Decisão nº 591/2005.

PROCESSO Nº 0055/03 (apensos os de nºs 040.001.385/02 e 040.001.949/02) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Brasília, referente ao exercício de 2001. - DECISÃO Nº 2305/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - considerar parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 3565/2003; II – em caráter excepcional, relevar: a) ante as razões de justificativa apresentadas pelo Administrador da RA I, a demora no atendimento da determinação das medidas indicadas no item II, "a" e "b", da Decisão nº 3565/2004, ficando aquele dirigente alertado para a necessidade do pronto atendimento das determinações do TCDF, sob pena de sanção cabível; b) o atraso no atendimento da diligência de que trata a Decisão nº 4521/2004; c) a impropriedade na execução pela jurisdicionada, em 2001, de despesa à conta de "Encargos Tributários", contrariamente à competência prevista no artigo 38 do Decreto n° 16.098/94, c/c o artigo 3º do Decreto nº 21.377/2000; III - autorizar a devolução à RA I dos Processos nºs 040.001385/02 e 040.001949/02, para subsidiar o atendimento das medidas indicadas no item seguinte; IV – determinar à Administração Regional de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Corte: a) o Processo nº 141.001814/02, juntamente com os indicados no item anterior; b) justificativas sobre as impropriedades apontadas no Relatório de Análise do Inventário Patrimonial – Bens Imóveis – 2002, acostado à fl. 65 do Processo nº 040.001385/02; V - alertar a RA I para que, após a conclusão das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 141.002048/92, 141.000738/99, 141.003037/00 e 141.002562/01, encaminhe-os à DGPAT, para a devida regularização patrimonial dos bens neles arrolados, em obediência ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Resolução TCDF nº 102/98.

PROCESSO Nº 0591/04 (apensos os de nºs 482/00 e 080.012.894/01) - Pensão civil concedida a ORESTINA GONÇALVES DA ROCHA-SE. - DECISÃO Nº 2307/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos apensos em diligência preliminar, para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato concessório de fl. 22 do Processo nº 080.012894/01, com a finalidade de corrigir o posicionamento em que instituidor da pensão se aposentou, passando para o Padrão VII, conforme ato de fl. 12 do Processo nº 082.010574/99; II – em conseqüência, elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 23 do Processo nº 082.012894/01, para constar o Padrão VII, atentando para o fato de que os valores encontram-se corretos; III - torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1456/04 (apensos os de nºs 082.006.555/00 e 082.006.556/00) - Pensão civil concedida a JANAÍNA VIANA DE SOUZA-SE. - DECISÃO Nº 2308/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo apenso em diligência preliminar, para que a Secretaria de Estado de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, retifique o ato concessório de fl. 23, com a finalidade de substituir a alínea "b" do item II do artigo 217 da Lei nº 8.112/90 pela alínea "a" desse mesmo dispositivo, por se tratar de concessão de pensão temporária à filha da ex-servidora.

PROCESSO Nº 2793/04 (apenso o de nº 080.015.205/01) - Aposentadoria de NOBUKO MIAKE-SE. - DECISÃO Nº 2309/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 3436/05 (apensos os de nºs 1693/86 e 030.001.283/03) - Pensão civil concedida a MARIA DE LOURDES CARNEIRO-SGA. - DECISÃO Nº 2310/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão versada nos autos; II – recomendar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal que: a) elabore outro título de pensão, em substituição ao de fl. 19 do Processo GDF nº 030.001283/03, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para alterar o "Adicional por Tempo de Serviço" para 26%, conforme demonstrativo de fl. 32 do referido processo, devendo observar também o reajuste de 1% concedido nos termos da Lei nº 3.172/03; b) torne sem efeito o documento substituído; III – informar àquela Secretaria que o Tribunal verificará, mediante auditoria a ser realizada oportunamente, o cumprimento das medidas indicadas no item anterior.

PROCESSO Nº 8926/05 (apensos os de nºs 040.004.080/04 e 142.000.107/04) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa XII - Samambaia, referente ao exercício de 2003. - DECISÃO Nº 2311/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual; II - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora; III – autorizar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 8934/05 (apenso o de nº 020.001.882/04) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, referente ao exercício de 2003. - DECISÃO Nº 2312/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual; II - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora; III – autorizar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 9353/05 (apenso o de nº 080.000.755/02) - Aposentadoria de MARIA CÉLIA LOPES-SE. - DECISÃO Nº 2313/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 9949/05 (apenso o de nº 041.000.077/05) - Exame da regularidade, nos termos do artigo 13 da Resolução nº 100/98, de desligamento de pessoal do Banco de Brasília S.A. - BRB. - DECISÃO Nº 2314/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I – tomar conhecimento do Processo GDF n.º 041.000077/05 e da manifestação da Corregedoria Geral do Distrito Federal, considerando atendidas as prescrições dos arts. 13 e 14 da Resolução TCDF nº 100/98; II – autorizar a devolução ao Banco de Brasília S.A. – BRB do processo citado no item anterior; III – determinar o arquivamento do processo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 4978/82 (apenso o de nº 3856/91 e anexo o de nº 000.016.716/82) - Revisão dos proventos da aposentadoria de MOZART PEREIRA-SES. - DECISÃO Nº 2315/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 7.742/95; II - tomar conhecimento do ato de revisão de fl. 120, como se apostilamento fosse.

PROCESSO Nº 0308/89 (anexo o de nº 054.003.134/88) - Revisão dos proventos da reforma de RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA-PMDF. - DECISÃO Nº 2316/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de revisão dos proventos da reforma.

PROCESSO Nº 4500/91 (anexo o de nº 054.003.330/90) - Revisão dos proventos da reforma de DJALMA EXPEDITO DE SOUZA-PMDF. - DECISÃO Nº 2317/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de revisão dos proventos da reforma do Soldado PM DJALMA EXPEDITO DE SOUZA, visto à fl. 95.

PROCESSO Nº 5058/92 (anexo o de nº 054.003.145/92) - Revisão dos proventos da reforma de JOSÉ ESTON FERREIRA DOS SANTOS-PMDF. - DECISÃO Nº 2318/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de revisão dos proventos da reforma do Soldado PM JOSÉ ESTON FERREIRA DOS SANTOS, visto à fl. 58.

PROCESSO Nº 4584/95 (anexo o de nº 054.000.861/95) - Reforma de SÉRGIO LHIOSCA-PMDF. - DECISÃO Nº 2319/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de reforma do Tenente-Coronel PM SÉRGIO LHIOSCA, visto à fl. 96.

PROCESSO Nº 1050/96 (apenso o de nº 073.003.819/95) - Aposentadoria de CUSTÓDIA MARIA REIS GOUVEIA DE ASSIS-SEAPA. - DECISÃO Nº 2320/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar o sobrestamento do julgamento dos

autos, até a conclusão dos estudos objeto da Representação nº 002/2005-CJC, do insigne Conselheiro JORGE CAETANO, propondo a realização de estudos, pela 4ª ICE, visando à aplicação dos dispositivos legais mencionados no referido voto, disso dando ciência à servidora e à jurisdicionada, em virtude da fase processual em que se encontram os autos.

PROCESSO Nº 7154/96 (apenso o de nº 061.027.564/94) - Aposentadoria de ILDO FERREIRA DA SILVA-SES. - DECISÃO Nº 2321/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ILDO FERREIRA DA SILVA, visto à fl. 17, retificado às fls. 38/39 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 7632/96 (apenso o de nº 210.000.438/96) - Revisão dos proventos da aposentadoria de ELÍSIO COSTA GOMES-SGA. - DECISÃO Nº 2322/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 98/100 e 106 dos autos apensos, considerando cumprida a determinação contida na Decisão nº 2.885/2000; II - considerar legal, para fins de registro, o ato de revisão de proventos da aposentadoria de ELÍSIO COSTA GOMES, visto às fls. 103/105 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 3287/97 (apenso o de nº 061.033.042/96) - Aposentadoria de MARIA VIELMINA MOULES RAMOS-SES. - DECISÃO Nº 2323/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em diligência preliminar, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente circunstanciada justificativa sobre a impropriedade verificada no ato concessório e no Abono Provisório - tendo em vista que foi indevidamente incluída a vantagem do artigo 192, item I, da Lei nº 8.112/90, haja vista que a servidora não faz jus à referida vantagem por fazer parte da clientela originária do nível básico, cuja classe é Única e à qual retornou após a edição da Lei nº 3.320/2004 -, levando em conta a possibilidade de, antes de adotar os procedimentos necessários ao exato cumprimento da lei, oferecer a oportunidade de a interessada tomar conhecimento da diligência e apresentar, se for o caso, suas contra-razões.

PROCESSO Nº 3967/97 (apenso o de nº 061.003.196/97) - Aposentadoria de PEDRO CORREIA VIANA-SES. - DECISÃO Nº 2324/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em diligência preliminar, para que sejam adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as seguintes providências: I - juntar aos autos certidão emitida pelo INSS comprovando o tempo averbado para aposentadoria, no total de 819 dias, prestados nos períodos de 05.11.65 a 04.01.66, 10.01.67 a 18.04.67 e 29.05.67 a 17.03.69, conforme informado no documento de fl. 08; II - elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 64, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para consignar a parcela Triênios no percentual de 7%; III - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0306/00 (apenso 1 volume) - Auditoria de regularidade realizada junto à Secretaria de Cultura do Distrito Federal para verificar os procedimentos adotados quando da extinção da Fundação Cultural do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2325/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos documentos de fls. 549/560; b) da instrução de fls. 561/563; II - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; III - autorizar o retorno do feito à 2ª ICE, para adoção das providências pertinentes, e seu posterior arquivamento.

PROCESSO Nº 0910/00 (apenso o de nº 082.016.245/98) - Aposentadoria de IOLANDA DAS GRAÇAS MIRANDA ALVIM-SE. - DECISÃO Nº 2326/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de IOLANDA DAS GRAÇAS MIRANDA ALVIM, visto à fl. 35, retificado às fls. 75/77 dos autos apensos; II - determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 84, de acordo com a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para fazer constar a parcela relativa à Gratificação de Alfabetização-GAL, caso se confirme o direito da inativa à incorporação dessa parcela, haja vista que a mesma consta do último contracheque da atividade e dos pagamentos atuais, conforme constatado em consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, fazendo juntar aos autos os documentos comprobatórios; b) tornar sem efeito o documento porventura substituído; III - autorizar a devolução dos autos apensos à origem e o arquivamento dos autos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão. Parcialmente vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que votou pelo acolhimento "in totum" das sugestões da instrução.

PROCESSO Nº 1531/02 (apenso o de nº 080.002.113/00) - Análise de documentação constante do processo apenso, referente a admissões decorrentes de concursos públicos para o cargo de Professor ocorridas na Secretaria de Educação do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 4º e 8º da Resolução nº 100/98-TCDF. - DECISÃO Nº 2327/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da documentação encaminhada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal em cumprimento ao artigo 4º da Resolução TCDF nº 100/98, constituída pelo Processo nº 080.002.113/00, apenso; b) dos documentos de fls. 09/12; c) das instruções de fls. 02/05 e 13/30; II - ter por cumprida a diligência determinada pelo Despacho Singular nº 147/2002 – CJC, fl. 07; III - considerar legais, para fins de registro, as admissões abaixo relacionadas, oriundas de concursos públicos para o cargo de Professor, normatizados pelos Editais nºs 01/96 – FEDF, de 25.11.96, 01/97 – FEDF, de 22.08.97, 01/98 – FEDF, de 30.10.98 e 47/99 – IDR, de 11.11.99: Cargo: Professor Nível 2 Disciplina: Geografia: Almerinda Rodrigues de Lima, Daniel Padilha Santos e Rosilene Gonçalves Cardoso; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Geografia: Fábio Moreira de Araújo e Maria do Socorro Figueiredo dos Santos; - Cargo: Professor Nível 2 Disciplina: História: Dogivânia Galdino Lima, Elisabete de Souza Dornelas da Costa, Keila Rodrigues Brito, Luzenaide Lopes Carneiro e Maria Sônia Rodriguês Pinto; Cargo: Professor Nível 2 Disciplina: Educação Física: Dulce Helena da Fonte Pithan, Isabela Silva Viana e Oswaldo José Azevedo dos Santos; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Educação Física; Mara Cristina Vicente, Euderico Hosana Batista e Siblene Chaves Boy; Cargo: Professor Nível 1 Disciplina: Atividades Pré à 2ª Série: Claudineide Barbosa da Silva, Elilda Martins de Souza, Inez Braz da Silva Sousa e Ivanossa Alves Rolim; - Cargo: Professor Nível 1 Disciplina: Atividades Pré à 4ª Série: Adriana de Souza Leite, Adriana Lins Ribas de Azevedo, Ana Clébia Macêdo do Lago, Cláudia Vieira Caetano, Cléia de Souza França, Denise Santos da Paixão, Elisângela Marques Pereira, Ethel de Melo Machado, Fernanda Augusto Ferreira, Flávia Simone Alves Rufino, Francieedilina Alves de Oliveira Lima, Iranete Alves da Silva, Karina Roberto da Silva, Leila Alves Viana, Lilian Ruth Brazil, Luana Pillar Pereira Mateus, Luzinete Rodrigues Rabello, Maria das Graças de Azevedo do Nascimento, Maria Gomes Lacerda, Maria Gorete de Sousa Moura, Maria Zulene Moura Costa, Mariana Barbosa Soares Pêgo, Marta de Souza Martins, Miquelvania Rejane Albuquerque da Cruz, Neide Lisboa Batista, Neusa Maria Alves, Patrícia de Jesus Mendes, Paula Augusto da Silva, Priscila Cupello Bernardo, Rivelino Cruz Petroceli, Ronilda Florentina de Medeiros Lucena, Rosângela de Sousa Alcântara, Rovênia de Paula e Silva, Sandra Alves do Couto, Sônia Rodrigues da Costa Oliveira, Valéria Pereira Santos e Vilma Lúcia Nogueira de Morais; Disciplina: Matemática: Francisco Flávio de Oliveira Pires; cargo: Professor Nível 2 Disciplina: Ciências Físicas e Biológicas: Cristiane Rosa Milani; Cargo: Professor Nível 2 Disciplina: Português: Cinthia Mitsue Iara da Silva, Eliezita Pereira Nepomuceno Chagas, Jane Leite dos Anjos, Joelma Lima, José Francisco Bellard do Nascimento, Manoela Santana Miranda, Mônica Aparecida de Oliveira, Rosangela Pereira Evangelista de Paula e Sheila Cristina da Costa Lima; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Português: Moreno Lázaro Antônio Bastos, Maria Helenice de Paiva Miranda Teixeira e Paula Valéria Gurgel; Cargo: Professor Nível 2 Especialidade: Ciências Físicas e Biológicas: Flávia Maria Tomaz Dias, José Valdir Dantas e Lucimar Domingos Moreira; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Informática: Guilherme Fabiane Ferreira Chagas; Cargo: Professor Nível 2 Disciplina: Inglês: Marcelle Carvalho Dela Bianca; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Matemática: Wendy Sidon Meira de Oliveira; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Biologia: Daniel Oliveira Freire; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Psicologia: Elza Maria Machado Nazaré, Francineide Santos Zeferino e Maria Alice Gomes de Oliveira; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: História: Alessandra Amorim Castrilho e Carmenio Cruz Gomes; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Geografia: Alexandre Serrão Mello; IV - determinar à Secretaria de Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe: a) os dados necessários à completa elucidação da acumulação declarada pelos servidores a seguir relacionados, aprovados no Concurso Público regulado pelo Edital Normativo nº 47/99 – IDR, de 11.11.99, tais como cargo/emprego exercido, órgão de vínculo, carga horária e datas de ingresso e de inativação; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Enfermagem: Nancy Shizuka Suzuki; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: História: Lais Marques de Abreu Andrade; b) se os servidores a seguir relacionados aprovados nos concursos públicos regulados pelos Editais Normativos nºs 01/96 – FEDF, 01/97 – FEDF, 01/98 – FEDF e 47/99 – IDR apresentaram declaração de não-acumulação de cargo, emprego, função pública ou proventos de aposentadoria, indicando a respectiva acumulação, quando for o caso: Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Educação Física: Rosilene Dornelas Rosa; Cargo: Professor Nível 1 Disciplina: Atividades Pré à 4ª Série: Ediângela Alves da Silva e Elaine Borges dos Santos; Cargo: Professor Nível 1 Disciplina: Atividades Pré à 2ª Série: Izonete Luiza dos Santos Vieira; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Português: Lucimar de Miranda Almeida; Cargo: Professor Nível 3 Disciplina: Espanhol: Nadja Eleonai Oliveira Monteiro; V - considerar regular a admissão de Edna Soares da Fonseca no cargo de Professor, Nível 1, Disciplina Atividades Pré a 4ª Série, oriunda do Concurso Público regulado pelo Edital Normativo nº 01/97 – FEDF, de 22.08.97, por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já transitada em julgado; VI - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins. Parcialmente vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que, em relação ao item V, acima, votou apenas pelo conhecimento.

PROCESSO Nº 1009/03 (apenso o de nº 053.000.176/03) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por possível dano ao erário em decorrência do pagamento de Diárias cumuladas com Ajuda de Custo. - DECISÃO Nº 2328/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 206/2004 – GAB/CMT – SAJur e anexos (fls. 79/91), relevando o pequeno atraso apontado; b) do Ofício nº 365/2004-CG/CBMF; c) da instrução de fls. 94/100; II - considerar: a) satisfatórias as razões de justificativa apresentadas em cumprimento ao item III, alínea "a", da Decisão nº 4.372/04; b) não atendido o item III, alínea "b", da mesma decisão; III - determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que priorize a apuração e conclua a tomada de contas especial, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta decisão, encaminhando o resultado, constando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, ao órgão central do Sistema de Controle Interno do Executivo Distrital, em conformidade com o artigo 8º da Resolução nº 102/98, na forma disposta nos arts. 9º e 10º da Lei Complementar nº 01/94; IV - alertar o Comandante-Geral da Corporação de que o não-atendimento, sem causa justificada, da determinação, sujeita os responsáveis à penalidade prevista no artigo 57, incisos IV e § 1º, da Lei Comple-

mentar nº 01/94, combinado com o artigo 182, incisos VI e VIII, do Regimento Interno do Tribunal, com a redação dada pelas Emendas Regimentais nºs 03/99 e 08/01; V - autorizar: a) a devolução à origem do Processo nº 053.000.176/03; b) o retorno dos autos à 1ª ICE, para adoção das providências pertinentes e continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 0693/04 (apensos os de nºs 4773/97 e 082.010.628/00) - Pensão civil instituída por PAULO DANIEL DA SILVA-SE. - DECISÃO Nº 2329/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de pensão civil vitalícia concedida a NOVINA MARIA DA SILVA, companheira, e, temporária, a PAULO DANILO DA SILVA e MICHELE DANIELE DA SILVA, filhos do falecido servidor aposentado PAULO DANIEL DA SILVA, visto à fl. 25, retificado às fls. 41/42 do Processo nº 082.010.628/00, apenso.

PROCESSO Nº 0770/04 (apenso o de nº 080.001.903/00) - Aposentadoria de GERMIRO BATISTA DE SOUZA-SE. - DECISÃO Nº 2330/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de GERMIRO BATISTA DE SOUZA, visto às fls. 21/22 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 0883/04 (apenso o de nº 080.004.942/00) - Aposentadoria de ANA DA GRAÇA SILVA DE ANDRADE-SE. - DECISÃO Nº 2331/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANA DA GRAÇA SILVA DE ANDRADE, visto às fls. 26/27 dos autos apensos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 0894/04 (apenso o de nº 080.002.080/00) - Aposentadoria de VERA LÚCIA PEREIRA RODRIGUES-SE. - DECISÃO Nº 2332/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de VERA LÚCIA PEREIRA RODRIGUES, visto à fl. 34 dos autos apensos; II - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de a servidora pleitear a incorporação da Gratificação de Alfabetização, tendo em vista sua atuação em turmas de 1ª e 2ª séries, durante os exercícios de 1979 e 1980, conforme declarações de fls. 13/14 dos autos apensos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 1105/04 - Resultados da ação fiscalizadora promovida pela 1ª ICE, a partir de informações geradas pelos relatórios do Sistema Informatizado de Controle Externo - SISCOEX, referente às despesas realizadas no exercício de 2003 pela Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2333/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 134 - GAB/SECAR e dos documentos de fls. 114/125; b) da Informação nº 040/2005; c) da cota complementar de fls. 130/131; II - considerar procedentes as justificativas apresentadas e, portanto, cumprida a diligência contida no item II da Decisão nº 5.168/2004; III - autorizar a juntada dos autos ao processo de tomada de contas anual do Ordenador de Despesa da Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais, referente ao exercício de 2003.

PROCESSO Nº 1397/04 (apenso o de nº 082.005.646/98) - Aposentadoria de FÁTIMA LIMA GARCIA-SE. - DECISÃO Nº 2334/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de FÁTIMA LIMA GARCIA, visto à fl. 47, retificado às fls. 68/70 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 1842/04 (apenso o de nº 080.002.017/01) - Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO SANTOS SOARES-SE. - DECISÃO Nº 2335/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA DO SOCORRO SANTOS SOARES, visto às fls. 25/26 dos autos apensos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 1964/04 (apenso o de nº 082.002.012/99) - Aposentadoria de MIRIAM MONACO MOTA-SE. - DECISÃO Nº 2336/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MIRIAM MONACO MOTA, visto às fls. 35/36 dos autos apensos. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2333/04 (apensos os de nºs 4211/97 e 080.019.288/02) - Pensão civil instituída por MARÍLIA ROSA DA CONCEIÇÃO SILVA-SE. - DECISÃO Nº 2337/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de pensão civil vitalícia concedida a CÉSAR CORREIA DA SILVA, viúvo da falecida servidora aposentada MARÍLIA ROSA DA CONCEIÇÃO SILVA, visto à fl.15 do Processo nº 080.019.288/02, apenso; II - tomar conhecimento do documento de fl. 19 do Processo nº 082.020.483/96, apenso, considerando cumprida a determinação contida na Decisão nº 1.442/98.

PROCESSO Nº 2791/04 (apenso o de nº 080.003.468/00) - Aposentadoria de ANA LIMA RIBEIRO DE SOUSA-SE. - DECISÃO Nº 2338/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANA LIMA RIBEIRO DE SOUSA, visto à fl. 27 dos autos apensos; II - determinar o retorno dos autos apensos à Secretaria de Educação do Distrito Federal para que sejam adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 38, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para corrigir o valor do Adicional por Tempo de Serviço, consignado a menos, tendo em vista que deve ser calculado sobre o valor da parcela Proventos, acrescida da parcela Complemento de Salário Mínimo, atentando para a alteração do valor total dos proventos; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2896/04 (apenso o de nº 082.015.757/01) - Aposentadoria de ARCIBELA NUNES SOARES-SE. - DECISÃO Nº 2339/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ARCIBELA NUNES SOARES, visto às fls. 21/22 e 23/25 dos autos apensos; II - determinar o retorno dos autos apensos à Secretaria de Educação do Distrito Federal para que sejam adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 29, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para corrigir o somatório das parcelas, tendo em vista que não foi incluído o valor de R$ 301,23, referente à parcela Ampliação de Carga Horária; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3038/04 (apenso o de nº 080.018.069/01) - Aposentadoria de RUI CAMPOS DOS SANTOS-SE. - DECISÃO Nº 2340/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de RUI CAMPOS DOS SANTOS, visto às fls. 19/20 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 3069/04 (apenso o de nº 080.016.698/01) - Aposentadoria de MARTA SUELY VANINI TUPINAMBÁ-SE. - DECISÃO Nº 2341/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARTA SUELY VANINI TUPINAMBÁ, visto às fls. 20/21 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 2804/05 (apenso o de nº 080.017.874/01) - Aposentadoria de JOSÉ CARLOS D´ALMEIDA-SE. - DECISÃO Nº 2342/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOSÉ CARLOS D'ALMEIDA, visto às fls. 28/29 dos autos apensos. Vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que votou pelo acolhimento das sugestões da instrução, no que foi acompanhada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA

PROCESSO Nº 2566/91 (anexo o de nº 073.000.478/91) - Pensão civil concedida a AURORA CLARINDA RABELO-SEAPA. - DECISÃO Nº 2344/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 69/126; II - considerar prejudicado o cumprimento da Decisão n.º 1.642/04 (fl.64), tendo em vista o óbito da pensionista ocorrido em 26/01/2004, dando ciência à jurisdicionada. Vencida a Conselheira MARLI VINHADELI, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte, no que foi seguida pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

PROCESSO Nº 5509/95 (apenso o de nº 135.000.171/96 e 3 volumes) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa VI - Planaltina, para apurar responsabilidades por irregularidades na doação de materiais e utilização de mão-de-obra e equipamentos pertencentes ao patrimônio público em benefício de particulares. - DECISÃO Nº 2345/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a sugestão do Inspetor da 1ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 307/392, 405/410, 414/417 e 421/423 do apenso; II - considerar cumpridas as diligências determinadas pelo item "e" da Decisão nº 6.233/03 e pelo Despacho Singular nº 144/04-Gab/AS; III - julgar irregulares as contas, nos termos do artigo 17, III, "b", da Lei Complementar nº 01/94, na forma do Acórdão apresentado pelo Relator; IV - autorizar a notificação dos senhores responsabilizados nos autos, para, no prazo de 30 dias, efetuar e comprovar o recolhimento das dívidas atualizadas; V - autorizar, desde já, nos termos do artigo 177, inciso III, do Regimento Interno/TCDF, o envio do acórdão à Procuradoria Geral do Distrito Federal, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, para cobrança judicial da dívida, caso, no prazo de 30 dias, contados da respectiva notificação para recolhimento dos débitos, os responsabilizados não comprovem a quitação da dívida; VI - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 6613/96 (apenso o de nº 061.023.736/95) - Aposentadoria de ANTONIO DE DEUS DE OLIVEIRA MELLO-SES. - DECISÃO Nº 2268/05.- Havendo a Conselheira MARLI VINHADELI pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 3915/98 (apenso o de nº 030.015.530/92) - Revisões dos proventos da aposentadoria de ADONIAS PEREIRA LIMA-SUCAR. - DECISÃO Nº 2346/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar cumpridos os itens I.1, I.3, I.4, II.1, II.3 e II.4 da Decisão nº 3.977/04 (fl. 14); II - considerar legais, para fins de registro, as revisões em exame, determinando à Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal - SUCAR, que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será verificado em auditoria: 1) NO TOCANTE À PRIMEIRA REVISÃO: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 111-apenso, para corrigir a vigência da revisão (09.12.91); b) tornar sem efeito o documento substituído; 2) QUANTO À SEGUNDA REVISÃO: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 112-apenso, para ajustar a parcela relativa à vantagem do artigo 62, § 2º, da Lei nº 8.112/90, regulamentado pela Lei nº 8.911/94, à tabela de maio de 1995; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0396/00 (apenso o de nº 054.000.463/99) - Reforma, cumulada com revisão dos proventos, de LEVI ALVES CIQUEIRA-PMDF. - DECISÃO Nº 2347/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a reforma em exame; II - ter por parcialmente cumprido o Despacho Singular 060/2004-GAB/AS; III - considerando que a PMDF não cumpriu os itens I, II, em relação à confecção de abono provisório, III e IV do Despacho Singular 060/2004-GAB/AS, determinar o retorno dos autos à Polícia Militar do

Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada: a) informar as doenças indicadas no laudo da Junta Ordinária de Saúde, esclarecendo qual(is) dela(s) agravou(aram)-se ou relaciona(m)-se diretamente com a doença indicada pela Junta Superior de Saúde (alienação mental); b) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 42/44, atentando para a data a partir da qual o militar faz jus aos proventos, ou seja, a partir de 30.01.2001; c) apresentar esclarecimentos sobre os efeitos da revisão da reforma em apreço, indicando, efetivamente, desde quando os proventos do militar foram pagos com base no soldo de Terceiro-Sargento, bem como o valor pago, atualizado, a título de atrasado, providenciando as pertinentes medidas corretivas; d) anexar aos autos os elementos correspondentes aos incisos II, III e VIII do artigo 5º da Resolução nº 101/98/TCDF, ou seja, declaração de bens, cópia autenticada da carteira de identidade ou documento equivalente e cópia autenticada do último demonstrativo de pagamento anterior à reforma; e) caso não seja especificada a doença que o militar era portador e que veio a ser agravada para a doença alienação mental, retificar o ato concessivo para excluir o benefício previsto no artigo 98, §§ 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289/84, com a confecção de outro abono provisório; IV - recomendar à Polícia Militar do Distrito Federal que dê integral cumprimento às diligências determinadas por este Tribunal, de forma objetiva, clara e concisa, antes das devoluções dos respectivos processos a esta Corte, solicitando, se necessário, em casos excepcionais e devidamente justificados, prorrogações de prazo, evitando-se reiteradas diligências com o mesmo objetivo e tornando mais célere o trâmite dos processos de concessões.

PROCESSO Nº 0831/00 - Edital da Concorrência DIRAD/CPLIC nº 3/00, aberto pelo Banco de Brasília S.A., tendo por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, atendimento aos clientes, em diversas agências localizadas no Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2348/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 482/507; II – levantar o sobrestamento dos autos determinado pela Decisão nº 2784/2002; III – determinar ao BRB que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê cumprimento aos termos das Decisões ns. 1552/2001 e 781/2002, caso ainda não o tenha feito, alertando o seu Diretor-Presidente de que o não atendimento dará ensejo à aplicação da multa prevista no artigo 57, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94; IV – autorizar o retorno dos autos à 1º Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1167/01 (apenso o de nº 030.006.354/89) - Revisão dos proventos da aposentadoria de CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA e revisão da pensão civil concedida INÁCIA FERREIRA DE SOUZA e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 2349/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. acolher, excepcionalmente, o ato de revisão de proventos de aposentaria (fl. 111 do Processo nº 030.006354/89 - GDF), publicado no DODF de 27.09.90, como se ato de revisão de pensão especial fosse, tendo em conta que o instituidor faleceu, na atividade, em 19.06.79 (fl. 03 do mesmo Processo), considerando-o legal, para fins de registro, por se encontrar em conformidade com o entendimento firmado por esta Corte no item I, letra "b", da Decisão nº 832/2002; II. considerar legal, também, para fins de registro, a revisão de pensão para integralização (fls. 157/158 do Processo nº 030.006354/89 - GDF); III. determinar à Polícia Civil do DF que acoste aos autos o título de pensão referente à revisão para transposição do instituidor (fl. 111 do Processo nº 030.006354/89 - GDF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0128/03 (apensos os de nºs 040.000.884/02 e 040.005.984/02) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2001. - DECISÃO Nº 2350/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, referente ao exercício de 2001, Processo nº 040.005.984/2002 e seu apenso nº 040.000.884/2002 (com um volume anexo), do Ofício nº 1.488/CGDF e anexo (fls. 80/81), bem como dos documentos acostados às fls. 85/164 e 168/173; b) considerar atendida a determinação contida no Despacho Singular nº 102/03-GAB/AS (fls. 72/73); c) determinar à Secretaria de Transportes e à Gerência de Tomada de Contas dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Fazenda (organizadora das contas) que, no demonstrativo de que trata o artigo 14 da Resolução nº 102/98-TCDF, deverão conter os documentos comprobatórios da reparação dos danos ou as razões por que não houve a recomposição, tendo em vista que no encaminhado por ocasião da TCA/2001 constavam apenas as conclusões da CPTCE; d) reiterar o item V da Decisão nº 4485/2003 no sentido de determinar aos mesmos órgãos citados na alínea anterior que, doravante, atentem para o fato de que os registros no demonstrativo tratado no artigo 14 da Resolução nº 102/98 devem conter apenas informações relacionadas a TCEs encerradas, na forma do artigo 13, ou a TCEs de valores apurados inferiores à quantia fixada, conforme o § 2º do artigo 9º da LC nº 01/94, não devendo conter informações relacionadas a TCEs cuja apuração trata de irregularidades havidas em outros órgãos ou entidades que não a própria jurisdicionada a que se referem as contas anuais; e) com fulcro no inciso I do artigo 17 da Lei Complementar nº 1/94, julgar regulares as contas dos ordenadores de despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, referente ao exercício de 2001, na forma do acórdão apresentado pelo Relator; f) autorizar a devolução dos processos apensos à origem e o retorno dos autos à 3ª ICE, para fim de arquivamento.

PROCESSO Nº 1224/04 (apenso 1 volume) - Edital da Concorrência nº 09/2004, do tipo melhor técnica, sob o regime de empreitada por preço unitário, lançado pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, para contratação de agência de propaganda para estudar, planejar, criar, produzir, distribuir para veiculação e controlar os serviços de divulgação e publicidade legal, programas e campanhas, eventos e ações promocionais sobre atividades daquela Companhia, institucionais e comerciais. - DECISÃO Nº 2351/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente constante à fl. 188, considerando prejudicado o pedido nele constante; II - orientar a CAESB que a Decisão nº 749/05 (fls. 180/181) não lhe determinou diligência e que o prazo estabelecido naquele "decisum" refere-se à audiência determinada no item IV, b, dirigida à pessoa do Sr. Fernando Rodrigues Ferreira Leite, cujo vencimento se dará apenas em 13/06/05, haja vista o recebimento da Comunicação de Audiência nº 36/05-3ª ICE por tal responsável em 12/05/05 (fl. 186); III - retornar os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1513/04 (apenso o de nº 080.003.102/00) - Aposentadoria de NADIR CAMPOS FALCÃO FERREIRA-SE. - DECISÃO Nº 2352/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99; II. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 26-apenso, caso se confirme o direito à parcela Gratificação de Alfabetização - GAL, para fazer constar a referida parcela, devendo ser anexados aos autos os documentos comprobatórios; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2061/04 (apenso o de nº 082.005.658/98) - Aposentadoria de VILMA DA COSTA SANTOS-SE. - DECISÃO Nº 2353/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 34-apenso, caso se confirme o direito à parcela Gratificação de Alfabetização - GAL, para fazer constar a referida parcela, devendo ser anexados aos autos os documentos comprobatórios.

PROCESSO Nº 2535/04 - Representação nº 6/04, oferecida pelo Procurador do Ministério Público junto a esta Corte INÁCIO MAGALHÃES FILHO, com vistas ao estabelecimento de marco para a transformação em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada-VPNI das vantagens decorrentes de empregos em comissão exercidos na Administração Indireta do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2267/05.- Havendo a Conselheira MARLI VINHADELI pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 2770/04 (apenso o de nº 082.017.033/98) - Aposentadoria de ANILDO MESSIAS COSTA-SE. - DECISÃO Nº 2354/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2790/04 (apenso o de nº 080.001.846/00) - Aposentadoria de FRANCISCA DAMIÃO NAVA CASTRO-SE. - DECISÃO Nº 2355/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2895/04 (apenso o de nº 080.012.870/01) - Aposentadoria de ARISTIDES MACEDO DE OLIVEIRA-SE. - DECISÃO Nº 2356/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, a concessão em exame, recomendando à Secretaria de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 25-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de corrigir o valor total, com a inclusão no somatório, do valor da parcela "Ampliação de Carga Horária"; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3072/04 (apenso o de nº 080.002.787/02) - Aposentadoria de MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DA FONSECA-SE. - DECISÃO Nº 2357/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins registro, a concessão em exame, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10085/1999, determinando à Secretaria de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria; - apor assinatura do responsável pela emissão do DTS, de fl. 28-apenso. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 3134/05 (apenso o de nº 130.000.119/03) - Pensão civil concedida a CRISTINA ROCHA ALVES e outra-SUCAR. - DECISÃO Nº 2358/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, recomendando à Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 87 do apenso nº 130.000.119/03, para corrigir o valor do ATS que foi registrado a mais, apesar do percentual ter sido indicado corretamente (17%); b) regularize o pagamento do benefício, observando o percentual de 17% para o ATS, de acordo com o documento de fl. 86 do apenso 130.000.119/2003, considerando que no demonstrativo de pagamento verificado no SIGRH consta o percentual de 16%; c) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6516/05 (apenso o de nº 094.000.076/04) - Pensão civil concedida a MARIA ALVES CARREIRO e outros-BELACAP. - DECISÃO Nº 2359/05.- O Tribunal, por unanimida-

de, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

PROCESSO Nº 0740/92 (apenso o de nº 030.007.133/91) - Aposentadoria de HELY VICENTINI-PRGDF. - DECISÃO Nº 2360/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. sobrestar o julgamento do processo em exame, até o deslinde da matéria tratada nos autos do Processo nº 7.679/2005; II. autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento do desfecho do processo mencionado no item anterior.

PROCESSO Nº 4072/96 (anexo o de nº 054.000.571/96) - Pensão militar concedida a SÔNIA DE QUEIROZ DE PAULA-PMDF. - DECISÃO Nº 2361/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. ter por cumprida a diligência objeto do Despacho Singular nº 382/2004-GCJF; II. nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/1998 - TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão da pensão militar em exame; III. recomendar à Polícia Militar do Distrito Federal que, em face do entendimento emanado da Decisão nº 3.882/2004 - TCDF, elabore novo título de pensão para exclusão das parcelas Gratificação de Serviço Ativo, Indenização de Representação e Indenização de Moradia.

PROCESSO Nº 6557/96 (anexo o de nº 053.000.581/96) - Reforma de MANOEL DE JESUS BARBOSA DA SILVA-CBMDF. - DECISÃO Nº 2362/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4898/97 (apenso o de nº 073.002.323/97) - Aposentadoria de GERSIONITA REIS DE FREITAS-SEAPA. - DECISÃO Nº 2363/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 85 e 86 - apenso, referentes ao Mandado de Segurança nº 2000.01.1.013678-0; II - considerar parcialmente cumprida a diligência determinada no inciso II, alínea "a", da Decisão nº 4.858/2004, em consonância com o item V, subitem II, alínea "b", do relatório de auditoria, na parte que se refere à servidora Gersionita Reis de Freitas; III - determinar à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal que mantenha o acompanhamento da tramitação do Mandado de Segurança nº 2000.01.1.013678-0, dando ciência ao Tribunal de Contas da decisão definitiva do feito judicial após o seu trânsito em julgado.

PROCESSO Nº 5275/97 (apenso o de nº 030.005.601/97) - Pensão civil concedida a BEATRIZ PINHEIRO SILVA e outro-SUCAR. - DECISÃO Nº 2364/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a Decisão nº 2.535/2000 (fl. 12); b) em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, determinar à jurisdicionada que notifique os interessados do teor desta decisão, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias do comprovado conhecimento desta deliberação, encaminhem a esta Corte de Contas, se quiserem, as competentes razões de defesa, em face da possibilidade de redução dos proventos, uma vez que a pensão, de acordo com o título de pensão de fl. 78 do Processo nº 030.005.601/1997 (apenso), vem sendo paga integralmente, quando o correto é 15/35 avos, e de eventual ressarcimento ao erário dos valores recebidos a maior, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. Parcialmente vencido o Conselheiro JORGE CAETANO, que votou pelo acolhimento, "in totum", da instrução.

PROCESSO Nº 0487/98 (apenso o de nº 073.002.823/97) - Aposentadoria de MANOEL OLICÍNIO DA SILVA-SEAPA. - DECISÃO Nº 2365/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 133/135 - apenso, referentes ao Mandado de Segurança nº 2000.01.1.013963-6, que autoriza a continuidade da percepção da parcela "Dec. Judic. Plano Bresser (58,90%)", nos termos do Acórdão prolatado (fls. 116/126 - apenso); II - considerar cumprida a diligência determinada no item "c" da Decisão nº 5.077/2002, bem como no inciso II, item "a", da Decisão nº 4.858/2004, em consonância com o item V, subitem II, alínea "b", do relatório de auditoria, na parte que se refere ao servidor Manoel Olicínio da Silva, considerando que seus proventos guardam conformidade com a decisão judicial prolatada no Mandado de Segurança nº 2000.01.1.013963-6, conforme acórdão transitado em julgado.

PROCESSO Nº 0305/99 (apensos os de nºs 3926/91 e 082.020.651/98) - Pensão civil concedida a ALAMIR LINO CORREA-SE. - DECISÃO Nº 2366/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0332/99 (apensos os de nºs 2849/91 e 030.009.620/98) - Pensão civil concedida a ALAMIR LINO CORREA-SE. - DECISÃO Nº 2367/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, reiterando a Decisão TCDF nº 2.735/2003, determinou a baixa dos autos à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada: I - acostar aos autos documentos que comprovem o direito à percepção da TIDEM, instituída pela Lei nº 356/1992, alterada pelas Leis nºs 695/1994, 940/1995 e 1.030/1996.

PROCESSO Nº 2329/00 (apensos os de nºs 040.001.422/00 e 040.003.172/00) - Tomada de contas anual dos Ordenadores de Despesa da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, relativa ao exercício de 1999. - DECISÃO Nº 2369/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos às fls. 253 a 506 do Processo nº 040.003.172/2000, como também dos acostados às fls. 303 a 336 desses autos; II - considerar improcedentes as justificativas apresentadas pelo Senhor FRANCISCO PIRES TEIXEIRA e procedentes as dos demais gestores públicos; III - com fundamento nos artigos 17, I, e 24, I, da Lei Complementar nº 01/1994, julgar regulares as contas dos Senhores MARIA CRISTINA DE ALMEIDA E SILVA CÔRTE, WAGNER JOSÉ DE SANT'ANNA, BAUER FERREIRA BARBOSA, JOSUÉ GUILHERME DE MEDEIROS e AUTELINA JOSÉ FERREIRA; IV - com fundamento nos artigos 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar nº 01/1994, julgar regulares, com ressalva, as contas do Senhor FRANCISCO PIRES TEIXEIRA, em face da impropriedade apontada no subitem 5.2 do Relatório de Tomada de Contas nº 004/2001 – GECET/DECON/SUAUD; V - em conseqüência, dar quitação ao responsável indicado no item IV e quitação plena aos demais dirigentes públicos; VI - aprovar e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII - autorizar a devolução dos Processos nºs 040.003.172/2000 e 040.001.422/2000 à origem e o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0736/03 (apenso o de nº 240.000.493/03) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Estado de Solidariedade do Distrito Federal para concluir trabalhos relativos a esse procedimento de apuração de responsabilidade, tratado nos autos do Processo nº 240.000.493/2003, nos termos da Decisão nº 1.991/2003. - DECISÃO Nº 2370/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial; II - julgar, com fundamento nos artigos 13, § 2º, 17, II, 19, 24, II, e 28 da Lei Complementar nº 01/1994, regulares com ressalva as contas da Servidora SANDRA MARA MOREIRA DA SILVA, considerando-a quite com o erário distrital, em face do pagamento da dívida que lhe foi atribuída nos autos; III - julgar, com fundamento nos artigos 17, inciso III, alínea "c", e 20 da Lei Complementar do Distrito Federal nº 01/1994, irregulares as contas em relação aos Senhores DIVINO ETERNO DE OLIVEIRA, JUSTINO JACINTO DE SOUZA e FÁBIO ASSUNÇÃO DA SILVA, condenando-os ao ressarcimento dos débitos que lhes foram imputados; IV - autorizar: a) o arquivamento dos autos, sem cancelamento do débito, por medida de economia processual, nos termos do disposto no artigo 85 do referido diploma legal; b) o encaminhamento de cópia da Instrução (fls. 51/57), do Relatório e Certificado de Auditoria (fls. 334/344 do Processo nº 240.000.493/2003), e do Acórdão apresentado pelo Relator (contas irregulares) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por intermédio do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, para que seja providenciada a inscrição dos débitos atribuídos aos responsáveis indicados em dívida ativa, nos termos da lei; c) a devolução dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis.

PROCESSO Nº 0097/04 (apenso o de nº 082.000.192/99) - Aposentadoria de ELIENE FRANÇA MARTINS-SE. - DECISÃO Nº 2371/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 0523/04 (apenso o de nº 030.004.129/01) - Aposentadoria de DIRCE DA CRUZ-SEAS. - DECISÃO Nº 2372/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0808/04 (apensos os de nºs 5295/96 e 080.007.782/01) - Pensão civil concedida a RAIMUNDA DOROTI GUEDES HOLANDA MACIEL e outra-SE. - DECISÃO Nº 2373/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 1123/04 (apenso o de nº 080.001.942/00) - Aposentadoria de FRANCISCA NEUMA QUEIROZ-SE. - DECISÃO Nº 2374/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1458/04 (apensos os de nºs 5186/97 e 080.010.644/02) - Pensão civil concedida a MARIANA SANT´ANA FIORAVANTI DE ALMEIDA-SE. - DECISÃO Nº 2375/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1616/04 (apenso o de nº 082.022.027/98) - Aposentadoria de TERESA DE SOUSA FELIX-SE. - DECISÃO Nº 2376/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, com fundamento no artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/1998 - TCDF e na Decisão nº 10.085/1999, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - recomendar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 61 - apenso, observando a DN nº 02/1993 - TCDF, a fim de: a.1) corrigir o valor da parcela Adicional de Tempo de Serviço que foi lançada a menos, uma vez que não foi incluída na base de cálculo a Gratificação de Titularidade; a.2) incluir a Gratificação de Alfabetização, cujo direito foi comprovado nos autos mediante documentos de fls. 47/50 – apenso; a.3) fazer constar o cargo de Professor, Classe Única, Nível 2-GT3, Padrão 25E; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2804/04 (apenso o de nº 080.010.299/01) - Aposentadoria de MARIA TALITA BASÍLIO-SE. - DECISÃO Nº 2377/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2867/04 (apenso o de nº 080.016.570/01) - Aposentadoria de ALAÍDE PERES VIEIRA- SE. - DECISÃO Nº 2378/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que alerte a interessada sobre a possibilidade de pleitear a

incorporação da Gratificação de Alfabetização, devendo ser comprovado o direito à referida gratificação, nos termos da Lei nº 654/1994. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2894/04 (apenso o de nº 080.017.617/01) - Aposentadoria de GERALDO FERREIRA DOS REIS-SE. - DECISÃO Nº 2379/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerar legal, para fins de registro, a concessão da aposentadoria em exame, recomendando à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 27-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de que seja excluída a parcela "Adicional Décimos - Lei 1004/96 2/10 Rep. DF 09 e 6/10 Rep. DF 08", atentando para o valor total, que também deverá ser corrigido, entretanto, o servidor, conforme contracheques do Sistema SIGRH, está recebendo os proventos corretamente; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2917/04 (apenso o de nº 082.011.469/00) - Aposentadoria de ROSIMERY LUCAS DE SOUSA-SE. - DECISÃO Nº 2380/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/1998 - TCDF e da Decisão nº 10.085/1999, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - recomendar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) juntar aos autos o respectivo processo de incorporação da Gratificação de Alfabetização, haja vista que a servidora está percebendo-a, conforme documento extraído do SIGRH, referente ao mês de fevereiro de 2005; b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 47 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/1993 - TCDF, a fim de consignar corretamente o valor da parcela TIDEM - 21,57%, cujo valor está a menos, e incluir a GAL, em face do contido na alínea anterior; c) tornar sem efeito o documento substituído. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 2940/04 (apenso o de nº 080.017.172/01) - Aposentadoria de NELI LECHUGA PERALTA-SE. - DECISÃO Nº 2381/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar à 4ª ICE que comunique à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sobre a possibilidade desta Corte de Contas considerar ilegal o ato de aposentadoria da Srª NELI LECHUGA PERALTA, negando-lhe registro, por não preencher o requisito temporal de que trata o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, para, que ofereça as razões de defesa, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados a partir do conhecimento desta deliberação; b) determinar à jurisdicionada que dê ciência dos fatos citados na alínea anterior à interessada, para que, no mesmo prazo de 10 (dez) dias, apresente à Corte as razões de sua defesa.

PROCESSO Nº 3151/04 (apensos os de nºs 3378/80 e 030.000.097/03) - Pensão civil concedida a IZABEL CESAR PEREIRA-SGA. - DECISÃO Nº 2382/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3625/04 (apensos os de nºs 2556/90 e 030.005.283/03) - Pensão civil instituída por CARLOS DE SOUZA LANDIM-SGA. - DECISÃO Nº 2383/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0344/05 (apenso o de nº 082.003.575/00) - Aposentadoria de LAUDICEIA ELLER VIANA-SE. - DECISÃO Nº 2384/05.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II) determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que alerte a servidora sobre a possibilidade de a servidora pleitear a incorporação da Gratificação de Alfabetização - GAL, devendo esse direito ficar comprovado nos autos nos termos da legislação aplicável, se for o caso. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 0530/05 (apensos os de nºs 3172/81 e 030.000.733/04) - Pensão civil concedida a MARIA DA COSTA QUEIROZ-SGA. - DECISÃO Nº 2385/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1069/05 (apenso o de nº 030.000.797/04) - Pensão civil concedida a ANTONIA LIANDRA DE JESUS SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 2386/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - recomendar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa que informe a interessada sobre a possibilidade de pleitear a aplicação do disposto na Lei nº 22/1989.

PROCESSO Nº 2561/05 (apenso o de nº 080.016.224/01) - Aposentadoria de MARIA NATIVIDADE DE JESUS PEREIRA-SE. - DECISÃO Nº 2387/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3630/05 (apenso o de nº 030.007.081/03) - Pensão civil concedida a FRANCISCA CHAGAS DE MEDEIROS-SGA. - DECISÃO Nº 2388/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 9710/05 - Ofício – Circular GP Nº 006/2005 (fls. 01/02), mediante o qual o eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, solicita a esta Corte informações a respeito da dívida do Distrito Federal representada por precatórios judiciais. - DECISÃO Nº 2389/05.- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício-Circular GP nº 006/2005, oriundo do Supremo Tribunal Federal, e do Ofício nº 314/2005 – GAB/PGDF e dos demonstrativos que o acompanham, estes originários da Procuradoria Geral do Distrito Federal; II) encaminhar ao Supremo Tribunal Federal resposta ao Ofício-Circular – GP nº 006/2005, acompanhada de cópia da instrução de fls. 102/107 e seus anexos, conforme minuta às fls. 111; III) autorizar o arquivamento dos autos.

Foram retirados da pauta desta Sessão os Processos nºs 2503/82, de relato do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, 7008/05, de relato do Conselheiro ÁVILA E SILVA, 3545/99 e 150/03, de relato do Conselheiro RENATO RAINHA.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro RENATO RAINHA, que propôs, no que foi acompanhado pelo Senhor Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Distrital JORGE CAUHY JÚNIOR, ocorrido hoje, nesta Capital, destacando, na oportunidade, os relevantes serviços prestados pelo insigne homem público à sociedade.

Nada mais havendo a tratar, às 16h50, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 124 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

MANOEL DE ANDRADE – MARLI VINHADELI – JORGE CAETANO – PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA – ANTONIO RENATO ALVES RAINHA e DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

ACÓRDÃO Nº 115/2005

Ementa: Tomada de Contas Anual – Agentes de Material. Exercício de 2003. Contas Regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF nº 8926/2005 (Apensos GDF nºs 040.004080/2004 e 142.000107/2004).

Nome/Função/Período: Adilson Sebastião Bonifácio Rocha, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, de 1°.01 a 1º.06.03 e de 02.07 a 31.12.03, e Claudete Ribeiro Ferreira, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, de 02.06 a 1º.07.03.

Órgão: Região Administrativa XII - Samambaia

Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Unidade Técnica: 1ª Inspetoria de Controle Externo

Representante do MPjTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do voto proferido pela Relatora, com fundamento nos arts. 17, I, e 18 da Lei Complementar DF nº 1, de 9 de maio de 1994, combinados com o artigo 167, I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.

Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.

Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE –Presidente. MARLI VINHADELI - Conselheira-Relatora.

Fui presente:

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 116/2005

Ementa: Tomada de Contas Anual – Agentes de Material. Exercício de 2003. Contas Regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF nº 8934/2005 (Apenso GDF nº 020.001882/2004).

Nome/Função/Período: Ana Maria de Moura, Chefe do Serviço de Material, de 1°.01 a 14.07.03 e de 16.08 a 31.12.03, e Darci Luiz dos Santos, Chefe (substituto) do Serviço de Material, de 15.07 a 15.08.03.

Órgão: Procuradoria Geral do Distrito Federal – PRG/DF

Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Unidade Técnica: 1ª Inspetoria de Controle Externo

Representante do MPjTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do

Distrito Federal, nos termos do voto proferido pela Relatora, com fundamento nos arts. 17, I, e 18 da Lei Complementar DF nº 1, de 9 de maio de 1994, combinados com o artigo 167, I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. MARLI VINHADELI - Conselheira-Relatora.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 117/2005

Ementa: Prestação de Contas Especial. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.
Processo TCDF nº 3059/1999 (Apensos nºs 095.004.058/1991 e 2812/1997)
Nome/Função: Ozair Francisco Mendes, Motorista.
Órgão: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB
Revisor: Conselheiro Ronaldo Costa Couto
Unidade Técnica: 3ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque
Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros em dar provimento ao recurso do responsável e, nos termos do voto proferido pelo Revisor, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado, anulando, em conseqüência, o Acórdão nº 106/2004.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por maioria.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. RONALDO COSTA COUTO - Conselheiro-Revisor.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 118/2005

Ementa: Irregularidades na execução de contratos. Aplicação de multa. Recolhimento. Quitação. Dívida vencida e não paga. Cobrança Executiva.
Processo TCDF nº 306/2000 (Volumes I a III e Anexo I)
Nome/Função: Karlla Soraya Oliveira Ramos, Integrante da Comissão Permanente de Licitação; Luiz Cláudio Alves de Souza, Integrante da Comissão Permanente de Licitação; Valdete Ferreira da Silva, Integrante da Comissão Permanente de Licitação, e Nilson Rodrigues da Fonseca, Ex-Diretor-Executivo da extinta FCDF.
Órgão: Fundação Cultural do Distrito Federal (extinta)
Relator: Conselheiro Jorge Caetano
Unidade Técnica: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procurador Inácio Magalhães Filho
Síntese das impropriedades/falhas apuradas: irregularidades que envolvem licitação, contratações, despesas de pessoal, ausência de retenção de tributos distritais e pagamentos antecipados.
Vistos, relatados e discutidos os autos da Auditoria de Regularidade antes especificada, considerando a manifestação emitida pela unidade técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:
a) dar quitação, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 1/94, a Karlla Soraya Oliveira Ramos, Luiz Cláudio Alves de Souza e Valdete Ferreira da Silva, em face do recolhimento parcelado da multa individual de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), aplicada a cada um deles pelo inciso V da Decisão nº 880/2002, de 14.03.02;
b) autorizar, por falta de pagamento, a cobrança judicial da dívida pertinente à multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), aplicada em Nilson Rodrigues da Fonseca, conforme item III da Decisão nº 880/2002, nos termos do artigo 29, II, e 61 da Lei Complementar nº 1/94, e arts. 99, III, 176, § 1º, e 177, III do Regimento Interno do Tribunal.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. JORGE CAETANO - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 119/2005

Ementa: TCA. 2001.Ordenadores de despesa da STDF. Regularidade. Quitação aos responsáveis.
Processo TCDF nº 128/2003 (Apenso nº 040.000.884/2002 (inventário) apenso ao de nº 040.005.984/2002)
Nome/Função/Período: Abdala Carim Nabut, Secretário, de 1º.01 a 31.12.01; Januário Élcio Lourenço, Secretário Adjunto, de 1º.01a 31.12.01; Jorge Jumiti Miura, Secretário Adjunto - substituto, de 05.02 a 06.03.01, e Chefe da Assessoria Técnica Administrativa, de 1º.01 a 31.12.01; Pedro Maurício Cabral Teixeira, Chefe de Gabinete, de 1º.01 a 31.12.01; Raimundo Leite da Silva, Chefe da Divisão de Administração Geral, de 1º.01 a 31.12.01, e Maria José da Costa, Chefe da Divisão de Administração Geral – substituta, de 09 a 28.07.01.
Órgão: Secretaria de Transportes do Distrito Federal
Relator: Conselheiro Paulo César de Ávila e Silva
Unidade Técnica: 3ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procurador Inácio Magalhães Filho
Vistos, relatados e discutidos os autos, referentes às contas anuais acima especificadas, considerando a manifestação favorável emitida pelo Controle Interno, conforme Certificado de Auditoria nº 072/02-SUAUD/SEFp e o que consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões uniformes da unidade técnica responsável pela instrução e do parecer do MPjTCDF, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, de acordo com o disposto nos artigos 17, I e 24, I, ambos da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, em julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis acima indicados.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. ÁVILA E SILVA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 120/2005

Ementa: Prestação de Contas Anual. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsáveis. Arquivamento dos autos.
Processo TCDF nº 2329/2000 (Apensos nºs 040.003.172/2000 e 040.001.422/2000).
Nome/Função/Período: Autelina José Ferreira, Chefe da Seção de Administração de Bens Apreendidos, de 1º.01 a 03.01.99; Bauer Ferreira Barbosa, Diretor da Divisão de Administração Geral, de 26.02 a 30.06.99, e Chefe da Seção de Administração de Bens Apreendidos, de 26.02 a 30.06.99; Josué Guilherme de Medeiros, Diretor da Divisão de Administração Geral, de 02.07 a 31.12.99, e Chefe da Seção de Administração de Bens Apreendidos, de 02.07 a 31.12.99; Maria Cristina de Almeida e Silva Côrte, Administradora Regional, de 08.01 a 09.02.99, Diretora da Divisão de Administração Geral, de 08.01 a 09.02.99, e Chefe da Seção de Administração de Bens Apreendidos, de 08.01 a 09.02.99, e Wagner José de Sant'Anna, Diretor da Divisão de Administração Geral, de 1º.01 a 3.01.99.
Órgão: Administração Regional do Cruzeiro – RA XI
Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha
Unidade Técnica: 1ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, I, 24, I, da Lei Complementar do nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 121/2005

Ementa: Prestação de Contas Anual. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Arquivamento dos autos.
Processo TCDF nº 2329/2000 (Apensos nºs 040.003.172/2000 e 040.001.422/2000)
Nome/Função/Período: Francisco Pires Teixeira, Administrador Regional, de 10.02 a 31.12.99, e Diretor da Divisão de Administração Geral, de 10.02 a 25.02.99 e em 01.07.99.
Órgão: Administração Regional do Cruzeiro – RA XI
Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha
Unidade Técnica: 1ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Síntese de impropriedades/falhas apuradas: falhas apontadas no subitem 5.2 do Relatório de Tomada de Contas nº 004/2001 – GECET/DECON/SUAUD: ausência de controle sobre a ocupação de lotes cedidos no Setor de Oficinas do Sudoeste e sobre o pagamento das taxas de utilização dessas áreas públicas.
Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas do responsável indicado, dando-lhe quitação.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 122/2005

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito aos responsáveis. Arquivamento dos autos sem cancelamento do débito, com fundamento no artigo 85 da Lei Complementar nº 1/1994.
Processo TCDF nº 736/2003 (Apensos nº 240.000.493/2003)
Nome/Função: Divino Eterno de Oliveira, Coordenador-Executivo (ICS); Justino Jacinto de Sousa, Coordenador-Executivo (ICS), e Fábio Assunção da Silva, Coordenador-Executivo (ICS).
Órgão: Secretaria de Estado de Solidariedade do Distrito Federal
Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha
Unidade Técnica: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque
Síntese de impropriedades apuradas: desaparecimento de 31 (trinta e uma) cestas básicas, conforme consta do item 15.0 do Relatório de Auditoria Especial nº 001/2001 – DICON/DEAUD/SUAUD/SEFP.
Débitos imputados: R$ 1.211,16 (um mil, duzentos e onze reais e dezesseis centavos); R$ 242,23 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) e R$ 181,81 (cento e oitenta e um reais e oitenta e um centavos), respectivamente, aos responsáveis acima indicados.
Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em conta as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, III, alínea "c", e 20 da Lei Complementar do nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar irregulares as contas em apreço e condenar os responsáveis indicados ao ressarcimento dos débitos que lhes são imputados, ficando desde logo determinado o arquivamento do processo, por medida de economia processual, nos termos do disposto no artigo 85 do referido diploma legal.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 123/2005

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito aos responsáveis. Arquivamento dos autos sem cancelamento do débito, com fundamento no artigo 85 da Lei Complementar nº 1/1994.
Processo TCDF nº 736/2003 (Apensos nº 240.000.493/2003)
Nome/Função: Sandra Mara Moreira da Silva, Coordenador-Executivo (ICS).
Órgão: Secretaria de Estado de Solidariedade do Distrito Federal
Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha
Unidade Técnica: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque
Síntese de impropriedades apuradas: desaparecimento de 31 (trinta e uma) cestas básicas, conforme consta do item 15.0 do Relatório de Auditoria Especial nº 001/2001 – DICON/DEAUD/SUAUD/SEFP.
Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em conta as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 13, § 2º, 17, II, 19, 24, II, e 28 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva a conta em apreço e dar quitação ao responsável indicado.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 127/2005

Ementa: TCE. RA VI. Irregularidades na doação de materiais e utilização de mão-de-obra e equipamentos pertencentes ao patrimônio público em benefício de particulares. Irregularidade das contas. Notificação para recolhimento dos débitos.
Processo TCDF nº 5509/1995 (Apenso nº 135.000.171/1996)
Nome: Juarez de Paula Santos e Hércules Mundim Guimarães
Órgão: Administração Regional de Planaltina - RA VI
Relator: Conselheiro Paulo César de Ávila e Silva
Unidade Técnica: 1ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MPjTCDF: Procuradora-Geral Márcia Farias
Valor total dos débitos: R$ 27.233,58
Vistos, relatados e discutidos os autos referente a Tomada de Contas Especial a que se refere o Processo nº 135.000.171/96, considerando as conclusões uniformes da Unidade Técnica de Instrução e do Ministério Público junto a este Tribunal e o que mais consta do processo, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, e em acordo com o artigo 17, III, alínea "b", artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, em:
a) julgar irregulares as contas;
b) condenar os Senhores Juarez de Paula Santos e Hércules Mundim Guimarães ao pagamento do débito atualizado no valor de R$ 25.215,49 e R$ 2.018,09, respectivamente (artigo20 da LC nº 1/94);
c) notificar Juarez de Paula Santos e Hércules Mundim Guimarães, para, no prazo de 30 dias, contados da respectiva notificação, efetuar e comprovar o recolhimento das dívidas atualizadas (artigo 26/LC nº 1/94);
d) expirado o prazo sem o recolhimento do débito, fica, desde já autorizada a adoção das medidas cabíveis, nos termos do inciso III do artigo 177 do Regimento Interno do TCDF.
Ata da Sessão Ordinária nº 3919, de 31 de maio de 2005.
Presentes os Conselheiros Ronaldo Costa Couto, Marli Vinhadeli, Jorge Caetano, Paulo César de Ávila e Silva e Antonio Renato Alves Rainha.
Ausentes o Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e o Auditor José Roberto de Paiva Martins.
Decisão tomada por unanimidade.
Representante do MP presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque. MANOEL DE ANDRADE – Presidente. PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA - Conselheiro-Relator.
Fui presente:
DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE - Procurador do Ministério Público junto ao TCDF.

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 2179/2005, proferida no Processo 1721/2002, na Sessão Ordinária nº 3918, realizada em 19 de maio de 2005 publicada no DODF nº 104, de 06 de junho de 2005, página 15, ONDE SE LÊ: "...Representação nº 22/2002, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, referente à Lei nº 2925/02; ..." LEIA-SE: "...Representação nº 22/2002, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, referente à Lei nº 2975/02; ...".